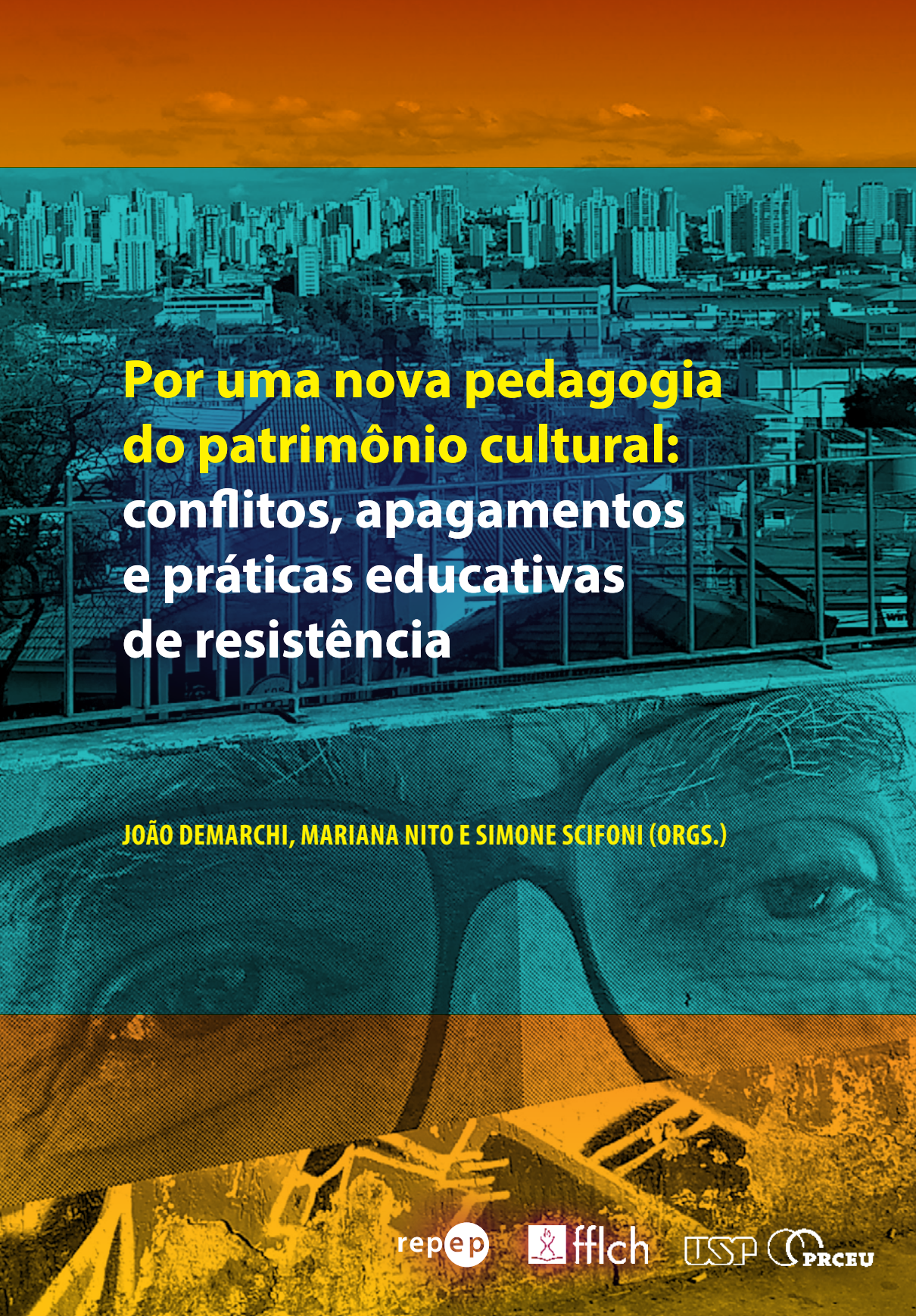




Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência

JOÃO DEMARCHI, MARIANA NITO E SIMONE SCIFONI (ORGS.)



fflch

USP



DOI 10.11606

**Por uma nova pedagogia
do patrimônio cultural:**
conflitos, apagamentos
e práticas educativas
de resistência

**JOÃO DEMARCHI, MARIANA NITO E SIMONE SCIFONI
(ORGS.)**



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO 2025



Universidade de São Paulo

REITOR

Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA

Maria Arminda do Nascimento Arruda



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

DIRETOR

Adrián Pablo Fanjul

VICE-DIRETORA

Silvana de Souza Nascimento

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

P832

Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural [recurso eletrônico]: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência / Organizadores: João Demarchi, Mariana Nito e Simone Scifoni. – São Paulo: FFLCH/USP, 2025.
2.780 kb; PDF.

Vários autores

ISBN 978-85-7506-517-4

DOI: 10.11606/9788575065174

1. Patrimônio cultural – Educação - Brasil. 2. Práticas educativas – Resistências.
3. Educação patrimonial. 4. Metrópole – aspectos culturais. I. Demarchi, João, *coord.* II. Nito, Mariana, *coord.* III. Scifoni, Simone, *coord.* IV. Repep – Rede Paulista de Educação Patrimonial

CDD 3065



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, respeitando a Licença Creative. As imagens dos capítulos podem estar sob outro tipo de licença, consultar pessoas autoras.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



REDE PAULISTA DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



A memória tem coração?

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

**Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural:
conflitos, apagamentos e práticas educativas
de resistência**

**Mariana Kimie da Silva Nito, João Lorandi Demarchi
e Simone Scifoni 8**

1

**Patrimônio cultural, cidade e infância: perspectivas
para uma nova educação patrimonial**

Simone Scifoni 15

2

**Núcleo Original da Freguesia do Ó (SP): educação
patrimonial, possibilidades e tensões na metrópole**

Alberto Luiz dos Santos 33

3

**Patrimônio LGBTQIA+: a região do Arouche
tensionando a hegemonia cultural**

Ana Paula Itocazo Soida 63

4

**Espacialidades Negras – Lugar e Território:
quilombo, ilê e pamba**

Igor Santos Valvassori 87

5	Enfeitiçar o patrimônio: potencializando as referências culturais por meio da educação patrimonial João L. Demarchi e Mariana Kimie da S. Nito 105
6	Educação patrimonial: mobilização social e inventários participativos como estratégias de afirmação do direito à memória, ao patrimônio e ao território Sônia Regina Rampim Florêncio 131
7	Preservações (im)possíveis: a potência do trabalho com patrimônio cultural em licenciamentos e desastres ambientais Carlos E. R. Gimenes 163
8	Vala Clandestina de Perus: entre ocultações, violações de direitos humanos e lutas pela memória Anaclara V. Antonini e Regina Célia S. Bortoto 187
9	Entre a realidade, o imaginário e o esquecimento: como preservar a memória operária no bairro de Perus? Patrícia Barbosa e Sheila Moreira 203
10	Educação Patrimonial e Turismo: entre roteiros, quebradas e resistências Paulo Tacio Aires Ferreira 225

APRESENTAÇÃO

Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência

MARIANA KIMIE DA SILVA NITO, JOÃO LORANDI DEMARCHI
e SIMONE SCIFONI

As relações entre patrimônio e educação não são recentes. Desde o início das práticas institucionais de patrimonialização no Brasil, a educação esteve presente na política patrimonial. Porém, o entendimento de patrimônio dependeu das distintas concepções pedagógicas que se teve dele. O termo *educação patrimonial* cunhado na década de 1980 foi paradigmático para o campo. Mesmo que contrariado desde sua gênese, essa expressão serviu para institucionalizar uma área de atuação no âmbito das políticas públicas de patrimônio. Contudo, os campos educativos que não compartilhavam com esse método nem com suas premissas e concepções buscaram abrigar-se sob outras terminologias, dispersando profissionais que atuavam na interseção entre o patrimônio e a educação. O abismo criado por essa problemática de origem oportunizou áreas de atuação que floresceram amplamente ao longo dos anos, por vezes cruzando caminhos, por outros disputando práticas e conceitos.

Essas disputas terminológicas revelavam, na verdade, conflitos teórico-político-conceituais muito mais profundos. O campo da educação patrimonial sempre esteve em conflito, e a posição a ser tomada nesse embate deve ser orientada pela questão paulo-freiriana: a favor de quem e de que você está? E contra que e o quê?

A Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) – coletivo formado por profissionais multidisciplinares, pessoas educadoras, militantes, ativistas, pesquisadoras interessadas nessas temáticas –, há mais de dez anos toma parte nesse conflito em defesa de uma postura educativa crítica que concebe o patrimônio cultural com meio para análise das relações sociais, historicamente constituídas. Em um primeiro momento, a Repep se configurou como um fórum de discussão teórica no qual as pessoas interessadas nesse tema elaboravam concepções conceituais. Com o passar do tempo, a atuação da Repep se expandiu¹, colocou o “bloco na rua”, promovendo a formação de pessoas educadoras e tornando-se um espaço de articulação política para reivindicar os direitos à memória, à verdade, à cidade.

A apropriação que a Repep fez do termo educação patrimonial subverteu a metodologia conservadora forjada nos anos 1980, e reafirma a educação patrimonial como campo de atuação. Nossa estratégia é preservar a potência da expressão, nacionalmente conhecida, mas refundar o seu conteúdo e disputar uma nova prática educativa. A Repep se insere no movimento das políticas de patrimônio que, a partir de 2006, conduziu a educação patrimonial como instrumento de mobilização coletiva para perceber as contradições do contexto e identificar elementos da cultura que fossem fundamentais para a vida de diferentes grupos sociais.

Este livro compartilha parte dos trabalhos e das reflexões desenvolvidas ao longo desses mais de dez anos de Repep. São textos escritos por pessoas que compõem a rede. A diversidade de abor-

1 Para saber mais sobre a trajetória da Repep, veja: ANTONINI, Anaclara V.; NITO, Mariana K. S.; NEVES, Maryclea C. M. Construindo uma rede de educação patrimonial: a experiência da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep). *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27esp, 2019.

dagens temáticas, tendo como fio condutor as potencialidades formativas a partir do patrimônio cultural, demonstra as possibilidades intersetoriais da educação patrimonial. A luta pelo reconhecimento de memórias e histórias em conflito pode ser potencializada pelas práticas educativas de resistência.

Dessa forma, nosso livro é um retrato do que construímos até aqui, incluindo também algumas de nossas parcerias de trabalho e de temática. Mas não só. O livro é também uma reafirmação dos princípios da Repep, daquilo que almejamos para o futuro, de uma nova pedagogia do patrimônio. Nosso objetivo central é apresentar uma reflexão crítica atualizada sobre os desafios teóricos e práticos da atuação em educação patrimonial. Reiteramos o que afirmamos ser uma nova pedagogia do patrimônio cultural. Não por acaso, parte dos capítulos possuem tom ensaístico e nós endossamos cada perspectiva inédita apresentada pelas diferentes pessoas escritoras dos capítulos como um caminho possível a ser percorrido.

Nesse sentido, é fundamental destacar que o patrimônio cultural considerado nesse abordagem educativa é aquele implicado em todas as áreas do conhecimento que se preocupam com uma história contra-hegemônica, a contrapelo, com o direito pela memória, com os embates acerca da identidade e das diferentes formas de mobilização social a partir da dinâmica cultural.

Considerando essa perspectiva crítica do campo do patrimônio cultural, os textos que compõem o livro estiveram atentos aos seguintes conflitos da contemporaneidade: 1. a desigual representação dos grupos sociais e o consequente apagamento e silenciamento de memórias dos grupos subalternizados; 2. a colonialidade do saber/poder e dependência epistêmica que tem levado cada vez mais a celebração excessiva da memória das classes dominantes e do Estado; 3. a produção da cidade como negócio, expressa na destruição do patrimônio cultural, em especial ao patrimônio do cotidiano, do trabalho, do morar, que tem avassalado as diferentes relações de ser e estar no mundo.

A partir dessas tópicos de tensão, os capítulos trazem as reflexões que cada pessoa desenvolveu a partir das suas áreas de atua-

ção. O resultado deste conjunto nos leva a refletir sobre os diferentes espaços que permeiam a educação patrimonial.

O capítulo inicial da professora Simone Scifoni aborda uma questão negligenciada nas abordagens críticas da educação patrimonial: a infância. Como desenvolver ações formativas com crianças que, respeitando a ludicidade dessa faixa etária, problematize o contexto em que elas estão inseridas, nesse caso, a cidade? O debate acerca do desafio de conciliar esses objetivos aparentemente tão díspares mostra como esse capítulo não só abre o livro, como também proporciona reflexões substanciais sobre a educação patrimonial crítica com crianças.

A reivindicação pela memória na cidade se insere em sua leitura como arena de disputas e cuja produção social excludente é também reproduzida pelas práticas de patrimônio. A compreensão e a leitura do mundo reposicionam o papel das pessoas na sociedade e nas práticas educativas nos questionamentos e nas busca por direitos.

Os capítulo seguintes escritos pela arquiteta e urbanista Ana Paula Soida e pelo geógrafo e professor Alberto Luiz dos Santos compreendem o segundo momento da trajetória da Repep, de articulação e luta junto aos grupos sociais que enxergaram nos princípios e nas ideias de uma nova prática pedagógica uma possibilidade para valorização de seus patrimônios na cidade. O Inventário LGBTQIA+ do Largo do Arouche expõe a riqueza de compreensão das referências culturais que estão sendo deliberadamente negligenciadas nos projetos urbanos para o centro da cidade de São Paulo. As ações pela preservação da vista do Ó, na zona noroeste de São Paulo, demonstram o quanto os valores urbanos não ressoam na tomada de decisão das políticas urbanas e de patrimônio. Essas ações da Repep indicam outras formas de compreensão da cidade a partir das práticas culturais enraizadas na vivência e na compreensão de mundo dos sujeitos.

O texto de Igor Valvassori contribui para tal entendimento a partir de outras perspectivas epistemológicas da cidade. Tendo as espacialidades negras como ponto de indagação, essa pesquisa apresentada não só aponta caminhos para a construção de cidades e de políticas patrimoniais antirracistas, como tensiona a estrutu-

ra social perversa e desigual de nossa sociedade, reproduzida nos valores que fundamentam a escolha dos patrimônios culturais.

Tomar como base outras concepções epistemológicas, não é um mero artifício metodológico ou conceitual. O exercício de nomear e fundar um patrimônio, que é intrínseco aos sujeitos sociais, pode ser uma prática libertadora e de enfrentamento para um outro modelo social. O capítulo escrito por João Demarchi e Mariana Nito discute tal potência por meio do conceito de referência cultural que tem no método de inventário participativo um caminho para repensar as práticas educativas.

Nos últimos anos, os inventários participativos têm sido apropriados por diferentes grupos como forma para identificar os patrimônios como recurso social. Reconhecendo a importância de tais ações, na retomada da condução das políticas de memória (dormentes nos anos de supressão das políticas culturais no Brasil), o Instituto Brasileiro de Museus lançou em 2023 um edital para reconhecer e premiar Inventários Participativos desenvolvidos pelo Brasil. Com orgulho, celebramos a contemplação do Inventário do Minhocão elaborado pela Repep! A produção deste livro foi financiada com parte desse prêmio. O resultado do edital fortalece nosso trabalho e revela a multiplicidade de iniciativas e grupos que participam da construção desse novo campo da educação patrimonial no Brasil, como apresenta Sônia Rampim Florêncio em seu capítulo.

A sequência final de capítulos apresenta avanços pela defesa do patrimônio de grupos subalternizados e os desafios frente a outras facetas de violência atuais. A educação patrimonial, usada muitas vezes como recurso de apaziguamento das tensões sociais, é colocada comumente como solução como forma de mitigação dos danos causados pelos grandes empreendimentos. O capítulo de Carlos Gimenes sintetiza uma discussão conceitual e legal que pretende apresentar os perigos desse campo, explorando como as ações educativas podem ser subterfúgio para lutar pelas justiça social e ambiental.

Identificar e definir patrimônios como “controversos” ou “sensíveis”, como aqueles relacionados às ditaduras latino-americanas,

muitas vezes leva à neutralização de crimes de Estado, dificultando o direito à verdade. O patrimônio desempenha um papel central na sociedade e é essencial reconhecê-los pelo o que são: patrimônios de violência e dor. O texto de Anaclara Antonini e Regina Bortoto destaca a memória da ditadura civil-militar por meio da vala clandestina em Perus, na cidade de São Paulo, enfatizando a educação patrimonial como estratégia de resistência à história de opressão.

Enquanto o Estado não democratiza suas políticas de memória e de patrimônio cultural, reconhecendo como direitos sociais, os movimentos e coletivos culturais têm lutado e construído a defesa de seus patrimônios. Esses embates, como demonstram os capítulos escritos por Paulo Tácio Ferreira e por Patrícia Barbosa e Sheila Moreira revelam a potencialidade dos movimentos sociais, principalmente das periferias, em resistir às políticas de apagamentos de suas identidades, suas memórias e suas histórias. As reflexões apresentam as diferentes estratégias de resistência e possibilidades de articulação e luta por direitos.

Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural reflete sobre alguns conflitos históricos e contínuos no campo da educação patrimonial, apontando caminhos para uma abordagem crítica e participativa. Ao abordar os desafios contemporâneos da representação desigual, a colonialidade e a exclusão social urbana, o livro destaca o papel central de práticas educativas que resistam às narrativas dominantes e aos apagamentos, enquanto fortalecem as ações de grupos subalternizados. O conjunto de contribuições presentes neste livro evidencia que uma nova pedagogia do patrimônio não é apenas uma aspiração teórica, mas uma necessidade prática a fim de promover a justiça social por meio do patrimônio. O livro é um testemunho da atuação da Repep sob essa nova pedagogia e um apelo para a urgente mudança de ações no campo do patrimônio cultural.



CULTURA

EDIFICAÇÕES

SABERES

CELEBRAÇÕES

1 Patrimônio cultural, cidade e infância: perspectivas para uma nova educação patrimonial

SIMONE SCIFONI *

O presente artigo busca trazer ao debate e problematizar questões que devem estar na ordem do dia na educação patrimonial: as relações entre a cidade como lugar vivido, patrimônio coletivo e bem comum, e a infância como a dimensão em que aparece o sujeito social criança. Essa reflexão se encontra desenvolvida na forma de um conjunto de três argumentos que vão posicionando os termos em debate.

De início, o primeiro argumento marca o que deve ser o centro da atenção na educação patrimonial: a cidade. Negligenciada durante muito tempo, em função da visão limitada que reifica o patrimônio tratando-o apenas como edificação isolada, monumental

* Professora Livre Docente do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Prêmio Capes de Teses, conferido, em 2006, ao trabalho intitulado “A construção do patrimônio natural”. Docente do Depto de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Atuou em instituições públicas de proteção do patrimônio cultural como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Condephaat/SP e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil. Foi vice-diretora do Centro de Preservação Cultural CPC/USP de 2018 à 2023. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Espaço e Memória (PEM), certificado pelo CNPq.

e espetacularizada, a cidade mal aparecia nas discussões da educação patrimonial. A não ser quando se tratava de um centro histórico tombado a ser considerado. Entretanto, na prática, isso não mudava nada já que o conjunto urbano era visto igualmente como monumento e não como tecido social.

Mas essa visão é só pretensamente educativa, pois ela se aproxima muito mais da abordagem do turismo voltada ao consumo visual dos lugares, como aquela em que nada pode ser problematizado pois a experiência deve ser a do lazer descompromissado, sem reflexão, só aquisição de informação para o deleite da obtenção de capital cultural. Mas, como lembra Freire (1967, p.104): “A educação é um ato de amor e, por isso mesmo, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Felizmente, ainda que de forma parcial, isso tem se transformado na medida em que a educação patrimonial começa a tratar a cidade como foco de atuação, abrindo a perspectiva da prática educativa voltada à cidadania, à democratização da cultura e a superação da ingenuidade pela consciência crítica do mundo.

O segundo argumento tratado aqui diz respeito ao olhar sobre a cidade a partir da infância. De acordo com Gobbi (2016, p.7), “As cidades raramente são consideradas quando na perspectiva de meninos e meninas, e ainda menos, quando estes têm pouca idade”.

Isso significa que a infância é negligenciada pelo planejamento urbano e pelas políticas públicas quando esses deixam de considerar a necessidade de parques, praças e espaços de brincadeira para todas as crianças da cidade. Neste caso as periferias são recorrentemente deixadas em segundo plano na implantação destes espaços, em benefício das áreas mais centrais e valorizadas. É o que aconteceu recentemente em relação a criação de novos parques nas áreas centrais, tais como o Parque Augusta e do Bixiga, segundo destaca Lores (2024). Enquanto isso, as demandas da periferia não saem do papel, como o Parque Jardim Apurá-Búfalos, em Pedreira (zona sul), e o Parque Luta dos Queixadas, em Perus (zona noroeste).

Não se pretende com isso afirmar que esses novos parques não sejam importantes, já que também há crianças nas áreas cen-

trais, sobretudo quando se pensa nos cortiços do Bexiga e nas várias ocupações de edifícios vazios na área central, conforme mostrou Gobbi (2016). Mas é inadmissível o fato de que a provisão de espaços de lazer e brincadeiras para crianças das periferias seja protelado pelo poder público, apesar da pressão e da demanda dos movimentos sociais.

Na falta destes espaços de brincadeira, as crianças e jovens têm recorrido aos terrenos vazios transformando-os a partir do uso e apropriação que se dá de forma espontânea, empinando pipa ou jogando bola. No entanto, como a urbanização se transformou contemporaneamente em um grande negócio, cada vez mais estes vazios potenciais para o uso da infância têm se tornado nova frente para os empreendimentos imobiliários de tipo condomínio que se espalham pelas periferias. Se o planejamento urbano e as políticas públicas valorizassem realmente a infância, estes terrenos poderiam ser transformados em praças e parques públicos, ampliando as experiências brincantes de forma mais democrática.

No que diz respeito às praças é importante lembrar seu papel histórico na produção do espaço das cidades. Elas foram e são espaços fundamentais de vida social. De acordo com Sitte (1992), as praças, desde as cidades antigas, concentravam o movimento e tinham ali lugar as festas públicas, as exposições, as cerimônias e todo tipo de evento, o que confirmava a vivacidade da vida pública.

Em São Paulo, sendo a disponibilidade de parques públicos bastante limitada no território e considerando a sua distribuição muito desigual pela cidade, as praças tornam-se espaços únicos e especiais para a infância, um oásis para a brincadeira, um verdadeiro patrimônio do cotidiano da infância e parte da memória da cidade, em função de seu uso social que é dado na passagem do tempo. Mas, estes espaços também se encontram sob ameaça na urbanização contemporânea, em função de intervenções urbanas que não consultam os principais interessados, crianças e jovens, como alerta o poema de Carlos Drummond de Andrade chamado “Aqui havia uma praça”. Por meio da literatura, o autor critica aquilo que é defendido como “modernização da cidade”, mas que destrói sua alma.

É uma praça — forma de permanência no tempo — e merece respeito.
Agora querem levar para lá o metrô de superfície.
Querem massacrar a memória urbana, alma da cidade,
num de seus últimos pontos sensíveis e visíveis.
(ANDRADE, 2018, p. 142)

Tomando como base essa problemática, o terceiro argumento do artigo busca explorar os sentidos desta relação entre as praças e o patrimônio cultural, a partir de dois diferentes exemplos, mas que trazem em comum a experiência de uso e apropriação destes espaços pela infância.

O primeiro exemplo é o projeto “Motoca na Praça”, realizado em uma escola municipal de educação infantil situada na mesma quadra que a Praça da República, área central da cidade de São Paulo. Já o segundo exemplo vem de um livro infanto-juvenil chamado “O dia em que a pracinha sumiu”, que tem sido usado como peça central de atividades de contação de história em um espaço cultural de uma universidade pública paulista.

Ambos os exemplos trazidos aqui apontam caminhos interessantes e perspectivas para uma nova pedagogia do patrimônio, que pretenda ser descolonizadora ou contra colonizadora (SCIFONI, 2022). Descolonizar o patrimônio e a educação patrimonial significa promover uma prática e um pensar radicais, que vão à raiz, à origem e aos fundamentos dos processos e, nesse sentido, desnudam os conteúdos de violência dos processos formadores da nação que constituíram o que se chama “patrimônio histórico-nacional”. Sem isso a memória permanece como um instrumento de alienação.

Estes dois exemplos são experiências que têm mostrado um caminho fértil para problematizar o patrimônio, já que deslocam o centro da prática educativa, deixando de lado a celebração aos monumentos das classes dominantes, para explorar os usos e formas de apropriação dos espaços públicos que podem trazer com isso o confronto com o ideário da cidade neoliberal.

Do monumento à cidade: breve balanço crítico da educação patrimonial

No Brasil, o início da década de 1980 conheceu a expressão educação patrimonial, conceituada naquele momento como uma determinada forma de fazer ação educativa vinculada às experiências de museus da Inglaterra. Por aqui foram aplicadas no uso de alguns acervos museais e foram bastante publicizadas como um caminho a ser seguido, como uma espécie de cartilha.

No decorrer das décadas, essa expressão acabou por consagrar-se, ganhando um sentido para além da afirmação inicial de que se tratava de uma metodologia. Ela foi antropofagizada, como definiu Chagas (2004), na medida em que a ampliação de sentido levou ao seu entendimento como um campo de ação e de reflexão no qual diferentes orientações, tendências e formas de fazer estão em jogo. Deste modo, aquele guia básico¹ a ser seguido, que apregoava o patrimônio como aquilo que o Estado instituiu, foi superado por novas abordagens nas quais os grupos sociais são entendidos como sujeitos de patrimônio, de cultura e de memória, portanto capazes eles próprios de enunciar o que é sua herança cultural.

Um dos momentos chave desta virada educativa foi a edição da Portaria do Iphan nº. 137/2016, que subverteu esse tratamento do patrimônio como memória autoritária. Conforme explica Chauí (2014, p. 48), “[...] a memória que privilegia as ações vindas do alto e minimiza as práticas de contestação e de resistência social e popular é, ela própria, uma memória autoritária”. Nesta perspectiva, a portaria inspirou novos olhares e práticas indicando como diretrizes: o incentivo à participação social, o estímulo ao protagonismo dos diferentes grupos, a integração das práticas ao cotidiano e espaços de vida das pessoas e, finalmente, a concepção do território como espaço educativo (IPHAN, 2016, artigo 3º).

A portaria constituiu-se como um novo marco legal, já que por meio dela regulamentou-se as atividades neste campo. No entanto,

1 HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. Guia básico de educação patrimonial, Iphan/Museu Imperial, 1999.

não se pode restringir a sua importância somente a isso, pois ela é, também, conceitual e intelectualmente uma referência que orienta novos caminhos e práticas. Isso resulta do fato de que ela foi produto coletivo de uma série de reflexões e debates construídos nos vários eventos e discussões na área, como seminários, encontros e oficinas, desde início dos anos 2000². Estes possibilitaram renovar e antropofagizar ainda mais a educação patrimonial. É uma obra feita a muitas mãos e corajosa ao assumir que a educação patrimonial deve fomentar relações de afetividade e estima como parte inerente à valorização e preservação do patrimônio cultural. Neste sentido aproxima-se daquilo que bell hooks (2021), afirmara: é preciso viver segundo uma ética amorosa que humanize e restaure as esperanças. A valorização do patrimônio diz respeito a isso, já que amor significa cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade e respeito na vida cotidiana.

Nesta virada do campo, a educação patrimonial ultrapassou as ações centradas nos monumentos, acervos e construções isoladas para compreender a própria cidade como documento da história, da cultura e memória, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Neste contexto ampliado de educação patrimonial a cidade passou a ser entendida como resultado de uma acumulação desigual de tempos, expressão cunhada por Santos (1978), para designar o fato de que ela contém os testemunhos que revelam os momentos da vida humana, dos modos de produção, da técnica e da sociedade.

Trata-se, assim, de um novo horizonte, de uma pedagogia do patrimônio renovada que trabalha na escala da cidade e que incorpora o cotidiano e as experiências vividas, transgredindo a fronteira institucional que reifica o patrimônio como bem arquitetônico, retirando-o de seu contexto, o tecido urbano e social. Trabalha-se, assim, a educação patrimonial em sua dimensão política ampla, a partir da concepção de que tanto a memória como o esquecimen-

2 Para saber mais consultar: Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos (Iphan, 2014), disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf.

to são produtos sociais e não dados aleatórios, segundo apresenta Chauí (2006). Esta dimensão política implica em escolhas que subvertem a história oficial celebrativa dos dominantes, contrapondo-a com a memória social constituída localmente no coração dos grupos sociais não hegemônicos.

A educação patrimonial tem, portanto, um papel fundamental, colocando-se para além da simples divulgação do patrimônio, pois não se trata meramente de difundir conhecimentos ou de reproduzir informações e discursos a um maior número de pessoas possível. Trata-se, antes de tudo, de construir uma relação de afetos, memória e identidade com a cidade e os seus lugares, que possa problematizar os mecanismos e as lógicas que produzem esse espaço urbano e as suas consequências sociais.

Esse breve balanço crítico do campo da educação patrimonial tem, assim, o objetivo de alertar, mais uma vez, como já fez Oliveira (2019), para os usos indevidos que se fazem do termo educação patrimonial. Capacitação, difusão e divulgação são aspectos envolvidos no processo de patrimonialização mas, de forma alguma, devem ser assemelhados e confundidos com educação, sob o risco de empobrecer e desvirtuar o sentido deste campo³.

A educação diz respeito à dimensão social da formação humana. Como assevera Freire (2017), a educação implica em um compromisso ético, do qual não se pode escapar. Para o autor, ela não pode se confundir com treinamento técnico, na medida em que isso é amesquinhar a essência da prática educativa que se situa no seu caráter formador. “Educar é substancialmente formar” (FREIRE, 2017, p. 35).

Neste sentido, formar significa criar condições para a passagem do pensamento ingênuo sobre mundo em direção à consciência crítica da realidade que se vive. Isso pede necessariamente superar aquela postura de “transferir conhecimento”, que entende o educando como uma caixa na qual deve ser depositado o conteúdo,

3 Como fez recentemente o Iphan ao criar cursos online para “certificação” em educação patrimonial, com o objetivo de difundir informações e não de problematizar o patrimônio, contrariando assim as orientações que vinham sendo construídas nos últimos 20 anos.

visão que o autor chamou de bancária. Educar para formar significa assumir o educando como sujeito da produção do saber e criar possibilidades para que esta produção se dê com autonomia, com criatividade, com envolvimento e com prazer. Este é o compromisso ético de que o autor trata.

Assim, a educação é uma dimensão integral de formação do ser humano, que diz respeito tanto a uma prática pedagógica, como política, ética e estética. Aprender, diz o autor, é uma aventura criadora, é construir, reconstruir, constatar para mudar. Não se dá fora da afetividade e da alegria, que não se separam do ato de conhecer. É neste sentido que educação patrimonial não pode se confundir com capacitação e treinamento, os quais podem ser obtidos por certificação, pois são essencialmente dimensões técnicas da patrimonialização que mobilizam conteúdos e informações em sua forma aquisitiva, formal e mecânica.

A educação patrimonial, em uma perspectiva freiriana, tem como objetivo criar condições para a “assunção da identidade cultural”, ou seja, para que o/a educando/a possa, na relação com o mundo, assumir-se como ser histórico e social e por isso, ser pensante, criador, transformador e problematizador da realidade. Neste sentido, essa proclamada “herança comum” precisa ser problematizada, já que o patrimônio cultural acautelado foi e, ainda é, a despeito do que diz o artigo 216 da Constituição Federal, concebido autoritariamente pelo Estado. Sem isso, a educação patrimonial pode se transformar em uma farsa.

A cidade e a infância: o patrimônio das crianças

No capitalismo mundializado, conduzido sob a égide do setor financeiro-imobiliário, a cidade como experiência histórica humana é destruída a cada dia, em uma velocidade assustadora. Nas cidades da periferia do capitalismo, como as brasileiras, esse processo é socialmente mais violento, considerando o papel destes territórios na ordem econômica mundial que gerou enormes desigualdades sociais, agravadas por constantes expulsões da classe trabalhadora mais pobre da cidade. No movimento da produção e reprodução

do espaço na cidade contemporânea a regra é o “bota-abaixo” das materialidades que estavam na base de um modo de vida cotidiano, o que leva a sua substituição, sob o comando da busca do lucro e da valorização do capital. Vive-se uma dinâmica urbana tensionada pelo poder econômico do mercado imobiliário que impõe essa lógica da cidade como negócio (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015).

Testemunha-se, assim, em décadas mais recentes, bairros inteiros de pequenas casinhas e sobradinhos sendo demolidos para a expansão da verticalização com a construção de condomínios, shoppings e hipermercados. O boom imobiliário, nestas últimas décadas, tem passado o trator em bairros antigos de construções mais modestas, transformando-os em novas fronteiras econômicas e espaciais. Isso leva à expulsão dos antigos moradores, principalmente a classe trabalhadora mais pobre, e à liquidação dos pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços que se ligavam a uma vida social. Desaparecem a padaria, a quitanda, o jornaleiro, a costureira, o serralheiro, a vendinha e o mercadinho, que compunham a memória da vida cotidiana do bairro.

A experiência do viver a cidade vai se tornando, assim, sofrimento e violência, na medida em que o movimento forçado e constante de migração que se dá, frequentemente, em direção aos confins do território, provoca a impossibilidade do enraizamento. Segundo Weil (1996), o enraizamento é talvez a necessidade da alma humana mais importante, mais desconhecida e a mais difícil de se definir. Ele tem relação com fincar raízes por meio da participação real e ativa na existência de uma coletividade e em um lugar, afirma a autora, significa criar um vínculo de identidade no grupo social e no lugar de forma a envolver-se plenamente na vida, nas questões e nos problemas, tomando parte, agindo e atuando. Assim, o enraizamento tem relação com a escala do tempo longo, da permanência que implica em fortalecimento de vínculos, de constituição de uma identidade e uma relação de pertencimento. O enraizamento tem relação com o que Lefebvre (2010, p.23) chamou de habitar a cidade: “[...] participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras coisas, essa qualidade, esse atributo”.

Desta forma, a lógica da produção da cidade que expulsa constantemente os moradores de seus lugares de vida, de memória e de pertencimento, cria a impossibilidade de enraizamento atingindo em cheio a infância quando as crianças não conseguem manter, por muito tempo, os vínculos afetivos e sociais criados na escola que frequentam, com a vizinhança e com os parceiros de brincadeiras no bairro e nas praças.

A infância nas cidades do capitalismo periférico é impactada diretamente pelos efeitos perversos das políticas de Estado. A cidade transformada em mercadoria, cujo objetivo maior é gerar lucro e valorizar o capital, encontra-se hoje em uma nova fase do neoliberalismo, mais aguda e na qual o empresariamento toma conta daquilo que é bem comum, é a venda da cidade por meio da realização da política pública (PRIETO; LACZYNSKI, 2020). Inseridos, assim, nesta ideologia chamada pelo autor de ultraneoliberal, os espaços e equipamentos públicos são colocados sob concessão privada, afastando a possibilidade de seu uso por aqueles que não podem pagar.

A cidade como bem comum, como resultado histórico do trabalho social e como o centro da vida social e política onde se acumularam riquezas, conhecimentos, técnicas e obras de arte e monumentos, ela mesma uma obra, segundo Lefebvre (2010), se transforma em produto cujo acesso se dá sob a condução do dinheiro.

Assim sendo, as praças são cercadas, as escolas públicas entregues à gestão do privado, os estádios e parques são privatizados e têm seus ingressos proibitivos para a classe trabalhadora e inviabilizam o comércio ambulante no qual os produtos são mais acessíveis. Para Katz (2019), o desinvestimento nos espaços públicos deixa as crianças dos bairros pobres com poucas oportunidades de brincar ao ar livre, seguras e de forma autônoma. Segundo a autora, essa geografia das crianças e da infância sofre sob as relações de produção e reprodução associadas à globalização.

Diante desta problemática, é possível deixar a infância alheia a estes processos que atingem em cheio a vida dos que usam e se apropriam dos espaços da cidade? Como inserir as crianças na reflexão sobre a cidade e a sua lógica de produção, no sentido de

formar a consciência crítica do mundo e do seu cotidiano? Como a educação patrimonial pode contribuir nesses debates?

Acredita-se que o patrimônio e memória compõem possibilidades para a infância refletir sobre a cidade, sobre os usos sociais e sobre a produção do espaço urbano. A partir deles, é possível questionar o que permanece, o que se apaga e os significados atrelados a esses processos.

As praças, a infância e as perspectivas para a educação patrimonial

Enquanto a lógica da vida urbana contemporânea se fecha em espaços de segregação voluntária, como são os condomínios, loteamentos fechados, shoppings, clubes e centros empresariais que negam a vida social, contraditoriamente o projeto educativo de uma escola municipal de educação infantil, situada na área central da cidade de São Paulo, aposta em outro sentido: ocupar as ruas e os espaços públicos da cidade com as crianças.

Paulo Freire lembra da importância das experiências informais nas ruas, nas praças, nos espaços comuns de trabalho do dia a dia, como lugares em que é possível ensinar-aprender. Para o autor: “Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço” (FREIRE, 2017, p. 45). No texto ele destaca o papel educativo que o espaço exerce. Ou seja, o que aprende sobre a prioridade dada à educação pública quando o prédio da escola municipal está malcuidado? Ou, o que os educandos concluem sobre a importância que o poder público dá à preservação da memória quando o patrimônio cultural protegido está abandonado, em ruínas, ou quando os suportes materiais da história da cidade não são preservados? Neste sentido, o autor afirma que o espaço tem uma “natureza testemunhal” (2017, p.45), por meio dele é possível aprender, sem que se dê o uso da palavra.

A concepção da cidade como território educativo se alimenta destas proposições de Paulo Freire, entendendo que o ensinar-aprender não acontece apenas dentro da sala de aula e da escola.

As saídas dos educandos para interagir, ver e conhecer a cidade em que se habita é uma estratégia dentro da concepção de território educativo, aquele formado por um conjunto de lugares da educação, no seu sentido ampliado, que não se resumem aos muros escolares, conforme Azevedo, Tângari e Faria (2016). Para as autoras, é preciso integrar os espaços escolares aos equipamentos públicos como bibliotecas, praças, parques, museus, cinemas e centros comunitários para desenvolver atividades de educação integral, ampliando as possibilidades do aprender-ensinar.

Isso é o que acontece no projeto chamado de “Motoca na Praça” desenvolvido pela Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Armando de Arruda Pereira, situada dentro da quadra da Praça da República, na área central da cidade de São Paulo. O projeto objetiva proporcionar às crianças moradoras do centro uma experiência única, de viver a cidade, andando de triciclos pela praça e por outras ruas do centro. Nesta atividade as crianças aprendem a lidar e conviver com o ritmo e o movimento da área central, com a concentração de pessoas nas ruas, o passo rápido a caminho do trabalho, os ambulantes e o comércio de rua, além da presença da população em situação de rua.

O projeto foi reconhecido com diversas premiações, entre as quais o Prêmio Paulo Freire (Câmara dos Vereadores), Educador Nota 10 (Instituto Somos) e Territórios (Instituto Tomie Ohtake)⁴, evidenciando, assim, seu importante potencial educativo. Motoca na Praça estimula a convivência com a cidade, por meio do uso dos espaços públicos, transformando a praça e as ruas em salas de aula a céu aberto e em espaços educadores que fomentam a cidadania, a observação e reflexão sobre a cidade. Nos relatos das saídas registrados na rede social⁵ constata-se que as crianças ficam atentas e identificam as mudanças que ocorrem no centro, questionam os funcionários da prefeitura sobre o corte de árvores da praça, atravessam na faixa de segurança, conversam com ambulantes, trabalhadores e moradores em situação de rua durante o percur-

4 Para saber mais: <https://www.youtube.com/watch?v=uve8Pd0Xq1M>.

5 <https://www.instagram.com/projetomotocanapraça/>. Acesso em 18/07/2024.

so, distribuem garrafas de água nos dias de calor intenso do verão, práticas essas que vão consolidando a noção da cidade como um espaço coletivo de convivência e sociabilidade e como um bem comum, que cabe a todos cuidar.

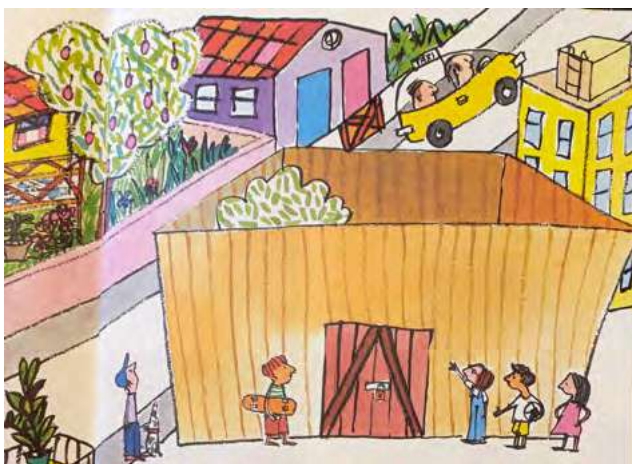
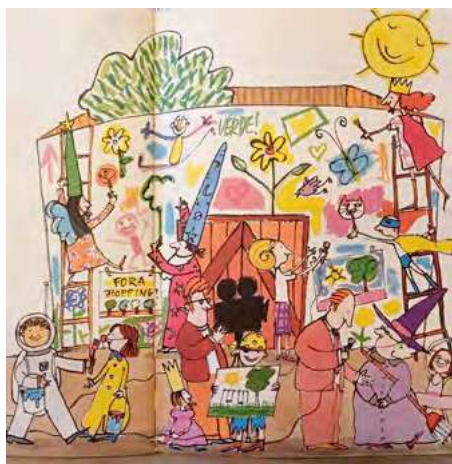
As crianças com seus aventais amarelos ou laranja, em suas saídas com as motocicletas, dão um colorido especial às ruas, mostrando que o potencial educador do projeto não se restringe a elas, pois impactam as pessoas por onde passam, as quais são provocadas a refletir sobre o direito à cidade na infância.

Ainda que o projeto não tome explicitamente para si esta responsabilidade, Motoca na Praça pode ser entendido como uma ação de educação patrimonial, na medida em que promove a construção de uma relação de afeto, identidade e memória com aquele espaço que é um patrimônio cultural da cidade de São Paulo. A Praça da República é uma das mais importantes áreas verdes do centro da cidade e com isso desempenha a função de garantir fruição, lazer e sociabilidade, desde o final do século XIX, no alvorecer da Primeira República. Além disso, a praça tem um papel relevante na história da infância em São Paulo, pois foi o local da implantação do primeiro Jardim de Infância, marco de mudanças nos hábitos educacionais, pois até aquele momento as crianças somente ingressavam no ensino aos 7 anos de idade. O Jardim de Infância ficava junto ao prédio da Escola Normal Caetano de Campos, responsável pela formação de várias professoras e professores que atuaram nas primeiras escolas públicas.

Deste modo, Motoca na Praça reforça a historicidade desta função educativa da Praça da República, mas o faz resignificando com novos usos os quais também se estendem pela centralidade da cidade. Valoriza a função histórica educativa daquele espaço a partir dos novos desafios colocados pela urbanização como negócio, do século XXI, apostando no sentido público do espaço urbano, o que aproxima o projeto dos princípios da nova pedagogia do patrimônio.

Mas, se um dia, a praça sumisse?

Esta é a questão central do livro infanto-juvenil chamado “O dia em que a pracinha sumiu”, de Márcia Frazão, com ilustrações de Mariana Massarani. Continuando no mesmo tema – as praças -,



Cenas da história do livro: O dia em que a pracinha sumiu, de Márcia Frazão. Ilustrações: Mariana Massarani/Cosac & Naify, 2002.

este segundo exemplo busca apresentar outro tipo de prática educativa que permite aprofundar as questões que são trabalhadas no projeto anterior. O livro tem sido usado pela equipe do educativo de um equipamento cultural da Universidade de São Paulo⁶, o CPC USP, na forma de contação de histórias.

Publicado há mais de 20 anos, “O dia em que a pracinha sumiu” aborda uma cena que seria muito comum na cidade neoliberal atual e, neste sentido, a autora antecipa questões que são parte do cotidiano urbano, como a privatização de espaços e equipamentos públicos. A autora é formada em Filosofia e se autodefine como anarquista e visionária. O livro é lindamente ilustrado, de forma que texto e figuras se combinam para contar uma história que poderia acontecer em qualquer cidade brasileira na contemporaneidade.

O enredo inicia-se com a surpresa das crianças do bairro ao constatar que a pracinha do bairro havia sido fechada com tapumes (Imagem 1). Isso despertou uma enorme preocupação, já que

6 Centro de Preservação Cultural (CPC) da Pró-reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, abrigado na Casa de Dona Yayá, no bairro do Bexiga (SP). A autora foi coordenadora do Educativo e vice-diretora de 2018 até fevereiro de 2024 e introduziu o livro como parte das atividades para crianças.

era o lugar preferencial das brincadeiras, do encontro com os amigos, do famoso baile à fantasia e as árvores da praça haviam sido plantadas pelas crianças.

A solução foi falar com uma moradora muito antiga do bairro, a Vó Vitalina, que imediatamente faz uma ligação telefônica para o presidente da Associação de Moradores e é informada de que ali, em substituição à praça, seria erguido um shopping center visando o progresso do bairro. Sob a liderança da Vó Vitalina as crianças começam a organizar uma manifestação de protesto: desenham cartazes com frases como “queremos nossa praça de volta” e “fora shopping”, vestem-se de fantasias e pintam os tapumes de todas as cores, chamando a atenção de muitas pessoas, das equipes de rádio, revistas e televisão (Imagem 2). Veio a banda, o bloco de carnaval, os escoteiros, as bandeirantes, o que resultou em pressão política que levou o prefeito a anular a construção do shopping. Vitória do movimento das crianças, sob liderança da Vó Vitalina!

A história, utilizada desde 2022 nas atividades do educativo na Casa de Dona Yayá aos domingos, acabou por ganhar um grande destaque, sendo estendida para outras ações como o projeto USP na Comunidade – Unidades Móveis, que consiste em realizar atividades extramuros a serem desenvolvidas em carretas especialmente projetadas e equipadas para o uso em Cultura e Extensão⁷. A história, além de cativante, permite mobilizar a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural de diversas formas, a partir da relação afetiva, de memória e identidade com a pracinha, do reconhecimento dos espaços públicos de lazer como patrimônio cultural, da necessidade de mobilização social em defesa destes espaços, da valorização da Vó Vitalina como a anciã e guardiã da memória e dos saberes da mobilização, além de possibilitar problematizar temas como a concepção do que é progresso da cidade, a ausência de consulta popular em intervenções urbanas nos espaços públicos e a importância da participação social nas decisões sobre a cidade.

7 Em duas oportunidades diferentes a contação desta história foi a atividade central do Projeto USP na Comunidade: uma realizada no CEU Jaguaré (capital), em 2022 e outra no município de Iguape, litoral sul de São Paulo, em 2023.

Breves considerações finais

Ambos os casos apresentados aqui mostram a importância de inserir a infância nas reflexões sobre a cidade. Não se trata de um tema que deva estar alheio aos interesses das crianças e um caminho para essa problematização pode se dar via patrimônio cultural. Isso porque, ao contrário do que afirma tão taxativamente a versão oficial, o patrimônio não diz respeito a coisas materiais, lugares ou práticas intangíveis que são escolhidas pelo poder público para afirmar a existência de uma herança coletiva. O patrimônio diz respeito àquilo que habita o coração dos grupos sociais, como a praça na qual se brinca, aprende e socializa. Assim, em sua essência, o patrimônio é resultado da experiência do vivido, que fica registrada e atualizada ao longo da passagem do tempo e que permite aos grupos sociais se enraizarem na cidade.

Nesta perspectiva, a nova pedagogia do patrimônio que se concretiza em experiências como as que foram aqui trazidas deve se alimentar daquilo que afirmaram Paulo Freire (1967) e bell hooks (2017): a educação deve ser a prática da liberdade, ou seja, deve estimular que os/as educandos/as possam ser livres, capazes de suas próprias escolhas.

Educar não é adestrar, por isso mesmo não há sentido em cursos online para certificação em educação patrimonial. Se o caminho atual do Iphan é pela reconstrução, após anos de desmonte de uma política pública que deixou um importante legado, esta reconstrução não pode se dar repetindo modelos já ultrapassados, pouco críticos ou que promovem a domesticação. Aprender deve ser uma aventura criadora e não repetir uma lição dada (FREIRE, 2017).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond. Aqui havia uma praça. In: *Amar se aprende amando*. São Paulo: Record, 1985.
- CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel P. (orgs). Introdução. *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p.7-12.
- CHAGAS, Mário. Diabruras do saci: museus, memória, educação e patrimônio. *Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº1, 2004. p.135-146.

- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural e o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.
- FRAZÃO, Márcia. *O dia em que a pracinha sumiu*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOBBI, Márcia. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez.2016.
- IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. *Portaria n. 137*, de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2016
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília. DF: Iphan, 1999.
- KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Tradução: Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. *GEOUSP (Online)*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 435 – 452, mai/ago 2019.p. 435-452.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LORES, Raul J. *Os subúrbios 'Alabama' se alastram pelo Brasil, e tem gente que se orgulha...* Disponível em: - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/raul-juste-lores/2024/07/03/>. Acesso em 04/07/2024.
- OLIVEIRA, C. A. P. Educação Patrimonial no Iphan: análise de uma trajetória. *Revista CPC*, São Paulo, v. 14, n. esp. 17, p. 32-54, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/issue/view/11073> . Acesso em: 10 ago. 2021
- PRIETO, Gustavo FT.; LACZYNSKI, Patrícia. São Paulo à venda: ultraneoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020). *GEOUSP (online)*, vol. 24, nº 2, 2020.p.243-261.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SCIFONI, Simone. Educação patrimonial no Brasil: o que há de novo? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 43, 2022. p. 1-13.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- WEIL, Simone. *A condição operária e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



2 Núcleo Original da Freguesia do Ó (SP): educação patrimonial, possibilidades e tensões na metrópole

ALBERTO LUIZ DOS SANTOS *

Relações de vizinhança e compadrio. Festas periódicas vinculadas à religiosidade, às datas marcantes, ao lazer, ao esporte... Sociabilidades tecidas por meio de encontros rotineiros entre pessoas e grupos. Encontros diários, semanais, periódicos. Nos quintais e calçadas, nas ruas, nas praças, no comércio, nos pequenos deslocamentos. Sociabilidades tensionadas pelos impositivos das relações de trabalho e das longas trajetórias na cidade, porém resilientes no lugar, marcando o ciclo da vida e a possibilidade do fazer coletivo.

Esse conjunto de processos foram elencados por Seabra (2003) para elucidar o conceito de bairro e demarcar os conteúdos da vida de bairro em São Paulo (SP) nos meados do século passado, tendo como foco os bairros populares. Aqueles formados a partir da mobilidade da população pobre, como desdobramento do pacto entre capital e Estado no mercado de terras e nas políticas de segregação,

* Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (2021), possui produção acadêmica voltada à seara do Patrimônio Cultural, Cidade e Metrópole. Integra a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) e o Grupo de Pesquisa Patrimônio, Espaço e Memória (CNPq). Atua como docente na Educação Básica (Prefeitura Municipal de Campinas), tendo experiência na Educação Técnica e Tecnológica e Superior. Atua na área de Educação Patrimonial, tendo experiência em Programas de Educação Patrimonial (Licenciamento Ambiental) e inventários participativos. Como pesquisador, atua em formações e estudos técnicos na área de patrimônio cultural e futebol popular.

higienistas e racistas, impostas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Em síntese, os bairros formados pela resistente autoconstrução da moradia.

O debate da autora permite compreender que o bairro, naquele contexto, era sobretudo uma dimensão significativa da vida. Articulado à totalidade da cidade e, simultaneamente, identificável em termos de espaço e tempo. Em suma, mesmo sendo originário de dinâmicas econômicas datadas e localizadas de desmembramentos de terras e formação de loteamentos, no curso de uma explosão da cidade pautada pela segregação¹, o bairro era antes um reconhecimento mútuo e intersubjetivo de seus moradores do que um limite territorial demarcado por outrem, para fins administrativos.

Os conteúdos da vida de bairro passariam por marcantes atravessamentos com a transformação da cidade em metrópole, ou seja, com a estruturação de São Paulo como uma metrópole industrial e, posteriormente, financeira (CARLOS, 2001; CARLOS, VOLCHKO, ALVAREZ, 2015). O processo de reprodução do espaço urbano culminaria na fragmentação de inúmeros bairros, afetando e tolhendo essas relações sociais. Nos termos de Seabra (2003), o bairro e a vida de bairro teriam implodido, o que não nos permitiria mais identificá-los na metrópole contemporânea.

As contradições e complexidades relacionadas à urbanização capitalista tornam temerário, contudo, demarcar rupturas de modo definitivo e totalizante. Seria realmente o fim da vida de bairro na cidade de São Paulo? Como podemos interpretar as ressignificações da vida de bairro que ocorreram com a fragmentação? Ou seja, com o deslocamento das pessoas que nele viviam aos atuais territórios periféricos? E para as pessoas cujas famílias foram outrora escravizadas e seus territórios dominados, alijadas de direitos desde os primórdios da cidade? Existiu vida de bairro para elas em algum momento?

1 Nesse parágrafo partimos do aporte teórico de Lefebvre (2001) sobre a imploração-explosão da cidade. Contudo, destacamos a relevância de situar tal teoria, referenciada na realidade parisiense dos meados do século XX, à realidade de um país colonizado e, especificamente, de São Paulo (SP). Realizamos tal engajamento ao longo das seções deste ensaio, demarcando balizas temporais da urbanização de São Paulo.

São questões que permearão as seções posteriores. Elas permitem, por ora, antecipar uma assertiva que fundamenta os propósitos deste ensaio: sendo raros os lugares da metrópole onde, contemporaneamente, se desdobram formas de sociabilidade como as citadas no parágrafo inicial, podemos afirmar que os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha na Freguesia do Ó, bem como suas quadras e vilas adjacentes, são exemplos marcantes de arranjos e sociabilidades de bairro.

Ainda que atravessados por inúmeros tensionamentos e demarcadores de desigualdade, tais Largos conformam um lugar onde se realizam referências culturais, ou seja, onde se desdobram práticas que são matrizes de significados, identidades, afetos e memórias compartilhadas, por meio dos quais os valores dos bens culturais são elaborados e atribuídos coletivamente. Valoração que potencializa tais bens como patrimônio cultural da cidade.

Nosso entendimento sobre o valor e valoração, inspirado em Meneses (2009), suscita uma breve digressão sobre conceito de patrimônio. Contrapomos, com a perspectiva aqui apresentada, o entendimento que foi hegemônico nos órgãos de proteção do patrimônio no Brasil até as últimas décadas do século XX². Tais órgãos se limitaram, mormente, aos valores atribuídos por supostos detentores de conhecimentos técnicos, centrado em noções como estética, monumentalidade e excepcionalidade que, em suas atribuições, reiteradamente exaltaram bens representativos das elites enquanto patrimônios. Críticos a essa perspectiva, partilhamos da definição de patrimônio cultural colocada pela Constituição de 1988 e por um conjunto de normativas e publicações estabelecidas nas décadas posteriores³, que disputaram o campo e elucidaram

2 Tratamos, em linhas gerais, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (criado em 1937), embrião do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como dos departamentos e conselhos de proteção ao patrimônio estaduais.

3 Dentre elas, destacamos, com base em Demarchi (2021), o Registro do Patrimônio Imaterial pelo IPHAN (2000), a chancela da paisagem cultural, o Manual de Aplicação para realização de Inventários Participativos pelo IPHAN (2016) e a Portaria nº 137 publicada pelo IPHAN, 2016. Cumpre destacar que, ainda na

um sentido de patrimônio que compreende os grupos sociais como sujeitos do processo de valoração e, nesse sentido, do reconhecimento e da elaboração de ações de proteção de seus bens culturais.

Assim, defendemos um patrimônio dialógico e transformador, no sentido colocado por Demarchi (2021), enquanto potência capaz de mobilizar pessoas pelos seus direitos a partir do reconhecimento de sua história, de seu território e de suas referências culturais. Ao se desdobrar em coletividade e contrapor, portanto, o discurso autorizado⁴ que impõe o que é ou não é patrimônio, tal encontro com o passado faz emergir as relações de poder que atravessaram historicamente as pessoas, explicitando que o patrimônio delas não é aquele que representa a história de quem as dominou e violentou (SCIFONI, 2022).

A ativação deste olhar tem na educação patrimonial uma importante contribuição. Nas contradições do cotidiano, problematizamos a história e a contemporaneidade compartilhando nosso entendimento com outras pessoas e, com elas, aprendendo. Nessa chave, a imersão nesse olhar engajado e crítico, que nos leva a compreender conteúdos significativos de nossas vidas a partir dos bens culturais, é um processo fluido que transcorre em diversas situações cotidianas, desde que haja o ensejo da partilha, ou seja, momentos propícios que suscitem a multiplicação dos entendimentos, questionamentos e afetos mobilizados em relação aos bens culturais.

Tal fluidez pode ser potencializada por ações educativas intencionalmente organizadas, como cursos, oficinas, vivências, debates, roteiros e pesquisas, incluindo aquelas que ocorrem nas escolas. Nessas ações, é latente a demanda por metodologias participativas e horizontais, capazes de diluir as relações de poder que perpassam o educar, superar a dicotomia ensinar-aprender e os ecos da educação bancária (DEMARCHI, 2021). Uma educação patrimonial que,

década de 1970, o Centro Nacional de Referências Culturais já apresentava as tendências à renovação do campo do patrimônio mencionada neste parágrafo.

4 Em referência ao debate colocado por Scifoni (2022) em diálogo com Smith (2011).

conforme pontuado por Scifoni (2019), contrarie a ideia de que as pessoas necessitam “conhecer para preservar” e que tome o patrimônio como ponto de partida para processos transformadores, ou seja, como patrimônio-gerador⁵.

Retomando a Freguesia do Ó, ainda que o patrimônio não se restrinja aos bens acautelados e aos valores atribuídos pelos órgãos oficiais, cumpre destacar que o bairro teve seu Núcleo Original, onde estão os Largos citados, tombado pela Resolução nº 46 de 1992 do CONPRESP, normativa que passou a influenciar significativamente as sociabilidades locais. Ademais, trata-se de um marco nas políticas de patrimônio do município, por ter articulado perspectivas como ambiência, paisagem e afetos aos chamados valores histórico e arquitetônico. De acordo com Santos e Nito (2021), tal articulação, até então pouco difundida nas políticas de patrimônio municipais, tornou-se referência.

Considerando essa normativa, bem como a história e contemporaneidade da Freguesia do Ó, este ensaio parte das práticas de educação patrimonial realizadas no bairro, bem como em pesquisas precedentes, para enfatizar que se trata de um lugar da metrópole onde as sociabilidades e as territorialidades cotidianas favorecem as possibilidades de uma educação patrimonial crítica, ativada pelo patrimônio-gerador. Possibilidades frutíferas, embora tensionadas pelas interseccionalidades que, segundo Berth (2023), perpassam a estrutura social e, inexoravelmente, atravessam tais vínculos locais.

Tais práticas de educação patrimonial foram realizadas pelo Grupo de Trabalho Brasilândia-Ó (GT), entre 2015 e 2023⁶. Elas articularam diversas estratégias de participação social, entre oficinas, roteiros pelo bairro, manifestações públicas, estudos coletivos, publicações intervenções em audiências públicas e redes sociais (SANTOS; NITO, 2021). Embora tenham tido foco na mobilização

5 Em referência ao debate que Demarchi (2021) estabelece com Freire (2014) e à possibilidade de práticas educativas a partir de *temas geradores*, aporte do patroneo da educação brasileira.

6 GT pertencente à Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP).

das pessoas pela ampliação da área envoltória do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, como forma de contrapor a tendência de verticalização do bairro e preservar a “Vista do Ó”⁷, tais ações perpassaram muitos temas e questões.

Assim, o objetivo deste texto é apresentar essas ações, com foco nos desdobramentos que o GT proporcionou, destacadamente o trâmite da normativa, ou seja, o pedido de ampliação solicitado, que foi inicialmente acolhido pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e, posteriormente, não foi aprovado pelo CONPRESP, em 2022. Nesse trâmite, além de rechaçar a proposta tecnicamente embasada e endossada pelo DPH, os votos dos conselheiros oscilaram entre o desconhecimento das próprias normativas de patrimônio municipais e o atrelamento aos interesses do mercado imobiliário, culminando no encaminhamento do processo à apreciação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), o que travou seu andamento.

Demarcando criticamente as contradições dessa decisão, pontuaremos, ao final, as tensões locais, entre moradores, frequentadores e visitantes da Freguesia do Ó, que perpassam a história do bairro e se revelaram no trâmite da normativa, reverberando diferentes entendimentos sobre o patrimônio, questionamentos sobre as políticas urbanas e sobre a própria atuação do GT.

O debate crítico proposto se dará à luz da problemática da colonialidade urbana discutida por Berth (2023) e da fragmentação e reprodução do espaço urbano como negócio, debatidas por Carlos, Volochko e Alvarez (2015). Iniciamos por situar a formação do bairro, a normativa e as mobilizações locais.

7 Por “Vista do Ó”, expressão mobilizada diversas vezes nesse texto, tratamos a possibilidade de avistar, a partir do Largo N. S. do Ó, ampla dimensão de SP, sobretudo regiões centrais e Oeste, bem como aos diversos locais dos distritos da Lapa, Água Branca e da própria Freguesia do Ó, donde se avistar o Outeiro. Em suma, trata-se da relevância da paisagem como patrimônio.



Igreja Nossa Senhora do Ó – margem direita do rio Tietê – finalização da obra (1900).
Fonte: Acervo da Casa de Cultura Salvador Ligabue.

1. Freguesia do Ó: território, normativas protetivas e mobilizações sociais

Trabalhamos a gênese e evolução desta *urbe* em Santos (2014) e Repep (2017; 2019). Em síntese, o Núcleo Original da Freguesia do Ó, denominação adotada pelo órgão de patrimônio⁸, surge no contexto colonial de dominação de territórios indígenas e concessão de sesmarias, no primeiro momento do bandeirantismo-escravocrata-minerador, ainda no século XVI (1580).

A noção de “pouso” (associada às paradas das tropas e à rede de caminhos que levavam à mineração) e de “função defensiva” (associada às bases de uma suposta proteção de São Paulo frente aos “ataques” de indígenas), são as mais mobilizadas na historiografia para elucidar a formação do Núcleo⁹. Atrelado a tais noções, evoca-se o vínculo religioso, uma vez que desde os primórdios do domínio sesmeiro desdobrou-se, nesse território, a construção de capelas e, posteriormente, da Igreja, o que impulsionou uma significativa vinculação cristã-católica, transcendendo séculos.

8 De acordo com os estudos que embasaram a Resolução n° 46/92 do CONPRESP.

9 Assim como em relação às demais freguesias que marcaram a formação da cidade de SP, como São Miguel, Santo Amaro, Penha, Santana, etc., a noção de função defensiva envolve também a ideia de proteção frente aos demais colonizadores para além dos portugueses.

Considerando os propósitos e modos de se contar histórias, colocado por Lamego (2013), atentamos em Repep (2019) sobre os riscos de reproduzir integralmente essas narrativas ou de nos limitarmos a elas e, com isso, coadunar com apagamentos e reforçar algumas noções contraditórias.

É forçoso e violento, por exemplo, reiterar a ideia de que as pequenas urbes que circundavam a Vila de São Paulo tivessem uma “função defensiva” frente a ataques indígenas, uma vez que o projeto de ataque foi realizado justamente pelos colonizadores, com a escravização e a dominação territorial.

Outra questão premente é a adoção da figura de Manoel Preto, português a quem foi concedida a sesmária administrada sobre as regras da Coroa, como fundador do bairro. Embora o protagonismo atribuído a Manoel Preto tenha grande reverberação na Freguesia do Ó, inclusive no aspecto identitário e afetivo de parte de seus moradores, a ideia de fundação é por si contraditória, à medida que desconsidera a existência, naquele mesmo território, de agrupamentos organizados previamente pelos povos originários. Essa espécie de consagração que relativiza e minimiza as imposições dos sesmeiros e a violência instaurada em termos de relações de trabalho e poder. Ademais, essa ode aos desbravadores portugueses dilui a relevância das cosmovisões e referências culturais indígenas, coibidas pela cristianização.

Trata-se de uma expressão da colonialidade urbana debatida por Berth (2023), o que nos exige uma digressão sobre o modo como se deu a fundação das cidades brasileiras na colonização, em sentido amplo, antes de seguirmos com o enfoque na Freguesia do Ó.

A autora propõe um movimento de pensamento que, articuladamente, parte da dominação de territórios indígenas, no contexto das capitanias e sesmarias, vinculando-as aos planos e projetos urbanísticos contemporâneos, para afirmar que a base desigual da urbanização brasileira é a questão fundiária: “Nossas opressões nasceram da disputa pela terra. Esta é a gênese da sociedade brasileira moderna” (BERTH, 2023, p.92).

Nessa chave, a urbanista destaca como a sociedade naturalizou a noção de posse da terra, cujo sentido foi, nos idos do século XVI,

manipulado e instaurado pelos europeus, como modo de deslegitimar o território dos povos originários e das pessoas pobres, ou seja, como algo frágil. Essa noção ambígua, seria uma das justificativas de dominação assentada em diversos dispositivos legais autoprotetidos pela Coroa e pelo Império, até serem consolidados pela Lei de Terras (1850), instituindo a propriedade em definitivo.

Berth também pontua o avançar das leis abolicionistas no segundo quartel do século XIX e as contradições legadas, uma vez que a suposta liberdade não acompanhou a garantia de direitos e a dignidade nas relações de trabalho à enorme parcela da população, outrora escravizada. Nesse sentido: “A conversão das terras em propriedade privada definiria as bases sociais e físicas das cidades, preparando absolutamente o território para uma divisão racial do espaço urbano pós-colonização”. (BERTH, 2023, p. 92). Assim, na passagem para a República, seria o capital industrial a potencializar, no espaço urbano, tal conversão, com a urbanização intensa alavancada pela indústria.

Essa digressão nos leva a compreender a colonialidade urbana como um duplo movimento articulado. Por um lado, a perversidade de consagrar como referência da formação histórica das cidades processos que excluíram pessoas e violaram seus territórios. Por outro, o modo como essa consagração castrou o pensamento sobre a cidade e sobre a história das cidades, tornando-as reféns de uma história contada a partir da naturalização de qualquer forma de violência sobre as supostas posses em detrimento do imperativo da propriedade. Em resumo, uma naturalização acrítica, legitimando a narrativa de que as terras pertenceram historicamente às elites brancas. Uma dificuldade das pessoas e grupos sociais em reconhecerem que as problemáticas urbanas atuais emergem dessa violação inicial, perpetuada por séculos, com o atrelamento entre capital e Estado para a produção do espaço urbano “moderno”.

Retomemos o bairro da Freguesia do Ó, especificamente, para elucidar a questão em processos mais recentes. As noções de ruralidade e isolamento geográfico são, também, recorrentes nas análises espaço-temporais da Freguesia do Ó, como em Barro (1977) e nos estudos prévios ao tombamento supracitado. Quanto à pri-

meira, entende-se que entre os séculos XVI e XIX a pujança esteve centrada em economias locais, sobretudo aquelas mobilizadas pela produção agrícola. Em síntese, um território de chácaras e fazendas ao redor do casario situado no entorno dos largos, bem como outras pequenas urbes, conectadas e derivadas de desmembramentos das fazendas.

Essa condição teria perdurado até as décadas iniciais do século XX devido ao chamado isolamento geográfico, que sintetiza o fato de que este território, além de ter o acesso dificultado pela necessidade de transposição dos meandros do rio Tietê, também não era perpassado pelas linhas férreas que naquele contexto tanto contribuíram para a dinamização socioeconômica dos bairros operários e dos povoados-estação em outras regiões de São Paulo.

Tal entendimento é sem dúvida válido e fundamentado, quando o enfoque é econômico. Porém, a ideia de ruralidade não pode se confundir com uma noção de amenidade, de um território comunitário e harmonioso, uma vez que, nesse intervalo, a vida na Freguesia do Ó foi marcada por desigualdades sociais e raciais sofridas pelos despossuídos de terra e por aquelas famílias que, mesmo já vivendo em área urbanizada, não pertenciam ao grupo dos privilegiados moradores dos arredores “da Matriz”. Em suma, historicamente, a legitimidade do ser/pertencer ao bairro foi alvo de tensões e narrativas de poder.

Entre as décadas de 1940 e 60, a construção de pontes de concreto, conectando a Freguesia do Ó à Lapa e à Água Branca (e, destes bairros, ao Centro), bem como a finalização das avenidas Marginais, intensificaram o aquecimento do mercado de terras e, com isso, a expansão da área urbanizada de São Paulo no território atual do Distrito da Freguesia do Ó, “unindo” as antigas urbes e eliminando os vazios urbanos (ALVAREZ, 1994).

Esse breve elenco de processos e balizas temporais nos permite pontuar bases para compreender a manifestação, no seu Núcleo Original e quadras adjacentes, das sociabilidades citadas no parágrafo inicial da Introdução, ou seja, da manifestação da vida de bairro, expressas até a contemporaneidade, porém com múltiplas desigualdades, ressignificações e novas territorialidades.

Os vínculos identitários das famílias mais antigas e moradoras locais, atrelados aos eventos paroquiais e ao uso das praças enquanto lazer e encontro, foram progressivamente imbricados aos usos e apropriações deste espaço por “estrangeiros”. Trata-se dos grupos sociais moradores das vilas mais distantes do território periférico em expansão, bem como dos visitantes de diversas regiões da metrópole, motivados pela vocação de lazers vespertino e noturno, das festas paroquiais, bares e restaurantes ali instalados, sobretudo após as últimas décadas do século XX. Territorialidades que expressam a referência que os Largos se tornaram ao longo dos anos e os múltiplos valores que foram mobilizando entre as pessoas.

Tais tramas foram incrementadas após os acautelamentos trazidos pelo tombamento, em 1992. A normativa foi caudatária de um conjunto de estudos, sendo os iniciais datados de 1979, que se aprofundaram na década seguinte, culminando no tombamento. Foi considerado como “Núcleo Original” um conjunto de quadras e logradouros, destacando imóveis a serem preservados em Níveis de Proteção 1 (integral) e 2 (elementos arquitetônicos externos). Ademais, foram estabelecidos limites de gabaritos para imóveis que viessem a ser construídos no Núcleo e na área envoltória¹⁰.

Atrelando tais conteúdos arquitetônicos ao histórico de formação, os estudos do DPH destacaram a paisagem, vinculando assim o recorte do tombamento à cidade e reconhecendo a relevância paisagística, com destaque ao fato de ser um outeiro. Também apontaram a ambiência e os laços afetivos, reconhecendo as singularidades desdobradas da articulação entre as relações de vizinhança, os usos sociais dos espaços públicos e dos empreendimentos comerciais como um valor que contribuiu ao escopo de justificativas que defenderam o tombamento e que foram acolhidas pelo CONPRESP, à época.

10 Sobre as cartografias que representam o Núcleo Original tombado, bem como o espaço envoltório, acompanhada dos devidos detalhamentos, será apresentado um mapa na seção posterior e, como complemento, ver: Santos (2014) e Repep (2017).

Cumprir destacar que, no âmbito da política urbana colocada após a aprovação do Plano Diretor de 2014, a área foi enquadrada como Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), no âmbito de Lei de Uso e Ocupação do Solo, em 2016, sobrepondo assim instâncias protetivas. Pesquisas qualitativas realizadas entre 2013 e 2014, bem como as ações de educação patrimonial supracitadas, permitem afirmar que o tombamento instaurado há três décadas, contribuiu para o fortalecimento de vínculos locais e para o sentido de referência cultural expresso, inclusive por não-moradores. Embora não sejam garantidoras dos usos e das características dos empreendimentos comerciais ali instalados, as dinâmicas de apropriação do espaço dos largos para lazer e manifestações culturais, bem como para uma forma de consumo que imbrica espaços públicos e privados, foram potencializadas pela preservação das materialidades do entorno e pelo acautelamento das construções adjacentes.

A questão traz à tona, ademais, a noção de “vocação turística” do Núcleo, por ser marcante a presença de pessoas de outras cidades e regiões da metrópole, sobretudo aos finais de semana. Uma narrativa corrente na Freguesia, de seus “ares de interior”, articulada à diversidade de opções gastronômicas e de bares. Expressão dessa tendência, embora mais focada no aspecto de incentivos econômicos do que, propriamente, da viabilização de políticas culturais, foi o Projeto de Lei de autoria da Vereadora Sandra Santana (PSDB) que foi sancionado como Lei (17.652/2021), autorizando a criação de um Polo Cultural, Gastronômico e Turístico do Largo da Matriz.

Os múltiplos usos sociais do espaço no perímetro tombado são, em síntese, caudatários desse conjunto de processos e contradições históricas. Se, por um lado, podemos enfatizar a pujança desses usos, no sentido da ativação de sentidos de valorização e proteção dos bens culturais por parte das pessoas, por outro, é preciso compreender que tal multiplicidade é atravessada por históricos demarcadores de desigualdade: seja no público que pode consumir em cada estabelecimento (pelo recorte dos preços), seja pelos grupos a quem se dá o direito de se expressar culturalmente nas praças, seja nas abordagens policiais (concentradas em pessoas negras e periféricas), entre outros exemplos.

Nesse sentido, alcançando o último enfoque desta seção, cumpre destacar as mobilizações sociais nos Largos e adjacências, bem como nos bairros circunvizinhos. Tal destaque, certamente, não dá conta de elencar a totalidade das lutas organizadas, porém nos permite um panorama de mobilizações voltadas à pauta da moradia, da mobilidade urbana, dos serviços municipais (educação, cultura, saúde pública). Tais ações organizadas acompanharam o crescimento populacional da região norte, seja nos bairros mais estruturados ou naqueles bairros “nascentes”, a partir dos lançamentos de loteamentos e ocupações periféricas. Destacam-se, ainda, as ações organizadas da comunidade paroquial, seja no âmbito da preservação da igreja como de eventos realizados na praça, campanhas de fraternidade, entre outros.

Em artigo que discute estratégias de mobilização social a partir da temática da preservação do patrimônio cultural, Nito e Santos (2021) demonstraram um exemplo da imbricação entre essas pautas diversas e a questão do patrimônio, elencando ações de movimentos organizados na Brasilândia pela preservação da memória do bairro que “se encontraram” com as pautas de mobilidade urbana pela construção de linha/estações do metrô na Freguesia e Brasilândia e, posteriormente, imbricaram-se à luta pela preservação da vista do Ó.

Antes de enfocarmos nesse trâmite, pontuamos ainda os coletivos organizados que mesmo tendo seus respectivos enfoques e objetivos, contribuem por meio de suas formas de expressão cultural como sujeitos de luta por direitos e pela preservação, ainda que isso se dê antes na fluidez dos fazeres do que por uma perspectiva institucional e programática. Elucidamos esses coletivos a partir de exemplos como os eventos do Reduto do RAP, importante coletivo da cultura hip hop até hoje vigente no bairro, nascido nos anos 2000 e que teve no Núcleo Original e na Casa de Cultura, ali localizada, seu lugar de realização. No mesmo sentido, elencamos os blocos de carnaval, em plena ascensão no bairro também ao longo dos anos 2000 até os dias atuais, utilizando dos espaços da área tombada para ensaios, apresentações e desfiles, potencializando assim formas de socialidade e vínculo afetivo identitário. Ademais,

cumprir destacar a histórica referência dos Largos como lugares de encontro, portanto, como lugares onde formas de expressão cultural, sobretudo da cultura popular, manifestam-se publicamente. Largos que são redutos para aqueles que acompanham eventos esportivos, sendo pontos de encontro de torcedores organizados. São redutos para os “fluxos”, ritmados sobretudo pelo funk emanado do som automotivo. São redutos de skatistas, pelos desafios obstáculos que seus bancos e calçadas oferecem. São redutos de passeadores de pets, de jogadores de dominó e malha, de quem busca as amenidades para fugir do cotidiano, seja nos bares, restaurantes, botecos ou banquetas da praça. São redutos para namorar!

2. Reprodução do espaço urbano e o trâmite da normativa

Para debater sobre os desdobramentos do pedido de ampliação da área envoltória do tombamento realizado pelo GT supracitado, partimos de uma abordagem marxista-lefebvriana da metrópole e do entendimento da colonialidade urbana entranhada nas relações sociais e nas políticas urbanas.

Considerando as contingências dos processos que perpassaram o histórico de formação da Freguesia do Ó, daremos enfoque a um conjunto de balizas temporais que permitem compreender, no século XX, a urbanização de São Paulo, bem como os impactos no bairro. Cumpre demarcar, então, uma baliza temporal que concerne à explosão da cidade e à eliminação progressiva de seus vazios urbanos, ainda na primeira metade do século XX, quando a urbanização se consolida como um processo induzido pela industrialização. No território paulistano, tal advento industrial se materializou com o espraiamento das fábricas, sobretudo nos eixos ferroviários e a proliferação de vilas operárias criadas pelos industriais.

A explosão da cidade transcendeu, contudo, esses eixos. A pujança alavancada pela indústria, inclusive no âmbito das atividades comerciais e de serviços, intensificou os fluxos migratórios com destino à capital. Tal dinâmica potencializou o crescimento

populacional notabilizando, portanto, a questão da moradia, uma vez que a expulsão da população pobre da região central já era um processo em curso, legado das políticas higienistas e racistas iniciadas ainda no século XIX e assentada nas décadas posteriores. (ROLNIK, 1989).

Tamanha demanda pelo morar aqueceu o mercado de terras e deflagrou uma intensa especulação imobiliária em bairros mais próximos às regiões centrais, onde se configurava um progressivo desmembramento de fazendas e chácaras, abertura de loteamentos e eliminação dos vazios urbanos. Bairros que nasceram populares, mas que já estavam imbricados à lógica de elevação do preço da terra. Em suma, os primórdios do contraditório padrão periférico de crescimento¹¹, que seria simultâneo à implosão do centro, cada vez mais esvaziado em termos da diversidade dos grupos sociais moradores e das atividades econômicas por eles mobilizadas.

Essa dialética da implosão-explosão da cidade elucida como São Paulo se tornava metrópole, mas tal dinâmica não se resume à expansão contínua da área urbanizada. A condição de metrópole se consolidou pelo modo como as regiões de urbanização pretérita (sejam as centralidades de serviços e comércio, os eixos industriais ou os bairros antigos, tanto elitizados quanto populares) passaram a ser o meio de reprodução direta do capital a partir da reprodução, em si, do espaço urbano. Trata-se do entendimento da cidade e do urbano como negócio (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015).

Noutra obra, Carlos (2001) discutiu como o espaço é condição de acumulação e expansão do capital (portanto, da produção de mercadorias) e, ao mesmo tempo, mercadoria em si, com o primado do valor de troca sobre o valor de uso do espaço. Nessa chave de compreensão, o fluxo de capital, do investimento ao lucro/renda, tende a promover a raridade espacial, ou seja, a demanda contínua pela mercadoria espaço. Aí reside uma contradição inerente, qual seja a cidade, diretamente associada à especulação e à elevação do valor dos raros metros quadrados disponíveis no espaço urbano.

11 Sobre o tema, entre diversas bibliografias dedicadas, nos baseamos em Raimundo (2017).

No caso de São Paulo, sobretudo após 1980-90, tal contradição demandou uma reprodução do espaço em São Paulo, de modo a promover a superação de tal raridade. Para elucidar tal contexto, a autora pontuou os mecanismos dessa reprodução:

[...] abordando as regulamentações e desregulamentações promovidas pelo Estado (como as Operações Urbanas da década de 1990), as premissas de um novo urbanismo (embasado no planejamento estratégico) e, destacadamente, a preponderância do setor financeiro frente ao industrial, cuja hegemonia passou a exigir a criação de novos espaços e, com isso, novas centralidades, que passaram a compor os eixos empresariais e comerciais de São Paulo. (SANTOS, 2021, p.61).

Sobre a preponderância do setor financeiro sobre o industrial, cumpre pontuar a desconcentração industrial. Segundo Lencioni (1994), tal dinâmica foi a expressão, em São Paulo, de processos globais de reestruturação produtiva, sendo que a dispersão das indústrias não significou a diminuição da centralização de capitais. Ao contrário, ele reforçou o poder decisório de SP.

Em relação à materialidade do espaço produzido, essa transformação demandou novos espaços, ou seja, a reprodução do espaço urbano para a consolidação de centros internacionalizados de tomadas de decisão da metrópole financeira, sobretudo edifícios na região sudoeste.

Essas balizas temporais podem nos distanciar, a princípio, do enfoque na Freguesia do Ó, mas são imprescindíveis para a compreensão da fragmentação da vida de bairro e nos elucidam as contradições do trâmite da normativa, bem como as tensões locais no Núcleo Original da Freguesia do Ó. Se a cidade como negócio pode ser sintetizada como instauração de uma condição de reprodução direta do capital por meio da produção/reprodução do espaço, multiplicam-se as possibilidades de investimento e o poder capitalista perante o poder público, ou seja, uma municipalidade legitimadora de uma cidade à venda, por meio de normativas e regulamentações que atravessam as políticas urbanas.

Nessa perspectiva, os proprietários de imóveis e, sobretudo, o setor imobiliário (corretoras, construtoras, incorporadoras, etc.) assumem altos níveis de poder decisório, uma vez que são os mediadores diretos da venda do espaço fragmentado enquanto mercadoria. Poder que reverbera, nos arranjos do capitalismo global, a questão fundiária como fundadora da problemática urbana. Trata-se da versão contemporânea da narrativa que delimita quem domina o espaço, quem manda no território. Ou seja, são as forças contemporâneas que intensificam e atualizam a colonialidade urbana.

Enquanto determinadas regiões tiveram os bairros substituídos pela edificação dos templos do capital financeiro e de consumo, o poder imobiliário foi se entranhando, inclusive, nos bairros populares, com a especulação, a elevação do preço da terra e a criação de infraestruturas urbanas pela municipalidade, antes para a garantia da reprodução capitalista do que para a demanda cidadã. Em síntese: “Bairros inteiros foram descaracterizados e mesmo destruídos pelas necessidades de expansão desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos” (CARLOS, 2007, p.36-37).

Não há dúvidas de que, sendo um processo concernente à totalidade da metrópole, a fragmentação da vida de bairro atingiria também a Freguesia do Ó. Contudo, na região onde se situa e, destacadamente, no seu Núcleo Original, o conjunto das contingências históricas, tratadas na seção anterior, fizeram (e fazem) prevalecer algumas centelhas de uma sociabilidade valorada, de identidades e afetos atreladas às memórias e aos bens culturais. Ademais, esse contraponto ganha potência, uma vez que o bairro apresenta um conjunto de quadras, logradouros e edificações protegidos pelo tombamento de 1992, o que de algum modo pôde refrear, ainda que numa abrangência reduzida, o avanço da verticalização, tão marcante nessa tendência fragmentadora, tendo em vista a limitação de gabaritos colocada pela Resolução nº 46/92.

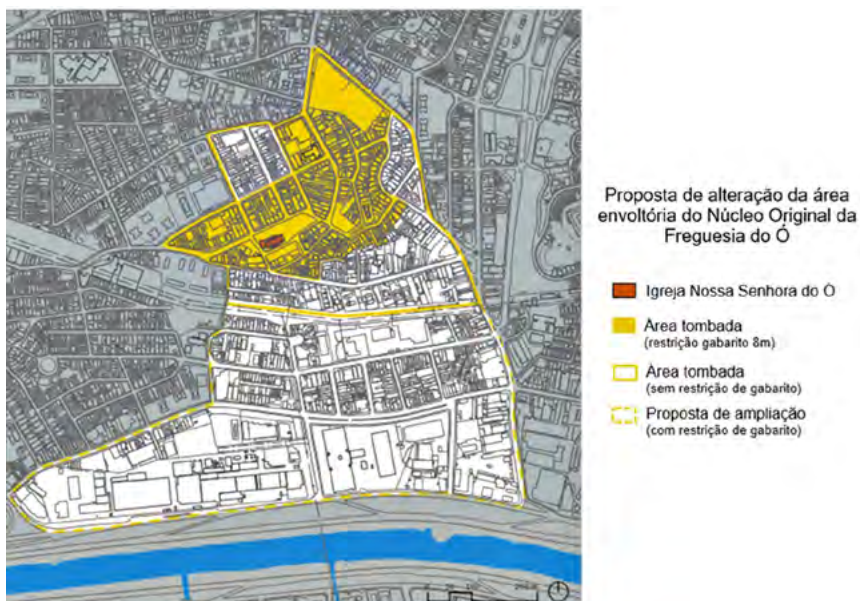
Mas se essas centelhas estão no bairro, como contraponto à lógica da cidade como negócio, elas não estão, necessariamente, nos

campos de poder definidores da política urbana e das normativas de patrimônio. No trâmite da proposta de ampliação da área envoltória do tombamento, a “cidade à venda” venceu, o que nos demanda um retorno aos momentos centrais do processo¹².

Como mencionamos, as ações do GT Brasilândia Ó, a partir de 2015, envolveram atividades educativas voltadas à preservação do patrimônio do bairro, abarcando legados de mobilizações locais pretéritas. Conforme abordado em Repep (2019), todas elas articulavam uma demanda e preocupação de parte da população local pela preservação da Vista do Ó. Sem desconsiderar a relevância e inovação colocada pelo tombamento de 1992, as ações foram centradas em dois aspectos que a normativa, até hoje em vigor, não garantia: a) manter a fruição visual do outeiro e da Igreja Matriz como um referencial de paisagem urbana e; b) garantir a contemplação da cidade a partir do Largo da Matriz. O grupo alavancou tal entendimento crítico, uma vez que ao longo dos anos, em função do crescimento e da verticalização no bairro, formou-se uma espécie de paredão que levou ao comprometimento parcial da visibilidade do bem tombado, colocando a necessidade da ampliação da área envoltória, de modo a proteger os eixos ainda não comprometidos. (REPEP, 2024).

Tal necessidade se amparou numa miríade de premissas da política urbana e das normativas de patrimônio que evocam a questão dos mirantes, dos *belvederes* e da paisagem, em sentido amplo. Nessa chave, o GT Brasilândia Ó elaborou o estudo, com o intuito de apresentar e justificar uma proposta de ampliação da área envoltória e regulamentar as diretrizes de intervenção. Importante demarcar que, para além da especificação de gabaritos máximos, logradouros e quadras a serem regulamentadas, o estudo foi composto de robusto aporte teórico-metodológico, cartográfico e info-gráfico que problematizou os legados da reprodução, fragmentação e da raridade espacial supracitados e que, na Freguesia, desdobra-

12 O texto dos próximos parágrafos até o final desta seção contém trechos do trabalho completo apresentado pela Repep no Seminário Destruições/Construções da Arquitetura, realizado pelo Centro de Preservação Cultural da USP, em 2022.



Mapa síntese da proposta apresentada ao DPH. Fonte: REPEP (2017) *adaptado*

ram-se no avanço da especulação e verticalização. A análise vinculou, ainda, estudos do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), da Lei de Uso e Ocupação do Solo (2016), do Projeto de Intervenção Urbanística (PIU) Arco-Tietê e os potenciais impactos da futura instalação da Estação Freguesia do Ó da Linha Laranja do Metrô. O Dossiê com pedido de ampliação da área envoltória (expresso pelo Mapa 1) foi protocolado no DPH em 2017, revisado e novamente enviado em 2019.

Nos anos posteriores, a despeito de certa morosidade que comprometeu o potencial da mobilização, a equipe técnica do DPH endossou a proposta, complementando o estudo com outros desenhos técnicos, análise de evolução urbana, cronologia dos planos diretores, prognósticos de fruição visual, além de propor uma minuta de regulamentação da área. O processo foi encaminhado ao Conpresp, seguindo os ritos processuais, e foi pautado para decisão do colegiado, no início de 2022¹³.

13 O processo foi pautado nas 749^a, 750^a e 751^a Reuniões Ordinárias do CONPRESP, realizadas em 21/02/2022, 07/03/2022 e 21/03/2022,

Mesmo com tal endosso¹⁴, o debate conduzido pela maioria dos Conselheiros do CONPRESP não se concentrou nos dispositivos de preservação dos valores da paisagem urbana, sua relação com o bem tombado e os afetos da população. Tais questões foram abordadas e defendidas apenas pelas Conselheiras representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Mesmo com as falas e intervenções dos grupos interessados, por meio de participação remota nas reuniões ordinárias, não foram debatidas as questões técnicas e teórico-metodológicas sobre a relação dos gabaritos, a preservação da paisagem e o valor do bem cultural. Contrariando as premissas da política de patrimônio previstas pelo próprio Conpresp, a maioria dos Conselheiros se omitiu ou, meramente, tangenciou o debate. Para eles, prevaleceu o entendimento de que o Plano Diretor, que na ocasião ainda estava em processo de revisão, seria a esfera adequada para tratar a questão¹⁵.

A argumentação foi de que não havia elementos suficientes para uma nova regulamentação da área envoltória ao tombamento, um equívoco que demarcou ecos da colonialidade urbana e da primazia dos interesses do capital nas esferas decisórias da política urbana. Para os Conselheiros, a proposta da Repep poderia

respectivamente. Destaca-se a extensão em três reuniões, devido aos encaminhamentos e pedido de vista.

- 14 Sobre o endosso e o complemento citados, nos pautamos no posicionamento dos membros do DPH nas Reunião Ordinárias do CONPRESP em que o pedido de ampliação foi debatido e votado. O Núcleo de Projeto, Conservação e Restauro emitiu, ademais, parecer favorável à proposta de revisão do tombamento e ampliação da área envoltória (Parecer SMC DPH-NPRC n. 050527015 (fls. 280/281), conforme consta na ata da 749ª Reunião Ordinária, disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Ata%20749%20-%2021-02-2022.pdf>. Acesso em 10/07/2024.
- 15 A referida revisão do Plano Diretor (2014) seria finalizada no ano seguinte e oficializada por meio da Lei 17.975, de 08 de julho de 2023, que dispõe sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Um robusto corpo de movimentos, coletivos e pesquisadores organizados foram contrários, inclusive na área de patrimônio, como a Repep.

contrariar os princípios da política urbana em curso. Mas seriam princípios ou interesses? Teria o Conpresp, engajamento e coragem suficientes para acolher uma demanda legítima da população, amparada técnica e metodologicamente, contraposta à sanha do capital imobiliário?

A resposta nos parece negativa. Guiados por vínculos de uma escala mais abrangente, tão recorrentes no jogo político no qual se inserem os representantes de tal assanhamento capitalista e os setores da esfera jurídica que os amparam, o debate no Conselho foi estendido em três reuniões e convergiu para a decisão de que o processo fosse encaminhado e apreciado pela SP-Urbanismo e pela SMUL. Em suma, o CONPRESP, órgão de patrimônio, não assumiu a responsabilidade de decidir sobre um processo relacionado diretamente ao patrimônio cultural da cidade.

A despeito de que tal encaminhamento possa aparentar uma busca do CONPRESP por referenciar mais amplamente os marcos e regulamentações da política urbana vigente, como uma espécie de encaminhamento indispensável, as justificativas para tanto foram frágeis¹⁶ e se configuraram como uma saída, ou seja, uma esquiva do Conpresp num processo decisivo e significativo, cujo aporte tinha potencial, inclusive, de abrir precedentes para atuações da população organizada contra as contradições da cidade/metrópole à venda.

Diante dessa esquiva, o GT requisitou junto ao Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), a possibilidade de reapresentar a proposta do dossiê de modo a mobilizar um posicionamento

16 Conforme abordado em Repep, a suposta necessidade de tal encaminhamento, segundo a decisão da maioria, centrou-se em três pontos: 1) Necessidade de informar eventuais estudos em andamento acerca do impacto que a ampliação traria à paisagem urbana; 2) Informar sobre eventuais contribuições da sociedade civil, na elaboração do Plano de Intervenção Urbana em curso na ocasião; 3) Prestar demais esclarecimentos e informações; 4) Necessidade de ciência da SMUL e eventual anexação do material, como contribuição do DPH/Conpresp e da sociedade civil interessada, nos processos de revisão participativa dos marcos regulatórios da política urbana municipal (PDE e/ou LPUOS).

do CMPU diante do encaminhamento decidido pelo CONPRES. Em síntese, os questionamentos levados pelo GT ao CMPU convergem para aqueles que destacamos nesse ensaio, ou seja: Porquê o CONPRES, mesmo após 3 reuniões e ampla possibilidade de consulta a um denso estudo técnico apresentado pela população e endossado por órgão competente (DPH), sequer votou a proposta, encaminhando-a a órgãos que não estão centrados na proteção do patrimônio? Quais princípios da política urbana a nova proposta de regulamentação da paisagem da Freguesia do Ó poderia contrariar? Em que medida preservar uma das principais referências da paisagem urbana de São Paulo prejudicaria concretamente o desenvolvimento da cidade? Como a atualização dos valores do tombamento e da regulamentação da área envoltória poderia se contrapor aos dispositivos da legislação urbanística (PDE e LPUOS), se o Plano Diretor de 2014 já havia contemplado a questão com as Zonas Especiais de Preservação Cultural?

Infelizmente, tais questões e desdobramentos ainda não tiveram uma resposta definitiva e esse componente significativo da valoração atribuída pelas pessoas no bairro, ou seja, a Vista do Ó, segue sob risco. Ademais, cumpre demarcar que no curso desse processo, diversos questionamentos foram colocados por outras parcelas da população local, não organizadas junto ao GT ou mesmo contrapostas a ele, ao longo de todo o processo citado. Numa cidade tornada metrópole, tão diversa e desigual, as sociabilidades do bairro ecoaram tensionamentos que conduzem nossas considerações finais.

Considerações finais: educação patrimonial, patrimônios geradores e tensões reveladoras

Na Introdução deste ensaio, destacamos a potencialidade das sociabilidades no Núcleo Original da Freguesia do Ó. A diversidade dos grupos que as realizam e as múltiplas territorialidades manifestadas nos dois largos que o compõem, culminam em diferentes modos de valoração dos bens culturais.

Em um olhar panorâmico, tal diversidade envolve a inerente intersubjetividade dos moradores em interação com visitantes (sejam de bairros vizinhos, distantes ou de turistas que viajam por SP). Mas a questão não se encerra nessa intersubjetividade. As diferenças na valoração dos bens culturais são expressões de um histórico de processos e demarcadores de desigualdade.

Como vimos na seção 1, tais desigualdades concernem à dimensão do bairro, cuja fundação nasce da violenta dominação de territórios, que instaurou privilégio aos colonizadores e, posteriormente, aos proprietários de terras e moradores dos arredores da Matriz. Concernem, também, à dimensão da cidade tornada metrópole, cuja urbanização proporcionou a popularização inicial da região (vilas e bairros adjacentes ao Núcleo) e, posteriormente, o avanço da especulação imobiliária, gerando elitização de seu entorno e a intensificação da expulsão das famílias em direção às periferias, como expressão latente dos processos de reprodução, fragmentação e raridade espacial.

Mesmo diante desses atravessamentos, reiteramos as amplas possibilidades de realização das práticas de educação patrimonial na Freguesia do Ó, pois os usos e apropriações do espaço público (o encontro, a festa, as formas de expressão cultural popular), as interações entre tais usos e os comércios locais, os acautelamentos e proteções instaurados pelo tombamento, a ambiência e a paisagem permitem afirmar que, mesmo com a fragmentação e a progressiva individualização da vida, impulsionadas pela cidade/metrópole como negócio, as sociabilidades de bairro ainda têm força na Freguesia.

Certamente, falamos de uma vida de bairro ressignificada em relação àquelas dinâmicas dos meados do século XX. Ademais, tais sociabilidades revelam outros arranjos, não menos pujantes, que ocorrem nas vilas e bairros adjacentes ao Núcleo Original tombado e que, nos Largos da Matriz, se encontram, dada a referência que eles representam no sentido de atratividade. Assim, entre moradores e visitantes, se manifestam territorialidades com considerável relevância, mobilizando afetos, identidades e memórias.

Nessa perspectiva, se o estar e vivenciar os largos é algo valorado pelas pessoas, é premente que os grupos sociais organizados,

bem como as políticas públicas, proporcionem condições e situações para que tais pessoas se relacionem com os bens protegidos e possam expressar tal valoração, tanto pela fluidez e possibilidade do uso, quanto pela participação em processos decisórios que envolvem as dinâmicas dos largos.

Por isso, uma educação patrimonial embasada no patrimônio gerador se faz importante no bairro: a partir dos vínculos e da valoração supracitadas, é possível mobilizar vivências recorrentes e também estimular experiências novas. É possível alertar para os riscos que esses bens sofrem e para a necessidade de protegê-los. É possível, ademais, problematizar a consagração de personagens e materialidades que versam uma suposta história oficial do bairro. É possível iluminar histórias apagadas, contrapondo a colonialidade urbana.

Contudo, há questões latentes: Como mobilizar ações de educação patrimonial, nesse sentido? Quem as mobiliza? Quais caminhos para fomentá-la? Quais são os entraves e desafios?

Primeiramente, cumpre reiterar que a educação patrimonial não se encerra em ações formativas prévia e intencionalmente organizadas. Conforme pontuado na Introdução, nos educamos mutuamente no cotidiano e, assim cedo, tais ações são antes da ativação de um processo em curso, de aprendizagens mútuas, do que a apresentação de uma narrativa unívoca.

Nesse sentido, mesmo com o avanço nas normativas de patrimônio após a CF de 1988 e, sobretudo, após os anos 2000, que abriram caminhos para práticas democráticas de educação patrimonial, estes aportes normativos demandam a instauração de políticas públicas de aplicação, fundamentadas e construídas dialogicamente. Ademais, demanda fomento, incentivo e mobilização local, o que passa inescapavelmente pela municipalidade.

Embora as instituições e legislações municipais de patrimônio em São Paulo (SP) – ou seja, o DPH, o CONPRESP e os instrumentos de tombamento e registro –, reverberem esse entendimento de patrimônio mais democrático e dialógico, não existe uma política de educação patrimonial continuada e potencializada pelo poder público municipal. Ademais, é ainda mais grave o histórico de posicionamentos ambíguos, omissos e influenciados por interesses ca-

pitalistas que perpassam o Conpresp, como vimos na seção anterior.

Enquanto coletivo voltado à educação patrimonial, a Repep aposta na mobilização local a partir de demandas apresentadas pelas pessoas, do trabalho voluntário realizado a muitas mãos, por membros com diferentes experiências em ações sociais, de cidadania, pesquisa, participação política, entre outras. Em suma, soma-se ao robusto conjunto de coletivos da metrópole que partem do fazer coletivo, por vezes fomentado a partir de editais, como caminho para a garantia de direitos. No caso do GT Brasilândia Ó, a proteção dos patrimônios que são importantes e significativos, como o caso da Vista do Ó, foi o enfoque, dentre muitos que poderiam ser acrescidos.

Os caminhos abertos por essa educação patrimonial oriunda de ações coletivas autônomas, são frutíferos, mas também nos ensinam sobre muitas contradições, entraves e mudanças de estratégia. São caminhos que antes alertam para as questões colocadas, propondo possibilidades e inovações críticas, do que as respondem em definitivo.

Lembramos que, conforme citado na primeira seção, nos Largos da Freguesia do Ó, existem múltiplos grupos, usos e territorialidades que se rivalizam, cotidianamente, no espaço tombado. São interesses, valores e práticas que mais disputam do que dialogam.

Ora, não poderia ser diferente se a metrópole, em sua totalidade, é uma grande disputa! Se o espaço é raro enquanto mercadoria, é raro também enquanto uso, obra e festa. Não surpreende que os grupos rivalizem, uma vez que a fragmentação do espaço em curso desde os anos 1970-80 retira das pessoas seus referenciais de memória, cultura, afeto e identidade.

Não surpreende que o valor e o entendimento destes grupos sobre os patrimônios da Freguesia se contraponham, dada a colonialidade urbana que limita o olhar reflexivo e crítico sobre as contradições espaço-temporais e que, somada ao ultraneoliberalismo urbano contemporâneo, de uma cidade à venda conforme tratou Prieto e Laczynski (2020), conduza às individualidades em detrimento das coletividades.

Na Freguesia do Ó, o histórico de ações de educação patrimonial não significou um percurso unívoco e sem tensionamentos. O

GT possui um legado significativo e reconhecido de ações, mas o grupo enfrentou, muitas vezes, dificuldades de ampliar a mobilização. Enfrentou, ainda, o desafio de definição de pautas contempladoras, ou seja, da unidade na diversidade, uma vez que há um conjunto de grupos cujas territorialidades são potentes nos largos, porém com intencionalidades, referências e olhares distintos sobre o patrimônio.

Para muitos, inclusive, talvez a proteção da vista não se coloque como questão relevante. Para outros, ela o seria apenas com participação democrática nas ações de educação patrimonial, ou seja, com a potência do patrimônio-gerador. Porém, tais ações nem sempre puderam ser articuladas e ampliadas, dada as limitações do próprio coletivo, no sentido do tempo, fomento e financiamento. Isso sem mencionar aqueles grupos locais proprietários de imóveis no entorno, onde seria ampliado o tombamento, que se posicionaram duramente contra as ações de educação patrimonial pela proteção da proteção da vista.

Essas são algumas das tensões existentes em uma área sob processo de valorização espacial. É diante desta complexidade que as práticas de educação patrimonial realizadas pelo GT Brasilândia Ó se colocaram. Algo muito desafiador e que demanda constante revisita, diálogo e aprendizado. De todo modo, segue premente, valendo-nos da potência do patrimônio-gerador, mobilizar pessoas no sentido de reconhecer a sua história, a do seu território e, assim, engajarem-se em defesa de seus bens culturais e do direito à cidade, em sentido amplo.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, R. *Os “vazios urbanos” e o processo de produção da cidade*. 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BARRO, Máximo. *Nossa Senhora do Ó*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1977.
- BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa. Racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F. A. O lugar no / do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- DEMARCHI, J. L. Patrimônio-gerador: perspectivas de Paulo Freire no patrimônio cultural. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 17, p. 71-83, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 57ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- LAMEGO, M. Dos propósitos e modos de se escrever histórias. *Terra Brasilis (nova série)*. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. v. 1, p. 1-13, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a Região da Metrópole Desconcentrada. *Revista Espaço & Debates*, n.38, p.54-61, 1994.
- MENESES, U. T. B. de. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. IPHAN, 2009, p 25-41.
- PRIETO, G. F. T.; LACZYNSKI, P. São Paulo à venda: ultra-neoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020). *Geousp – Espaço e Tempo (On-line)*, v. 24, n. 2, p. 243-261, ago. 2020.
- RAIMUNDO, S. L. Território, cultura e política: Movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- REPEP. Rede Paulista de Educação Patrimonial. Estudo de alteração da área envoltória do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó. São Paulo: Repep, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/repepestudO>>. Acesso em 06 de maio de 2024.
- REPEP. Rede Paulista de Educação Patrimonial. Miradas para a Freguesia, participação social e a construção de valores na cidade. *Revista ArqUrb*. n.26, p.80-101, 2019.
- ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, set. 1989.

SÃO PAULO. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Processo 1991-0.005.366-0. Tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, 1991.

SANTOS, A. L. *Dimensões do patrimônio cultural: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP)*. 2014. 219f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, A. L. *O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP): As batucadas de beira de campo e o futebol de várzea*. 2021. 322 f. Tese (Doutorado Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, A. L.; NITO, M. K.S. *A experiência da Brasilândia e Freguesia do Ó (SP) como estratégia de mobilização na preservação do patrimônio cultural*. In: FRAGA, H. J. et al. (orgs.). *Experimentações do patrimônio: diversidade e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 191-225.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019.

SCIFONI, S. Patrimônio e educação no brasil: o que há de novo? *Educação e sociedade*. v. 43, p. 1-13, 2022.

SEABRA, O. C. de L. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SMITH, L. El “espejo patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? *Antípoda Revista de Antropología y Arqueología*, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.



3 Patrimônio LGBTQIA+: a região do Arouche tensionando a hegemonia cultural

ANA PAULA ITOCAZO SOIDA *

O Largo do Arouche é um logradouro público no centro da cidade de São Paulo, no distrito da República. Trata-se de uma das poucas áreas verdes remanescentes no centro, composto por cinco pequenas praças. É também o núcleo de uma região ocupada historicamente pelos grupos LGBTQIA+¹, conhecida nacionalmente como tal. Na região concentram-se comércios e serviços como lojas, bares, restaurantes, baladas, salões de beleza, entre outros serviços que são voltados especificamente para esta comunidade.

* Arquiteta e urbanista graduada na Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Sociopsicologia pela Fundação Escola de Filosofia e Política (FESPSP) e mestranda no curso de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde estuda os inventários participativos Minhocão contra a gentrificação e do Largo do Arouche LGBTQIAPN+. É membro da REPEP desde 2015, onde colaborou como pesquisadora voluntária nos dois inventários citados.

1 Há diversas formas de se referir aos grupos fora da esfera hétero-cis. A escolha das siglas que devem compor os acrônimos é um debate histórico que demonstra a disputa por visibilidade de grupos minoritários dentro da comunidade. Ademais, as possibilidades de acrônimos aumentam a cada nova identidade sexual/ de gênero reconhecida. Adoto aqui a sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, transexuais, travestis, queer, intersexuais e assexuais) por ser esta relativamente bem aceita no momento atual, servindo assim como um marcador de tempo do artigo.

Existem outras centralidades que abraçam a diversidade na cidade, como a Avenida Paulista, onde ocorre a Parada do Orgulho LGBTQ+, e as ruas próximas, como a Frei Caneca, também nacionalmente conhecidas. Contudo, a região do Arouche se difere pelo perfil das pessoas. Ali, observa-se de fato pessoas consumidoras das classes mais abastadas, mas a concentração é de pessoas pobres, periféricas, trans e travestis, ou seja, grupos estigmatizados e menos frequente na Avenida Paulista.

Por isso, dentre as centralidades LGBTQIA+ em São Paulo, a região do Arouche é referência de diversidade sexual e de gênero que congrega diferentes recortes sociais, como etnia, raça e classe. Trata-se de um espaço onde pessoas marginalizadas conseguem desfrutar certo acolhimento e liberdade de ser e existir num país ainda LGBTfóbico. Assim, a paisagem da região é uma mistura de senhoras moradoras antigas proprietárias da elite, casais em relações hétero ou homoafetivas, diferentes cores de pele, jovens com roupas da moda, pessoas trans, moços com unhas pintadas dançando funk, entre outros perfis.

Porém, em 2017 foi apresentado um projeto de reforma urbana que almejava uma nova paisagem local, desrespeitando a história e os grupos sociais já mais vulnerabilizados. Tal mudança era perceptível nas concepções artísticas do pretendido novo Arouche que exibiam uma população branca, rica e recatada, ignorando a diversidade étnica, social e comportamental atual. Apesar do escritório de arquitetura responsável ter conhecimento da ocupação LGBTQIA+ do largo, aparentemente entendeu-o como unidimensional e harmônico. Uma suposição equivocada pois racismo, aporofobia, lesbofobia, transfobia e outras fobias ocorrem também no interior desta população.

Acompanhando a divulgação do projeto, houve intensificação da repressão por agentes públicos de segurança contra pessoas LGBTQIA+, principalmente contra travestis e mulheres trans profissionais do sexo (SCIFONI, BEUCLAIR, 2021). De forma não declarada - a não ser pela sutileza nos desenhos do escritório de arquitetura - o que se planejava para a região era a troca do perfil social dos moradores e frequentadores, ou seja, o higienismo social e a gentrificação.

Sentindo-se provocados, o Coletivo Arouchianos² ampliou seus esforços pelo reconhecimento da memória da comunidade local e seu direito de permanência, tomando-a em toda sua diversidade e complexidade. Tratava-se, portanto, de registrar de forma clara e incisiva uma narrativa que foi silenciada por décadas de moralização. Uma narrativa que comprovasse que parte da história da cidade, assim como parte da economia e da dinâmica da cidade, dependia e depende deste grupo da região do Arouche.

Ademais, o coletivo buscava o reconhecimento da região como bairro LGBTQIA+ da cidade, ou seja, como núcleo do patrimônio cultural desta população. Tal título pode estimular o direcionamento de políticas públicas, alavancar a economia local e fortalecer o turismo internacional. Como exemplo, podemos citar a profissionalização de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade; sensibilização de profissionais dos serviços públicos; incentivo a comércios e serviços especializados; criação de um local seguro e saudável para jovens, entre outras possibilidades.

Assim, o coletivo se aliou à Repep³ e juntos construíram o Inventário Participativo de Referências Culturais do Largo do Arouche LGBTQIA+^{4e5}. A pesquisa⁶ comprovou a existência de um

2 O Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+ (gays, lésbicas, bissexuais, trans, héteros aliados, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e demissexuais) foi fundado em 2016. Atua no largo com serviços assistenciais como doação de cestas básicas e fornecimento de informações acerca dos direitos e saúde dos LGBTQIA+. São abertos à toda população mas focam nas pessoas mais pobres que têm maior dificuldade em ter seus direitos respeitados.

3 REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial), coletivo multidisciplinar que reúne profissionais atuantes em Educação Patrimonial.

4 O dossiê contendo o Inventário Participativo pode ser baixado gratuitamente no Portal de livros da USP: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1036, ou no site M.O.N.A. Museu de Ocupações e Narrativas do Arouche LGBTQIA+ www.arouchianos.com.br/mona

5 Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e pessoas não binárias.

6 A pesquisa foi realizada com recursos do Edital Inclusão Social e Diversidade na USP e em municípios de seus campi, sob o nome “O Patrimônio Histórico e Cultural LGBTHQIAPD+: Um Inventário Participativo da Região do Largo do

espaço urbano único, valioso e múltiplo, criado e mantido pela comunidade LGBTQIA+, parte do tecido urbano da cidade. Um dos resultados do projeto foi uma ação de museologia social com a criação do Museu de Ocupações e Narrativas do Arouche LGBTQIA+ (MONA).

Neste artigo procuro explorar como as referências culturais criadas e mantidas pela população LGBTQIA+ estão fortemente atreladas ao território Arouche. Foram décadas de desenvolvimento cultural moldadas por diversas características do território, como a ocupação histórica, a localização central, a área verde e a população social e etnicamente diversificada, e também marginalizada. Esta riqueza desenvolve-se não apesar das tentativas de silenciamento e extermínio, como um pano de fundo da construção da história hegemônica, mas sim como resposta a essas mesmas tentativas (CHAUÍ, 2021).

Assim, a pessoa LGBTQIA+ é vista como sujeito criador e ressignificador de símbolos; construtor e reconfigurador da cidade que não foi feita para elas, mesclando vontade de vida, humor e lutas.

Também busco deixar claro que, ao olhar para/com os vulnerabilizados, é preciso estar aberto à mudanças no modo de fazer inventários participativos. Como se verá neste artigo, a metodologia do inventário participativo foi adaptada através da criação de novas categorias e relativização do valor do tempo. Tais alterações demonstram o respeito e a sensibilidade empática dos pesquisadores para com a comunidade. É com este olhar sensível e aberto, afinal, que a comunidade LGBTQIA+ perdura em espaços hostis: sobrevivendo, ressurgindo e se impondo onde foi apagada.

Arouche”, sob coordenação das Profas. Dra Simone Scifoni (FFLCH e Centro de Preservação Cultural CPC) e Profª Drª Martha Marandino (Faculdade de Educação FEUSP e Centro de Preservação Cultural da USP), entre 2020 e 2021.

A relevância da região do Largo Arouche para os grupos LGBTQIA+

O Largo do Arouche é um lugar central e histórico da ocupação LGBTQIA+ em São Paulo, conhecido nacionalmente. Junto à Praça da República, que se localiza a cerca de 240 metros, a região do Largo do Arouche configura uma malha urbana especializada pois são inúmeras as possibilidades de encontros, shows, entretenimento e pegações. Além do largo há também a concentração de bares, restaurantes e saunas que inclusive, são explorados pelo turismo internacional.

A região do Arouche já era ponto de encontro nos anos 1960, antes do desbunde gay, um movimento de liberalização do indivíduo que se via envolto na polaridade entre o Governo Militar e a Esquerda⁷. A história da liberdade e visibilidade dos grupos LGBTQIA+ no país é marcada por preconceitos, perseguições, violências, assassinatos, apagamentos e estigmatizações perpetradas tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Por conta disso, é por meio de registros oficiais da esfera de segurança pública estatal que se comprova a ocupação na região, pelos menos desde a década de 1960 (NITO, 2023). O largo e suas proximidades testemunharam o desenrolar da liberdade LGBTQIA+ conquistada até hoje, seja através de alegrias, seja através do sangue.

Ainda em meio à pressão social e estatal, na década de 1980 estourou a epidemia do HIV/Aids no país. Esse processo foi especialmente cruel com pessoas profissionais do sexo, pois muitos clientes não aceitam o uso de preservativos. Pelo fato da transmissão de HIV/Aids atingir principalmente homens gays e bissexuais e mulheres trans e travestis, foi apelidado de “câncer gay”. Desta forma, a comunidade passou a carregar também o estigma da doença. Como não receberam a devida atenção e cuidados, nem da sociedade nem do

7 A prática do desbunde, de certo modo procurava fugir das ideologizações e centrava-se nas liberdades individuais como o uso de drogas e descobertas sexuais, como o sexo homossexual, sendo aí chamado de desbunde gay. (TREVISAN, 2018).

governo, precisou se organizar por conta própria. O exemplo mais conhecido de acolhimento nesses tempos é Brenda Lee, lembrada diversas vezes na pesquisa. Brenda, mulher trans, acolheu inúmeras travestis e homens gays e bissexuais ostracizados pela família, amigos e pela sociedade em sua casa, a Casa das Princesas.

Thais Azevedo, uma das entrevistadas no Inventário, fez menção à dualidade de ser, ao mesmo tempo, mulher benfeitora, marginalizada e viver na ilegalidade:

É uma casa [a Casa das Princesas] onde moravam meninas e ela era a cafetina. Não tem outro nome pra isso. Ela era a cafetina. E quando vem o HIV, a casa da Brenda é transformada. É transformada com o conluio do sistema, sistema prefeitura, SUS, que oferece para Brenda uma verba. Não era uma verbazinha É uma verba pra ela segurar o pepino. Porque era uma peste gay e esse sistema normativo achava que, "nossa, a peste gay vai logo eliminar essas pessoas e a gente fica livre disso. Então pega a Brenda pra fazer esse serviço."

Então a casa da Brenda virou Casa de Apoio Brenda Lee e ali começou a se trazer pessoas que tinham HIV. Iam ali para morrer. Para você ter ideia, um dia saíram dali nove corpos, dali de dentro. Então as pessoas morriam muito. O olhar do sistema sobre as pessoas com HIV, sobre as travestis era isso: o HIV é pra eliminar, pra limpar. (AZEVEDO, 2022)

Além da epidemia do HIV/Aids, a população precisou se defender da repressão das forças de segurança pública, autoras de inúmeros crimes e crueldades, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Segundo o Relatório da Comissão da Verdade, parte das ações policiais consistiam nos "rondões", operações especiais em que pessoas eram arrancadas das ruas e bares e levadas às delegacias, onde eram fichadas e extorquidas, apenas pelo fato de não serem heteronormativas (BRASIL, 2014). Um desses "rondões", intitulado Operação Tarântula, dizimou mulheres trans e travestis que se prostituíam na região do Arouche.

Algumas das entrevistas feitas para o Inventário Participativo do Arouche relatam experiências pessoais desse período, quando o largo amanhecia com corpos assassinados nas calçadas. Uma for-

ma de autoproteção se tornou comum nessa época. Mulheres trans prostitutas, ao se sentirem ameaçadas por policiais, cortavam seus próprios braços com navalhas, fazendo o sangue escorrer. Com medo de infecção pelo HIV, os policiais se afastavam.

Junto à repressão e ao sofrimento, entretanto, luta, resistência e conquistas permeiam a história. Com persistência, os grupos se organizaram e enfrentaram a força estatal armada como podiam, por meio de encontros clandestinos, jornais e boletins, formação de grupos organizados e atos de protestos. Em junho de 1980, cerca de mil pessoas se juntaram na escadaria do Theatro Municipal de São Paulo, no centro da cidade, para exigir o fim da violência policial. Caminharam até o Largo do Arouche onde gritaram: “O Arouche é nosso!”. Esse ato é tomado como símbolo do início das lutas organizadas pelos direitos LGBTQIA+ no país. Dali para o presente, incontáveis foram as mobilizações para garantir direitos e liberdade de existir e ser no Brasil, ainda que tal liberdade exista em constante ameaça.

Paralelamente, entre os anos 1970 e 1980, o centro da cidade passou por uma mudança quando as classes média e alta migraram para o setor sudoeste da cidade, fugindo dos estigmas de decadência e violência do centro (FRUGOLI JR., 2000). Com a saída da parte mais abastada da comunidade LGBTQIA+ do centro, permaneceu a população com menos opções de mobilidade e acolhimento, marcada pela baixa renda e pela racialização.

Contudo, o Arouche nunca deixou de ser um ponto de encontro e de sociabilidade LGBTQIA+, tanto da elite quanto das camadas populares. Atualmente, de sexta-feira a domingo à noite, as calçadas da Avenida Vieira de Carvalho, via de bares que liga a Praça da República ao Largo do Arouche, ficam lotadas de boêmios até a manhã seguinte. As festas, saunas, bares, baladas, cinemas pornô e shows de drags queens que circundam o largo e a praça atraem públicos diversificados e de todas as regiões da cidade. A ativista Neon Cunha descreve a potencialidade da região, em entrevista realizada para o Inventário do Arouche:

O Arouche era tudo nosso. Não era só o Arouche, o Arouche era a (praça) Roosevelt, era o Baixo (centro), a Boca do Lixo, a (rua) Aurora, a (aveni-

da) São João. O Arouche não era só a praça. O Arouche é ponto de encontro, é a convergência, pra fugir da polícia, porque a praça era belíssima, porque a mona⁸ já tinha feito a Europa⁹ e vinha fazer *trottoir* no Arouche. Era o lugar de pegação (...)

Mas o Arouche é muito mais do que pensar numa localidade física. O Arouche é uma instituição LGBTQIAP+. (CUNHA, 2022).

Outra característica é que, no Arouche a presença preta, pobre, trans e travesti é mais forte e constante, tanto durante o dia quanto à noite. Para Fernanda Frazão, outra entrevistada no âmbito do inventário, tal constatação é verdadeira pela forma de acolhimento vivenciada na região:

Sou travesti, sou preta. Conheço o Arouche desde 2016. Desde 2016, estou aqui mais no Arouche porque de todos os locais que piso, o local que mais me sinto bem, onde mais me sinto visível, é no Arouche. É um local que acolhe mais pessoas travestis, pretas, periféricas. Corpos como o meu, que são marginalizados. É o local em que eu posso ser quem eu sou sem medo de ser reprimida (FRAZÃO, 2022).

Este cenário, contudo, parece não ser percebido pela Prefeitura. No projeto apresentado para reforma do Largo do Arouche foi ignorada a existência da população mais pobre no futuro pós-reforma. Ou será que o poder público não a considera digna de desfrutar das supostas melhorias urbanas planejadas?

8 Forma como as profissionais do sexo se referem entre si. A palavra provém da linguagem pajubá e significa prostituta.

9 Como muitos brasileiros, muitas mulheres trans e travestis tinham como sonho ganhar a vida na Europa. Para elas, era a oportunidade também de realizar cirurgias plásticas para adequar o corpo ao gênero. Algumas conseguiam tal façanha se relacionando com homens estrangeiros em relacionamentos duradouros, outras mantinham-se com a prostituição.



Montagem sobre a simulação do projeto de requalificação urbana apresentado em 2017 pela Prefeitura (fundo em preto e branco) sobreposta a colagem de pessoas com perfil que frequenta o Largo do Arouche. Fonte: Coletivo Arouchianos, 2019

Referências Culturais do Arouche: inventário de vida, arte e humor

Para compreender a cultura particular do Arouche foi realizada uma pesquisa tendo como base as referências culturais do território. Pode-se compreender Referência Cultural tudo aquilo que é considerado portador de referência “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). As referências culturais, portanto, são o patrimônio cultural do grupo social pois remetem às práticas e às formas de ser e viver no cotidiano, que fazem cada indivíduo se sentir pertencente a um grupo. É no cotidiano que subsistem as forças impulsionadoras da vida e da resistência criativa no Arouche.

O Inventário Participativo do Arouche foi baseado na metodologia de Inventários Participativos de Referências Culturais desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016). Este é um método aberto e democrático que

consiste na identificação de referências culturais pelos próprios sujeitos autores das referências.

A metodologia do Iphan recomenda que cada referência cultural seja classificada em categorias, e sugere cinco destas: Saberes, Formas de Expressão, Lugares, Objetos e Celebrações. Desta forma, as referências são agrupadas sob temas conceituais, dialogando entre si. Categorizar cada referência permite o aprofundamento dos significados da mesma e ajuda a compreender o quanto entremeada está na formação dos indivíduos. Além disso, pode ajudar a trazer à tona significados presentes mas ainda não reconhecidos e/ou não nomeados.

No Arouche, a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com moradores, frequentadores, comerciantes, ativistas e artistas, análises de campo, além do conhecimento profundo que o Arouchianos tem da região e de trabalhos anteriores da Repep¹⁰. Considerando que o recorte de renda é invariavelmente acompanhado de outros marcadores sociais, o grupo social alvo da pesquisa foi formado de pessoas pretas, em situação de rua, periféricas, trans, travestis, convivendo com HIV/Aids e profissionais do sexo.

A experiência do Arouche expandiu o campo do patrimônio cultural de diversas maneiras. Até sua publicação, não se conhecia outro inventário participativo realizado tendo especificamente os grupos LGBTQIA+ como foco. Isto levou a outras formas de olhar o espaço público urbano, ocupado concomitantemente por tantos outros grupos alheios à cultura e à vivência LGBTQIA+.

Foram 40 referências culturais identificadas que são imagem da constelação de valores que agem sobre e com os grupos LGBTQIA+ (Tabela 1). São formas artísticas, eventos festivos e políticos, centros de cultura e debates, instituições políticas e assistenciais, estátuas, modos de fazer, lugares de sociabilidade entre outras referências que mostram um tecido LGBTQIA+ urbano rico como poucas regiões no mundo.

10 A pesquisa contou também com a participação de cinco jovens graduandos de faculdades da USP, em todas as fases do projeto. A seleção destes jovens pesquisadores foi realizada pelos dois coletivos que procuraram pessoas com perfis aproximados ao foco da pesquisa. O envolvimento de uma geração jovem foi crucial para entender a evolução da vivência LGBTQIA+ na cidade e a permanência do simbolismo que o Arouche agrega nas diferentes gerações.

A fim de exemplificar a singularidade da região, optei por detalhar neste artigo quatro referências culturais: as estátuas; as ruas de trabalho de profissionais de sexo; o conhecimento da montagem transformista e drag, e a performance drag e transformista.

TABELA 1- AS REFERÊNCIAS CULTURAIS DO INVENTÁRIO DO AROUCHE CLASSIFICADAS CONFORME AS CATEGORIAS

Categoria	Referência Cultural
Edificações	• Centro de Referência e Defesa da Diversidade Sexual Brunna Valin • Coreto da Praça da República • Delegacia Seccional de Polícia do Centro • UBS Santa Cecília
Formas de Expressão	• Arte Urbana de Resistência • Atos Eventos Dominicais Arouchianos • Blocos LGBTQIA+ • Pajubá • Performance Drag e Transformista • Publicações Marginais • Teatro de Grupo
Lugares	• Aparelha Luzia • Café Vermont • Circuito de Acolhimento e Saúde • Circuito de Saunas e Cinemas • Circuito de Bares, Baladas e Restaurantes • Ferro's Bar • Geledés: Instituto da Mulher Negra • Largo do Arouche • Museu da Diversidade Sexual • Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+ • Praça da República • Ruas de Trabalho • Sindicato dos Artistas • Sindicato dos Jornalistas
Marcadores do Tempo	• Calendário LGBTQIA+
Naturezas	• Chichá • Memória Viva LGBTQIAPD+ Arouchianos
Objetos	• Estátua Amor Materno • Estátua Depois do Banho • Estátua Índio Caçador • Estátua Luiz Gama • Namoradeira
Saberes	• Associativismo Comunitário • Conhecimentos da Montagem Transformista e Drag

Fonte: Nito, 2023. Elaborado pela autora.



Estátua Depois do Banho, no Largo do Arouche. Fonte: Dornicke/ Wikimedia

Quatro estátuas foram consideradas referências culturais na categoria Objetos. Embora existam mais desses monumentos no largo e nas imediações, estes quatro foram ressemantizados pelas pessoas LGBTQIA+.

A estátua **Depois do Banho** é uma obra em bronze do artista ítalo-brasileiro Victor Brecheret. O monumento retrata um corpo alongado e deitado, com o peito elevado, um braço repousando sobre a cabeça, enquanto o outro descansa na base de mármore. A interpretação de toda obra artística é subjetiva e neste caso, o que desperta a atenção das pessoas LGBTQIA+ é certa protuberância na virilha. Ao observarem a saliência, muitas pessoas se indagam: “seria uma neca escondida, aquendada¹¹?”. Neca e aquendar são técnicas desenvolvidas por mulheres trans e travestis para adequar a anatomia ao gênero. Assim, a comunidade local tem sua própria leitura sobre a estátua, incorporando-a em seu imaginário.

11 Neca e aquendar são palavras do Pajubá. Neca refere-se ao pênis e aquendar é a técnica de esconder o pênis e testículos para que não sejam visíveis nas roupas. Ver mais na referência cultural Pajubá do Inventário do Arouche (NITO, 2023).

Já a estátua **Índio Caçador** é uma peça em bronze de autoria de João Batista Ferri. A obra retrata um indígena seminua, apoiado sobre joelhos e mãos com olhar atento para frente, em direção à Praça da República. A postura “de quatro” e o nome Caçador estimulam muita curiosidade nas pessoas que costumam apreciá-la. A caça, neste caso, é associada à procura por outras pessoas para a paquera, romances ou sexo. É dessa forma, ressemantizando as estátuas, que os grupos locais se fazem retratados na cidade (e na arte formal), passando de invisíveis a representados, pouco importando as intenções dos artistas ao fazê-la ou da Prefeitura ao instalar lá as obras.

A referência cultural **Ruas de Trabalho** foi classificada na categoria Lugares. São ruas onde, há décadas, concentram-se profissionais do sexo e hotéis. A prostituição é a única fonte de renda encontrada por muitas pessoas, principalmente mulheres trans e travestis¹². As ocupações mudam de endereço conforme muda a dinâmica da região. Projetos urbanos higienistas, aumento da criminalidade nas ruas e repressão policial forçam a migração dos profissionais que buscam lugares mais seguros para expor seus corpos. A história dos pontos de prostituição é também a história da sociedade brasileira que vive entre o moralismo e a hipocrisia. Em suas contradições, o Brasil é o país que mais consome pornografia trans no mundo e também o que mais mata essas mesmas pessoas (BENEVIDES; ANTRA, 2024).

Reconhecer as ruas de trabalho na categoria Lugares é demarcar espaços em que políticas públicas específicas podem ser mais eficazes por meio de ações locais. É possível, por exemplo, focar no atendimento especializado em postos de saúde para acolhimento de pessoas em situações de exposição à Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), bem como preparar e sensibilizar equipes em delegacias para acolher e atender vítimas de transfobia.

12 Segundo a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, 90% da população trans usa a prostituição como fonte primária de renda (BENEVIDES; ANTRA, 2022). Além das dificuldades impostas pela transfobia, muitas pessoas trans apresentam baixa escolaridade pois são expulsas de casa na infância ou adolescência e/ou sofrem violência e descasos dentro das instituições de ensino.



A drag queen Márcia Pantera, ícone da cultura LGBTQIA+ brasileira.
Fonte: Itau Cultural, 2023

A arte performática das drags e das transformistas foi classificada como uma Forma de Expressão. Trata-se de uma linguagem artística que atravessa as noções de gênero, sexualidade e corpo, com o uso de silicones, próteses, perucas e outros acessórios para salientar, criar ou esconder partes do corpo como seios, genitálias, lábios e olhos. No caso das drags queens ou kings¹³, tais transformações também aprofundam estereótipos dos gêneros a fim de reforçar o feminino e o masculino em seus corpos e mentes. São formas de

manifestar personagens particulares, criadas no íntimo de cada artista, que carregam parcelas importantes de suas individualidades.

Outro exemplo que trago é a **montagem das drags e transformistas**. Essa referência foi categorizada como Saber, pois diz respeito aos conhecimentos ligados à maquiagem, à montagem e à apresentação, tais como como fazer a sobancelha parecer mais alta na testa ou como esconder a genitália (a prática da aquendação), mudar a voz para falar ou para cantar, etc. Tais técnicas foram desenvolvidas no meio delas e repassadas entre elas nos camarins quando a repressão era mais intensa, até finais do século passado. Hoje, com a popularização da arte, já existem cursos especializados para atender profissionais aprendizes. Reconhecer estes Saberes é entender que existe uma comunidade de drags e transformistas que se apoiam e repassam aprendizados a fim de compartilhar conhecimentos e companheirismo.

13 Drags Queens são, historicamente, homens cis que personificam personagens femininas. São mais conhecidas popularmente por apresentações em shows de casas especializadas. Nas últimas décadas, a prática tem se expandido também para mulheres cis que se personificam em personagens masculinos, as drags kings.

Explorando potencialidades do Inventário Participativo na cultura LGBTQIA+ do Arouche

A experiência do Arouche levou a equipe a questionar algumas noções comuns sobre patrimônio cultural, assim como a adaptar a metodologia do Manual do Inventário Participativo. Isso apenas evidencia a pluralidade do universo cultural brasileiro. Considerando que a sociedade brasileira é fruto de relações de dominação e submissão, é possível (e necessário) atentar às diversas possibilidades de se compreender as culturas do país. Cabe a cada grupo social adaptar o método para sua realidade, a depender de suas estratégias de mobilização social.

Além da criatividade única desenvolvida no seio da comunidade do Arouche, como apresentada nas páginas acima, há uma urgência de vida e de existência no território Arouche face à gentrificação. Assim, as adaptações buscaram evidenciar as especificidades do grupo na região, como os apagamentos históricos, as opressões e violências passadas e atuais.

Para tanto, foram criadas três novas categorias de referências culturais, buscando evidenciar a luta por sobrevivência da população LGBTQIA+ e seu direito de permanência no espaço.

Também foi relativizado o valor do tempo e a ideia comum de que bens culturais necessitam ser antigos para serem considerados bens patrimoniais. Como se verá, medidas de tempo são diferentes quando associadas à urgência de vida e reconhecimento.

Novas categorias pelo direito à memória e ocupação do território

O conjunto de categorias e suas referências formam uma constelação, um corpo orgânico. Isso quer dizer que a cultura do grupo é viva, influencia e é influenciada pelo grupo e pela sociedade, num constante processo de revisão e retroalimentação. Para o Inventário do Arouche foram criadas três novas categorias, além das cinco sugeridas no método: edificações¹⁴, marcadores do tempo e natureza.

14 Apesar de não constar no Manual de Aplicação de Inventários Partici-

A primeira se mostrou necessária diante do contexto de disputa territorial e gentrificação do Arouche. As edificações são reconhecidas não apenas por sua relevância histórica e artística, como é comum nas práticas de patrimonialização pelos órgãos de preservação, e sim pelos significados de sua materialidade¹⁵. A presença de uma edificação pode então ser compreendida pelo seu uso e localização.

No território, compreendeu-se que serviços públicos de assistência e espaços de acolhimento estão atrelados a uma arquitetura com endereço fixo no local. Não bastava reconhecer a importância dos serviços e os usos dos espaços. É preciso que tais serviços existam ali, onde está a população carente.

Nesta categoria está, por exemplo, o **Centro de Referência e Defesa da Diversidade Brunna Valin (CRD Brunna Valin)**, equipamento gerido pela Prefeitura especializado em atender a população LGBTQIA+. Desde 2008, oferece encaminhamentos de serviços de saúde e psicológico, assistenciais e aconselhamentos jurídicos, além de abrigar rodas de conversas e acolhimento na sede. O diferencial do equipamento se dá também pelo quadro de funcionários, pois muitos desses são parte da comunidade. O atendimento inicial realizado por Thais Azevedo, mulher negra e travesti, é em si uma forma de bem acolher quem procura o atendimento do equipamento.

Outro exemplo, destoando dos serviços de Direitos Humanos, é a **1ª Delegacia Seccional do Centro**, incluída por seu histórico de violações e abusos. Ainda que seja necessário reconhecer os serviços de cuidado e proteção de parte dos agentes policiais perante à comunidade do LGBTQIA+, a história de opressão sistemática da corporação ainda impõe um forte desconforto sobre a liberdade de ser e estar no largo, vide o ocorrido quando da divulgação do projeto de reforma. Ademais, a sede foi batizada com o nome do delegado José Wilson Ricchetti, o coordenador dos “rondões” e então chefe da delegacia.

pativos, a categoria Edificações é amplamente utilizada pelo Iphan, nos Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC)

- 15 A categoria edificações foi criada no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN e foi incorporada no método de Inventários Participativos de forma pioneira pelo Inventário Participativo Minhocão Contra Gentrificação da Repep em 2019.

A classificação da delegacia como Edificação busca demonstrar como a ameaça da violência estatal se faz presente e constante de forma material e visual, demarcando um território de poder e controle sobre a população.

A categoria **Marcadores do Tempo** refere-se a datas importantes na luta pelos direitos e cujas consequências ressoam até o presente. A elaboração desta linha do tempo não é somente uma organização de fatos, mas sim a releitura de um passado recorrentemente lembrado pela violência e pelo sofrimento. No inventário, os mesmos fatos são relidos como resistências, organização da sociedade e união. Assim, intencionou-se trazer à tona a “memória subterrânea” (POLLAK, 1989) e reconhecê-la como formadora desses sujeitos em processo de libertação, em oposição à “memória oficial” que tenta apagar ou minimizar a existência de grupos dissonantes.

A categoria é composta por uma referência cultural, chamada **Calendário LGBTQIAPN+**, que consiste em uma lista temporal de eventos importantes para os grupos LGBTQIA+ no Brasil e especialmente em São Paulo. O Calendário dá atenção especial ao período da ditadura civil-militar iniciada em 1964, notável pela repressão sistêmica violenta e cruel. Mas é também o período do despertar do “movimento gay”, como era então chamado, pois a repressão forçou a sociedade a se organizar em grupos de caráter mais ofensivo em prol da sobrevivência (GREEN; QUINALHA, 2018). Já na virada do século, as datas referem-se principalmente aos direitos conquistados, como a retirada da homossexualidade como patologia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990 e a legalização da união civil homoafetiva em 2001.

Vê-se, portanto, que a história é narrada como uma evolução do movimento organizado no país, nascido de um dos momentos mais sombrios da história recente e que obteve - e obtém - resultados significativos.

Já a categoria **Natureza** evidencia um olhar atual, comum em cidades cuja urbanização se deu com a destruição maciça do ambiente natural. Segundo Gonçalves (2002), estamos tão submergidos nas referências culturais que muitas vezes só as tomamos

como tal quando estamos a ponto de perdê-las. Na selva de concreto que é São Paulo, elementos como rios, flora e fauna certamente adquirem outros valores que aqueles das cidades pouco urbanizadas. Sem dúvida alguma, a relação do homem com a natureza não é a mesma em São Paulo e no Parque Indígena Xingu.

O Largo do Arouche é uma das poucas áreas verdes remanescentes no centro da cidade. A natureza, no caso do Inventário do Arouche, é lembrada tanto pelo medo da perda total quanto pela necessidade de preservá-la. A categoria criada trata tanto da necessidade real de ambientes mais verdes para vidas mais saudáveis, quanto do poder simbólico e inspirador das árvores.

Natureza abriga duas referências culturais. Uma delas é a árvore **Chichá** que foi escolhida para representar toda a vegetação do largo. A Chichá é a árvore mais antiga e mais alta, com cerca de 30 metros de altura e um metro de diâmetro de tronco. Esta árvore centenária sobreviveu às reformas urbanas do local e presenciou o desenvolvimento LGBTQIA+ na região. Por seu porte e permanência, tornou-se um ponto referencial de encontros. O verde e as árvores foram lembrados nas entrevistas realizadas, evidenciando a relevância que a natureza tem para as diferentes pessoas como espaço acolhedor na cidade de São Paulo.

Referência jovens para vidas no Arouche

Como dito, a experiência do Arouche levou os pesquisadores e à novas noções da relatividade do tempo. Isto se faz especialmente importante para profissionais do patrimônio cultural pois este ainda é comumente atrelada ao tempo passado, tanto para os leigos quanto nos ambientes institucionais. Não é raro, por exemplo, encontrar descrições de um monumento ou um evento histórico apartado da realidade atual. Como se as casas grandes ou os pelourinhos não se relacionassem ao racismo estrutural do Brasil do século XXI. Operar sobre o patrimônio cultural, no entanto, é construir uma possibilidade de futuro. Ou uma possibilidade de sociedade futura, que reflita sobre seu passado, aprenda com seus erros e tome medidas de reparação.

Para muitas pessoas da comunidade LGBTQIA+, o passado de violências, torturas e assassinatos se faz presente diariamente. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), há mais de uma década o Brasil ocupa o topo no ranking de assassinatos de pessoas trans. Em 2023, 155 pessoas trans foram assassinadas ou suicidadas¹⁶ (BENEVIDES, ANTRA, 2024) e um número desconhecido de pessoas trans foi violentada e agredida. É comum que os direitos destas vítimas da LGBTfobia sejam reconhecidos apenas postumamente, como ocorreu com Laura Vermont, Demétrio Campos¹⁷ e muitas outras. Todo este cenário desolador, desesperançoso e revoltante, nos forçou a compreender a cultura da região como um misto de passado corrente e atual, de urgência de vida de quem não tem tempo a perder.

Ficou evidente, portanto, que homenagear pessoas quando vivas se faz especialmente importante quando as pessoas, ou melhor, o grupo social que elas representam, apresentam menores chances de vida longa por conta da violência que sofrem. Os grupos LGBTQIA+, e principalmente trans e travesti, precisam conhecer nomes de iguais que os inspirem pelo que fazem e pelo que são, e não somente pela violência que sofrem.

No Inventário do Arouche, a urgência da vida ficou bem representada pela referência cultural **Natureza Viva**, na categoria Natureza. Trata-se de um projeto de plantio de mudas de árvores frutíferas que receberam nomes de figuras públicas LGBTQIA+. Para a primeira edição do projeto foram selecionadas pessoas trans de carreira política. Entre elas, Erica Malunguinho, representada por uma

16 O termo tem sido utilizado para casos de suicídios de pessoas trans que ocorrem como consequência da transfobia da sociedade. Segundo a Antra (2024), o número real de suicídios cometidos por pessoas trans é maior e desconhecido por erros nas notificações e documentações, seja pelo desrespeito da família quando ao gênero da vítima, seja por erros de preenchimento das fichas de identificação nas unidades de saúde, de formas intencionais ou não.

17 Laura Vermont foi assassinada por espancamento por um grupo de homens, aos quinze anos de idade. Demétrio Campos se suicidou aos 20 anos em 2020 e foi o segundo caso brasileiro de pessoa trans a ter o nome retificado após a morte.

jabuticabeira, Carolina Iara (amoreira) e Érika Hilton (limoeiro).

Além de Natureza Viva, dois eventos recentes do Coletivo Arouchianos foram considerados referências culturais: o **Arraiá Comunitário** e o **Natal Comunitário**. As datas comemorativas e períodos de festas tradicionais no país são também momentos delicados para aquelas pessoas que vivem longe de suas famílias, seja em razão de pobreza ou LGBTfobia. Os eventos eram momentos de união e congregação da comunidade no largo do Arouche, possíveis através de doações. No Arraiá Comunitário, figuras juninas tradicionais eram ressignificadas. São João e São Pedro eram apresentados como Santa Joana e Santa Pietra. No natal, a figura do Papai Noel também foi reformada de modo a se aproximar do público. Em 2019, por exemplo, foram performadas as figuras de Mamãe Noel Trans, Mamãe Noel Travesti Preta e Papai Noel Preto.

Infelizmente, houve poucas edições destes dois eventos. Após a interrupção dos atos por força da Covid19, o Coletivo não conseguiu reestruturar as atividades no largo. No entanto, os eventos ocorridos ficaram como marcos inspiradores para se ocupar o largo. Cada evento provou que é possível congregar pessoas vulnerabilizadas e marginalizadas através da aceitação, afeto e respeito.

Estas três referências culturais (Natureza Viva, Arraiá Comunitário e Natal Comunitário), portanto, tratam de projetos novos. Os eventos comunitários do Arouche tiveram vida breve (embora haja a possibilidade de retorno), e o avanço das mulheres trans no planalto é um fenômeno recente. A deficiência de antiguidade, no entanto, não é um impeditivo na esfera da Educação Patrimonial. Considerando que esta esfera serve à formação de sujeitos conscientes de si, assim como de sociedades mais justas, é preciso ter em conta que o tempo é uma medida desigual quanto maior a desigualdade social. Desta forma, ao considerar como bem patrimonial temas de existência curta e/ou nova, estamos assentindo que a urgência de vida exige urgência em reconhecer pessoas e projetos que inspirem a vida.

Conclusão: repensando as noções de patrimônio cultural à partir do Arouche LGBTQIA+

A pesquisa do inventário participativo do Arouche trouxe à tona a existência de uma cultura rica, proveniente tanto de lágrimas quanto de arte. É entre a gana de vida e do medo de perdê-la que se faz o patrimônio cultural único do Arouche.

Também evidenciou como é possível enxergar um mesmo grupo social de formas diferentes. Por décadas, a população LGBTQIA+ da região foi vista como pária, doente e ameaçadora. Mas a releitura da história tomando-a como interlocutora do patrimônio cultural local, destacou uma história de lutas e resistências, atreladas à arte e ao humor. É, afinal, uma resistência bem humorada que enxerga o Índio Caçador “de quatro”.

O resultado do inventário pode ser visto também como uma enciclopédia inspiradora para a atual e as próximas gerações, não somente LGBTQIA+, mas de todos os grupos sociais minoritários historicamente oprimidos e invisibilizados. É uma forma de desconstruir a “autodesvalia” dos oprimidos objetivando o reconhecimento de si mesmos como “homens destruídos” e como “homens em processo de libertação” (FREIRE, 2020). Longe de ser um trabalho finalizado, o inventário participativo do Arouche é, por natureza, um processo de autovalorização e visibilização que permanece no território. É uma base possível, por exemplo, para se reivindicar políticas públicas afirmativas por parte dos governos e órgãos administrativos.

Contudo, é preciso atentar que, ao se trabalhar com grupos vulnerabilizados da sociedade, é necessário ser consciente que o campo do patrimônio cultural está em seu próprio processo de descobrimento. Não foi sempre, afinal, que pessoas pobres ou LGBTQIA+ puderam ser consideradas pessoas capazes. Acredito que a metodologia do Inventário Participativo ainda será adaptada de muitas outras formas criativas, à medida em que é mais aplicada, principalmente sobre grupos historicamente invisibilizados. Isso apenas demonstra o potencial da metodologia.

Referências Bibliográficas

- BENEVIDES, Bruna, ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- BENEVIDES, Bruna, ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021.
- CUNHA, Neon. Entrevista cedida ao Inventário Participativo do Arouche LGBTQIA+, 2022. 1 arquivo .mp4 (40 min). Disponível em: <https://www.arouchianos.com.br/vozes.html>. Acesso em: junho de 2024.
- FRAZÃO, Fernanda. Entrevista cedida ao Inventário Participativo do Arouche LGBTQIA+, 2022. 1 arquivo .mp4 (6 min). Disponível em: <https://www.arouchianos.com.br/vozes.html>. Acesso em: junho de 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 75 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2020.
- FRUGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na cidade**. São Paulo, Cortez/Edusp, 2000.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-Iphan, 2002
- GREEN, James N., QUINALHA, Renan. FERNANDES, Marisa (org.) **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- IPHAN. Educação Patrimonial: **inventários participativos**: manual de aplicação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Brasília-DF, 2016.
- ITAÚ CULTURAL. **Todos os gêneros: mostra de arte e diversidade**. Rainhas da noite: uma homenagem à cultura Drag Queen/ vários autores. Itaú Cultural (org.). São Paulo, Itaú Cultural, 2023
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- NITO, Mariana Kimie. **Inventário participativo Arouche LGBTQIA+**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2023. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1036. Acesso em 9 junho. 2024.

SCIFONI, Simone; BEUCLAIR, Helcio. Largo do Arouche, São Paulo. Por um patrimônio LGBTQIAPD+ nacional. **Arte, Cidade e Patrimônio**: futuro e memória nas poéticas contemporâneas. Adriana Nakamuta (org.). Rio de Janeiro: Automática Edições, 2021.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4a edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

QUERO



MORRER



NA CADENCIA



NUMA BATUCADA



DE BAMBA



4 Espacialidades Negras – Lugar e Território: quilombo, ilê e pemba

IGOR SANTOS VALVASSORI *

A luta antirracista, tarefa de todos que se propõem a construir, manter e deixar sempre abertas as portas para uma sociedade mais solidária, justa, democrática e livre, passa por incontáveis ações e estratégias, partindo de diferentes sujeitos. Quero trazer neste ensaio a ideia de que o espaço - mais especificamente as espacialidades negras - é uma dimensão fundamental nesta luta. Evidenciar as espacialidades negras, colocá-las na centralidade de pensamento, é mesmo uma das tarefas fundamentais das geografias negras. Tarefa extensa, de múltiplas frentes. Dentro deste amplo espectro, quero discutir brevemente alguns pontos.

Inicialmente é importante referenciar quem fala e minimamente o momento pessoal a partir do qual se está falando. Quem escreve é um doutorando negro, pai de duas crianças, trabalhador da Universidade de São Paulo e que procura nesses meandros estudar, com alguma ou muitas dificuldades. Outro aspecto importante é que parto de preocupações vindas da universidade tendo como eixo a cidade e a vida urbana. São preocupações que partem de um

* Doutorando e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2018). Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (2009). Pesquisa nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Cultural e Geografia da População, atuando principalmente nos temas das Relações Raciais e Memória da População Negra em São Paulo.

movimento social em torno da educação, memória e patrimônio, concebendo estes três aspectos como fundamentais para efetivação de um processo de emancipação social. Dentro disto procuro somar nos esforços de fazer criar raízes e frutificar os diversos pensamentos negros no espaço universitário. Esta interpretação das espacialidades negras, no entanto, não vem da vivência de território quilombola ou de uma comunidade de terreiro, muito embora tenha em minha vivência cotidiana a umbanda, religiosidade de matriz africana. Penso ser importante frisar isso para legitimar a ideia de somatória e fugir minimamente das viciadas práticas acadêmicas que vê no outro apenas o objeto.

Adianto, que as linhas gerais deste ensaio terão a característica de uma agenda de pesquisa: há ainda muitos diálogos, muito amadurecimento em cada um desses pontos que estão por vir. Este texto é uma sementeira, que espero germinar frutos em futuro próximo.

Para isto, pretendo como primeiro passo trazer breves considerações para pensar as espacialidades negras em conjunto: o exercício é o de conceber os territórios negros, quilombos, terreiros, festas populares, entre outros, como uma totalidade aberta e diversa, a partir de uma chave que, inicialmente, estou chamando de metáforas, mas que podem ganhar a força de conceito. É olhar o diverso e encontrar uma lógica interna, é observar diferentes pensadores e entender que estão olhando faces de um mesmo prisma.

O segundo passo é, a partir de considerações realizadas na pesquisa que desenvolvi sobre os bailes negros (VALVASSORI, 2018), apontar caminhos para compreender o modo como as espacialidades negras se configuram como uma das dimensões fundamentais para a luta antirracista, tendo o seu eixo central a constituição, manutenção e fortalecimento permanente de nossa identidade mediada pela memória. Identidade negra que é sempre colocada em xeque pela sociedade e seus mecanismos raciais. Referenciados neste eixo da identidade e memória encontram-se as nossas estratégias de sobrevivência, assim como as estratégias que adotamos para a sobrevivência de nossas práticas e valores, que sob o ataque racista também são muitas vezes feridas de quase morte.

Em terceiro, além da sobrevivência, nos perguntamos o que pode sair da invisibilidade ao fazermos esse exercício de pensar as espacialidades negras em conjunto, como movimento que precede a compreensão de territorialidades negras, conceito este amplamente movido por geógrafos e não geógrafos. É nesse sentido que podemos perguntar também, além do enfrentamento ao racismo como um dos fundamentos estruturantes da sociedade vigente, quais outras pontes, quais outras trilhas e quais outros enfrentamentos a população negra faz em sua ação, que é espacial, em direção à superação dessa sociedade capitalista, desigual, perversa violenta, que esgota tudo e a todos deste planeta?

Quilombo, Ilê, Pemba – As espacialidades negras vistas em conjunto

Haveria uma forma de compreender em sua totalidade a espacialidade das relações sociais negras, de suas práticas culturais, a partir da própria historicidade do fazer, do viver (e do morrer) e das lutas negras na diáspora, pensando a partir do Brasil? Penso que sigo uma trilha apontada pelo projeto “A Cor da Cultura”. Este projeto “defende que os valores culturais negros sustentam a identidade cultural africana nas práticas da cultura brasileira, a partir da incorporação de elementos culturais que se mantiveram diante da resistência das/os escravas/os” (GAMA; CABRAL, 2021) apresentando 10 valores civilizatórios afro-brasileiros, que formam um conjunto único, representados graficamente em forma de mandala, são eles: Circularidade, Religiosidade, Corporeidade, Musicalidade, Cooperativismo/Comunitarismo, Ancestralidade, Memória, Ludicidade, Energia Vital/Axé e Oralidade.

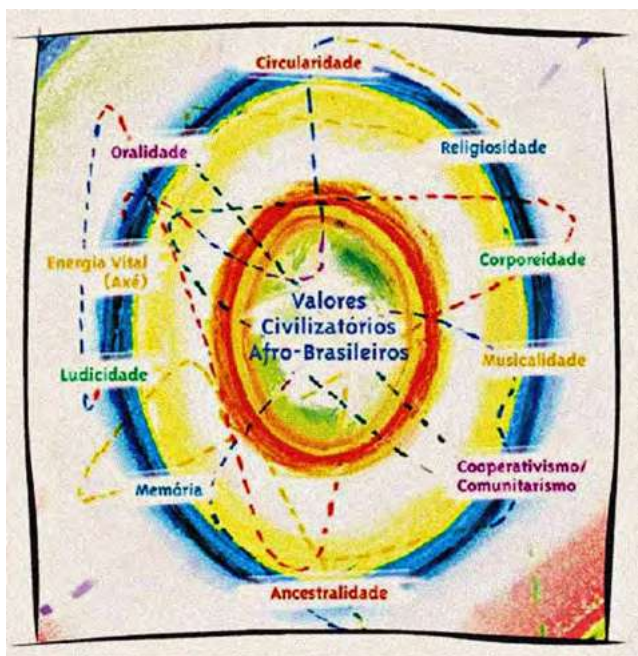
Nesta proposta que apresento, procuro evidenciar que as espacialidades negras podem ser compreendidas por 3 “dimensões”: a do quilombo, a do ilê e a da pemba. Penso que estas são dimensões das espacialidades negras e, ao trazê-las de modo conjunto em uma mesma teoria, considero ser possível, pelas suas constituições, articular este pensamento com aqueles que analisam a complexidade

social brasileira, não fechando a cultura em torno de si, sendo possível destacar as questões ligadas aos afrodescendentes como centrais para compreender a história e a atualidade brasileira, privilegiando o espaço como ângulo sintético e analítico de nossa realidade.

Quilombo, Ilê e Pemba: o que dizem então, essas dimensões, que inicialmente chamo apenas de metáforas?

A dimensão do quilombo é aquela do enfrentamento à morte, da resistência ao racismo e das lutas antirracistas. É também o espaço da rê-existência e uma possível existência. A partir da ideia de quilombo podemos compreender o associativismo negro, as organizações negras diversas, os movimentos políticos, os coletivos, que se organizam em espaços físicos mais ou menos permanentes. Quilombo estaria próximo da ideia de território para a geografia.

A dimensão do Ilê, seria a do cultivo das tradições, da semeadura de valores, de laços familiares e de solidariedade com o próximo, é o cultivo e o culto à ancestralidade como referência de pas-



Mandala Valores Civilizatórios Afro-brasileiros .

Fonte: BRANDÃO; TRINDADE, 2010.

sado e futuro. Seria também o espaço de autocuidado bem como aquele de cuidar do próximo. Com essa dimensão poderíamos ler as comunidades tradicionais de matriz africana, terreiros de candomblé, umbanda, mas também a dimensão familiar e da casa das famílias negras. O ilê estaria próximo de uma das dimensões do conceito de lugar, na geografia. O ilê é também um espaço físico permanente e referencial para a população negra, que se constituiu como possível no contexto racista brasileiro pela resistência, estratégia, diálogo e negociação frente aos poderes hegemônicos.

A dimensão da Pemba é a metáfora de uma marca temporária, perene, no território, tal qual o traço deste “giz”, que é a pemba, utilizada nos rituais religiosos. É também o espaço da conexão com o outro e com a ancestralidade neste tempo-espaço fugaz, que pode ser o da rua em um cortejo ou desfile, ou do salão de baile. Seria a dimensão da reunião e simultaneidade, o brilho e a elegância da festa, a potência da beleza e a potência da beleza do encontro, ou do belo que se faz a partir do encontro. Pemba seria uma grafia no espaço, uma escrita com o espaço¹ (SANTOS, 2012). Pela dimensão da Pemba poderíamos ler a manifestação política, os encontros, as festas públicas, os bailes, o uso da rua, as ocupações, o carnaval. Seria o corpo negro grafando, e AFROntando, nos espaços públicos, mas também privados e segregados. A dimensão da Pemba estaria próxima da ideia de territorialidade na geografia. Seriam as territorialidades negras.

Quilombo, Ilê e Pemba evocam também a constituição diversa do que é ser negro no Brasil, tanto pelas experiências de vida, rurais ou urbanas, ou ligadas aos territórios em que estão inseridas, como a experiência afro-paulista, afro-baiana, afro-maranhense. Mas principalmente pela constituição de um tempo histórico longo, que são as culturas banto e sudanesas, que chegam ao Brasil pelo longo processo de escravização, em tempos e espaços di-

1 A ideia de que o espaço é possível de ser grafado pelas relações sociais retiro de Renato Emerson dos Santos, para o qual, mais especificamente, as “as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço” (SANTOS, 2012, p. 38).

versos. Um primeiro exemplo: Quilombo, Ilê e Pemba guardariam também arquétipos dos Orixás, cosmovisão de origem Nagô, da região do Benin? Quilombo, trazendo valores de Ogum: guerra e o fazer civilizatório. Para o Ilê pensaríamos no colo, cuidado, amor e cura: Yemanjá, Oxum, Omulu/Obaluaiê. A Pemba traria a dimensão da dinâmica, comunicação e realização de Exu.

Essas dimensões não seriam estanques: o dia de toque, no terreiro de candomblé, poderia contemplar simultaneamente essas 3 dimensões. Há casas de famílias negras que são Ilê e Quilombo. Há festas negras que marcam com a Pemba o espaço, tal qual o baile: naquele instante fugaz da festa reúne ideias, pessoas e corpos políticos, entrecruzando a dimensão do quilombo com o do ilê, pois é também um espaço de autocuidado e autovalorização, valorizando a memória e a ancestralidade negra, bem como é a fruição a partir do encontro.

Adiante trago, a partir do mestrado, reflexões sobre baile e memória, para elucidar estas reflexões.

Os bailes negros em São Paulo em sua relação com a cidade: memória e identidade

Ao falar de memória negra parto aqui do pressuposto de que há um racismo estruturante da metrópole que invisibiliza, separa e segrega os sujeitos, assim como sua memória. Leite (1992) em suas memórias (publicadas após seu falecimento pela prefeitura de São Paulo em lindo trabalho empreendido por Cuti) mostra que as lutas negras em São Paulo, em diversos momentos se balizaram na memória ou pela memória, seja sobre datas, ou monumentos, ou comemorações cívicas.

No bojo da ideia de memória negra está também o destaque a racialização social como produto histórico, além do entendimento necessário de sua estratificação em classes, entre o sujeito branco, colonizador, como detentor de poder político, estatal e econômico que visa o controle social e simbólico da sociedade.

Além disso, destaco o histórico desta população, que é afrodescendente, descendente de escravizados e vítima reiterada de um processo de racialização social e do racismo como processo de hie-

rarquização social que se realiza de maneira multidimensional. Sua condição social é forjada nos desmandos de uma raça e classe, no não amparo, nas discriminações passadas (ou seja, históricas), nas discriminações presentes (ao ser vítima da polícia, ao ganhar menos, ao viver em espaços produzidos de maneira segregada), tendo seu futuro sempre de horizonte comprometido, visto que o racismo muitas vezes se reproduz nas falas e gestos de suas próprias vítimas, bem como de uma sociedade que nega a se ver como racista, minimizando, simplificando, negando ou escondendo o problema.

Falo em memória negra, pois a resistência e o combate ao racismo em uma direção emancipatória se dão através de manifestações culturais diversas, em que a adjetivação negro/a (na literatura negra ou música negra), portanto não é um significante vazio. Além disso, todas estas manifestações se realizam no espaço, e por muitas vezes pensando o espaço, produzindo o espaço enquanto diferença de um processo desumanizador. O espaço urbano assim é campo de disputas de raça, classe, gênero.

É tendo como ponto de partida este contexto que na dissertação “Som de Valente: bailes negros em São Paulo” (VALVASSORI, 2018) procurei evidenciar a prática cultural baile, enraizada na população negra paulistana, destacando em maior ou menor medida aspectos que a envolvem, como a memória da população negra em relação à cidade, as suas lutas e organizações políticas, os saberes e fazeres trazidos de África e reconfigurados no território colonial nas américas, bem como os nexos estabelecidos entre a produção do espaço, as transformações da cidade e do urbano e o racismo anti-negro presente no Brasil, destacando a própria cidade de São Paulo e as diversas formas de resistência que a população negra engendrou, estabelecendo como recorte temporal um período longo desde o pós-abolição (1888) até 2016, ano das principais observações de campo e coleta de dados.

Nesta perspectiva destacamos para fins de análise três momentos da realização de bailes, que se articulam de maneira íntima com a produção do espaço, racismo e resistências em São Paulo. O primeiro se estabelece desde a emancipação do trabalho escravo, em 1888, até 1958. Esse recorte auxilia a refletir sobre a cidade e a vida urbana da população negra em São Paulo no início do século

XX, bem como seus desafios, limites, mas também anseios, sonhos e projetos. Ele é importante para compreender também que o racismo se manifesta, se realiza e se reproduz de maneiras distintas ao longo do tempo. Neste período em específico estavam em voga teorias científicas racistas, projetos de higienização e de embranquecimento da população. Assim, localizamos o baile como a possibilidade da população negra viver uma vida pública em uma cidade que não havia crescido, ainda, desmesuradamente. Realizam-se neste momento os bailes negros, promovidos por associações negras, as quais, além do baile, se articulavam politicamente, publicavam jornais, promoviam o esporte, literatura e encontros.

O segundo momento tem como recorte os anos de 1958 até 1994. É o período dos Bailes Black. O ano de 1958 marca uma virada fundamental dos bailes que é a introdução do som mecânico nas festas. Resumidamente, esta revolução, do som de orquestras e grupos musicais para a música de vinil foi a chave da difusão de toda uma cultura musical jovem, periférica e negra. Na esteira deste processo estes jovens estruturam empresas de eventos, bem como se organizam novos ofícios como o DJ. Além disso, se estabelece uma ponte, ou conexão, entre a ética, estética e mensagem das lutas negras nos Estados Unidos com o Brasil. Neste período um padrão centro-periferia consolida-se, permanecendo no centro de São Paulo as funções políticas, econômicas e simbólicas da centralidade da cidade, do poder e do dinheiro, e expulsando para locais cada vez mais distantes os pobres, trabalhadores e a população negra.

Os bailes realizavam-se nas periferias, muitos deles animados com a musicalidade que é pesquisada, experimentada e difundida pelas grandes equipes de bailes. Na memória dos entrevistados está a vida na cidade que crescia, e que já não existe mais. São as itinerâncias de jovens à noite, entre um baile e outro, sem convite, apenas procurando algum lugar para se divertir, em festas realizadas em residências, mas que se estendia para o quintal, para a rua e para os terrenos ainda sem construção ao lado.

O auge do lazer aos fins de semana, no entanto, era frequentar, mesmo que mensalmente, os grandes bailes realizados pelas equipes, em salões requintados, alguns com códigos de vestimenta específicos,

nos quais se entrava em contato com músicas, às vezes exclusivas, de determinada equipe, que guardavam o segredo de qual vinil, quais músicos, e quais alterações eram feitas para aquela faixa ficar dançante ao gosto da população majoritariamente negra que os frequentavam.

É neste momento também que se consolidou, via academia² e Estado, o mito da democracia racial, bem como é no final deste período que a violência urbana, na esteira da violência policial, tal qual a conhecemos hoje, vai se desenhando, esvaziando a rua, estabelecendo um sentimento de medo. Neste momento também, as lutas negras antirracistas dispersas, juntam-se no Movimento Negro Unificado, que contesta a democracia racial e dá novos rumos às lutas de negros e negras no Brasil. É o momento em que surge o Samba Rock, musicalidade e forma de dançar, que estabelece íntimas relações com os bailes. A forma de dançar, criada por negros e negras em São Paulo, é registrada como patrimônio imaterial no município, registro problematizado em Valvassori e Scifoni (2021).

O último período definido e analisado, o dos Bailes Nostalgia, se inicia no ano de 1994 e se estende até os dias atuais. Assim definimos em Valvassori e Scifoni (2021, p. 79):

O terceiro momento surge a partir de 1994, marco em que muitas equipes, pujantes nos anos 1970, deixam de exercer suas atividades, ao menos

-
- 2 Neste período estão também fundamentais pensadores que, com suas obras, prática e militância, buscaram romper com a ideia de democracia racial. Podemos citar Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Beatriz do Nascimento, Florestan Fernandes, Clóvis Moura, entre outros. No entanto, ao que pese esses esforços, o pensamento brasileiro neste período debruçou-se sobre o problema da desigualdade social fazendo uma crítica visceral à dependência econômica e ao capitalismo, de maneira genérica, trazendo este debate para centralidade. Mas em casos como o da geografia, descartou a pergunta sobre quais as consequências do pensamento racial que atravessou todos os chamados clássicos, tratando-os apenas como capítulos que deveriam ser esquecidos. A perspectiva de democracia racial pairou também na constituição e desenvolvimento da própria universidade, que naturalizou ter em seus quadros docentes uma composição de praticamente 100% de pessoas brancas, semelhante ao corpo discente, que permitiu as chamadas exceções que confirmavam e confirmam as regras não ditas e nem escritas, mas praticadas, de exclusão.

continuamente. Os motivos para esse declínio são resultado de múltiplos fatores, alguns ligados às mudanças comportamentais, culturais, em íntima relação com as transformações da indústria midiática (D'ALLEVEDO, 2014; OLIVEIRA, 2008). No entanto, entende-se aqui também, que as transformações dos anos 1990, vão além da difusão em massa da cultura jovem dos Estados Unidos. Os anos 1980 marcam um profundo acirramento da desigualdade no Brasil, especialmente em São Paulo, onde os registros em forma de música e poesia dos Racionais MCs e de outros rappers dão uma larga medida. A metrópole se expandia, em seu movimento de implosão/explosão. O centro, nesse período – de fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 –, já aparece nos álbis do mercado imobiliário como degradado, passível de ser alvo de estratégias de valorização. As periferias expandem-se para cada vez mais longe, instalando-se ali novos migrantes e aqueles que não dispunham de meios para se manter nas localidades onde anteriormente estavam. É também um momento em que o discurso da violência urbana começa cada vez mais a ganhar a pauta da televisão. Nos anos 1980, as periferias de São Paulo presenciam o genocídio negro e a matança de pobres pelo estado. Há também um movimento de autoss segregação dos mais ricos, que vão morar em condomínios fechados nas bordas da cidade. É, portanto, mais um dos momentos agudos do esvaziamento da rua e do sentido do encontro. A metrópole ficando cada vez mais cinza.

Neste período consolida-se os bailes nostalgia, que se realizam como continuidade e descontinuidade dos anteriores bailes *black*. Os bailes nostalgia são organizados de maneira distinta dos bailes *black*. Os DJ deixam de pertencer às equipes, ganham autonomia e visibilidade e há mudanças também em relação ao vínculo dos trabalhadores envolvidos, aos equipamentos utilizados (agora alugados) entre outros. O “monopólio” de determinada música, vinculada ao baile de determinada equipe, também deixa de existir. Os bailes nostalgia ocorrem em salões requintados nas áreas centrais, mas também em salões nas periferias, como casas de festas, restaurantes, Clubes da Comunidade (CDC's mantidos pela prefeitura de São Paulo), salões de clubes de futebol, entre outros. No entanto, há diversos elos com períodos anteriores, que vão desde as músicas executadas, as formas de andar, vestir, convidar, que remetem a um

processo de memória, principalmente dos bailes *black*, que foram analisados na dissertação.

Ainda que exposto acima de maneira resumida é possível verificar que esses bailes realizam, de alguma maneira, a cidade e o urbano, em sua efetivação. Ao mesmo tempo, e na contramão, o baile é resistência da população negra: mediante o baile foi possível realizar o encontro, reestabelecer e alargar os conceitos de beleza, altivez, humanidade, entre outros, que são negados à negros e negras em uma sociedade racista.

Caminhos para emancipação a partir das espacialidades negras: um problema prático-teórico

Diante dessas observações, esboço a ideia de **neg(ro)atividade**. Este neologismo junta o significante negro(a) como construção coletiva e positiva de identidade, com a ideia de negativo - negando os fundamentos que sustentam o mundo moderno, e de atividade, destacando as diversas práticas, organizações e movimentos negros ao longo da história.

Esta ideia parte de um problema prático e teórico: como contraponto à teoria de que há raças está a concepção de universalidade. A universalidade, por sua vez, é justamente o campo no qual, nas relações raciais, o branco, o homem, se coloca, como ser universal, diante da particularidade de negros e indígenas, mulheres, entre outros. É com esta perspectiva que, na prática, no interior dos partidos à esquerda, a solidariedade com as lutas negras se deu apenas no plano das convergências de pauta por trabalho e moradia, por exemplo, havendo uma “exotização”, um congelamento no tempo do que seriam as práticas culturais negras e os chamados territórios negros.

Por outro lado, nas teorias que procuraram desnaturalizar a ideia de universalidade e combater a invisibilidade da questão racial no Brasil, este enfrentamento colocou em segundo plano outras perspectivas para pensar as lutas negras, como a possibilidade do enfrentamento radical de outros fundamentos que sustentam o capitalismo e a reprodução das relações de produção, além do racismo.

Em outros termos, há na teoria diversos estudos acerca do combate ao racismo abordando diferentes esferas, bem como discutindo quais são as nossas lutas e estratégias de enfrentamento e resistência. Por outro lado, na prática são inúmeras as articulações negras, que utilizam o espaço como estratégia política e que estão fomentando em diversos espaços cultura e memória como campos deste enfrentamento - lembrando que teoria e prática se articulam a todo momento. Mas, estamos pensando e caminhando na direção do futuro, ou seja, da superação da lógica capitalista mundializada, regendo a vida e a morte, a partir desses territórios negros e das interpretações acadêmicas sobre estas espacialidades? Do ponto de vista da sobrevivência, sim, pois em uma sociedade racista talvez o dia de hoje não tivesse chegado para muitos sem estas articulações políticas. Do ponto de vista da superação do racismo, também.

Mas e do ponto de vista da superação do modo de produção capitalista como paradigma, outrora a proposta maior dos movimentos de esquerda? Podemos pensar este futuro do ponto de vista de um exercício democrático radical, como a proposta política do direito à cidade?

É essa a pergunta que queremos responder. É este aspecto que queremos evidenciar, abrindo uma ampla agenda de discussão.

Diante do exposto, para pesquisar as espacialidades negras, destacando sua articulação com o projeto político de crítica à economia política, de superação do capitalismo e da busca pelo direito à cidade, um exercício radical de democracia, é preciso discutir, a luz das pesquisas de campo, das observações de movimentos negros e de práticas culturais negras, a possibilidade de interpretá-las a partir do fundamento do uso e da apropriação do espaço. Fundamento este que também se coloca como a antítese dos processos hegemônicos da sociedade, como a generalização do valor de troca e reprodução das relações de produção. Quais espaços ou atividades podem ser lidos por este fundamento do uso e da apropriação? O que esta perspectiva pode evidenciar, ou invisibilizar? Estas perguntas nos levam a refletir acerca da tensão entre o que vem convencionalmente sendo chamado de “abordagem de raça” no contraponto de uma “abordagem de classe” no interior da geografia. Assim, quais conceitos podem ser

utilizados? Haveria novos conceitos para pensarmos a realidade de negros e negras no Brasil?

A hipótese que desenvolvo³ é a de que as espacialidades negras, produzidas na tensão de uma sociedade racista e de classes, onde a reprodução do capital impera, guardam a potência de se colocar na contra lógica da sociedade de diferentes formas e níveis. Esta potencialidade só pode ser compreendida ao se pensar a totalidade a partir do fundamento do uso e da apropriação do espaço, antítese do valor de troca.

As lutas de negros e negras, em inúmeras frentes, estão a todo momento questionando os limites do atual e forçando a vinda do novo. Novo este, para além da reprodução do capital e do branco como padrão de humanidade.

A realidade e a história de negros e negras no Brasil, a nossa realidade e nossa história, é desdobramento da diáspora africana no atlântico, desencadeada por um violento e extenso processo de escravização de pessoas de diversas partes do continente africano. Mais especificamente das regiões de Congo e Angola na África Central, do golfo do Benin, ao sul do Saara, e de Moçambique, na costa oriental do continente.

Entre os múltiplos aspectos desta realidade que ao longo do tempo vão sendo analisados por diversos(as) intelectuais, majoritariamente brancos, em diferentes prismas, estão o trabalho escravizado, o racismo que vai rejuntando os cacos do horrível mosaico da colonização, o processo de abolição e a inserção no mundo do trabalho, mas também as organizações, as diversas práticas culturais e os projetos dos grupos negros, que se dão na esteira da resistências ao racismo e a um projeto de país, desenhado na passagem do século XIX para o XX, que já não vislumbrava para negros e negras nem o mais rele papel na estrutura social. Há ainda análises específicas, na longa luta pela constituição de uma cidadania no

3 Pesquisa de doutorado em desenvolvimento com o título provisório “Espacialidades Negras em São Paulo: na luta antirracista a busca pelo novo”, desenvolvida desde 2022, sob orientação da Profa. Dra. Simone Scifoni, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, linha de pesquisa “Geografia da Cidade e do Urbano”.

seio desta República racista: educação, trabalho, saúde, envelhecimento, acesso ao emprego, moradia entre tantas outras.

Destaco que, os intelectuais brancos analisaram o outrora chamado “problema do negro no Brasil” e, ora operavam dentro de uma lógica racista, ora estavam mergulhados na ideologia da democracia racial (o Brasil, um paraíso das relações entre as “raças”). Por outro lado, há também vergonhosas lacunas, como na Geografia e no patrimônio cultural, campos em que este tema chega tarde, mas que tem ganhado corpo nas últimas décadas.

No entanto, mediante este ensaio e a pesquisa ainda em desenvolvimento, procuro somar no esforço conjunto, de importância ímpar, da tomada do protagonismo da negritude na discussão, aí sim, dos seus próprios problemas, de suas práticas e expectativas. É uma longa trajetória que passou por leituras invisibilizadas como a de Manuel Querino, ou Virgínia Leone Bicudo, para os atuais questionamos desta mesma invisibilidade, do olhar racista explícitos ou disfarçados em camadas de complacência, e que se projeta na direção da construção de um pensamento autônomo, ou como preferem muitos, descolonizado.

Muitos pensadores e pensadoras então se debruçaram sobre as diversas problemáticas engendradas pela diáspora negro-atlântica tendo como ponto de partida ou método de análise a Geografia, a perspectiva e a dimensão espaciais. As práticas culturais, as cosmovisões africanas fazem parte destas preocupações que estão articuladas ou são interpretadas pela ideia de espacialidade, mas também e, talvez, principalmente a condição da cidadania, a segregação, as relações raciais e as resistências da população negra, de um modo geral.

Então, mais do que referenciar autores e autoras pretas, este esforço, este projeto ainda aberto, de pensar nossas espacialidades, nossas ações e posicionamentos políticos com outros termos, é a tarefa de fomentar o constante amadurecimento, no qual a intelectualidade e os movimentos negros tencionam e dialogam ideias e ações que questionam o que acontece, aconteceu e acontecerá conosco, o “para onde vamos?”. Um movimento que inverte a lógica de ser o objeto, de ser estudado, observado pelo outro com seus próprios interesses.

A própria preocupação com a superação do modo de produção vigente, a partir da ótica negra, ganha também outra perspectiva, ao invés desta estar somente a reboque dos movimentos de esquerda.

Da territorialidade ao lugar

Os bailes *black* se realizam em uma dinâmica em que o próprio espaço do baile é repleto de camadas, que podem ser destrinchadas mesmo com categorias e conceitos ligados à memória, cultura e espaço. É a memória de uma prática (a do baile *black*) e de outras camadas profundas sugeridas por Beatriz do Nascimento em *Orí*. É a territorialidade que fomenta a identidade, é a prática cultural que dá sentido à identidade, à trajetória individual, ao pertencimento.

Um baile negro configura-se enquanto territorialidade cíclica, fugaz. Configura-se também como a possibilidade do enfrentamento coletivo à lógica da segregação, da hierarquização dos espaços, uma possibilidade da apropriação do espaço, na contramão da generalização do privado. Um lugar possível que se estabelece, mas que precisamos mover conceitos ligados às relações raciais para compreender este movimento.

Este imbricado nó muitas vezes se estabelece, e se estabeleceu na história dos bailes, em espaços pertencentes a outros grupos étnico-raciais, como a Casa de Portugal e o Clube Homs (dos sírios), ou mesmo no salão de uma fábrica como o Guilherme Giorgi, que apontam para uma problemática: é possível pensar o baile pelo uso/apropriação do espaço?

Além do baile há diversos lugares de memórias negras, ligados às resistências, à formação de identidade, ao trabalho, à escravização, enfim, a nossa história e memória coletivas. Esses lugares de memória são geralmente referenciados como “antigos territórios negros”. Lugares de memória negra como a Casa de Portugal e Clube Homs, ou mesmo o Clube da Cidade e o Green Express, que já não existem mais, podem ser compreendidos utilizando-se o conceito de territórios negros? No caso destes clubes de portugueses e sírios, após o salão ser alugado, poderíamos falar de territoriali-

dade? O pagamento de ingresso pelos participantes e os códigos de vestimenta inviabilizam a ideia de apropriação do espaço?

Neste âmbito da cultura e da política, que estão imbricados, pesquisadores e pesquisadoras em geografia analisam e interpretam processos e situações utilizando a categoria território e conceitos como o de territórios negros, territorialidades e territorialidades negras. As pesquisas e interpretações dentro deste tema, utilizando este conceito, estão amplamente difundidas, são dominantes neste campo que foi, por sua vez, sufocado, invisibilizado. Pesquisas utilizando os referidos conceitos são mesmo uma das principais forças vitais que procuram denunciar esta invisibilização e ampliar os espaços para o debate, os fomentos à pesquisa e sua divulgação.

Sem negar a importância de todo este esforço, e toda esta literatura, deixo para reflexão que o problema teórico e prático entorno das espacialidades negras pode ter como um dos eixos de tensão e disputa a ampliação do repertório conceitual, mais especificamente a categoria lugar e a compreensão destes espaços pelo fundamento do uso e da apropriação, que podem fomentar ações políticas e questionar não só as políticas que privilegiam determinados sujeitos num evidente exercício de poder, como a lógica hegemônica que tende a tornar cada momento da vida produtivo, a serviço do capital.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto. Modos de brincar : caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 14.

D'ALLEVEDO, Pedro Tadeu Faria. Bailes *Blacks*: música e sociabilidade nas noites paulistanas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais...** Brasília: Kiron, 2014. Disponível em: < http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/29RBA/arquivos/Grupos_Trabalho/ApresentacaoOralemGT_041.GTRitmosdaIdentidade_Musica,Juventud/1402015036_ARQUIVO_BailesBlack_musicaesociabilidadenasnoitespaulistanas.pdf >. Acesso em: 02 jun. 2018.

GAMA, J. P. de A.; CABRAL, B. E. B. Valores afro-brasileiros nas vivências da comunidade baiana remanescente de quilombo Lage dos Negros: frutos reflexivos de uma cartografia. Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, volume suplementar, n. 2, p. 149-171, 2021.

LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva. **...E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **O Swing do Samba**: uma compreensão do gênero do Samba-Rock a partir da obra de Jorge Ben Jor. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANT'ANNA, W. **Marco Conceitual do Projeto A Cor da Cultura**. A Cor da Cultura, 2005.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: _____ (org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012, p. 36-66.

VALVASSORI, Igor Santos. **Som de Valente**: bailes negros em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-22032019-103557. Acesso em: 2021-08-06.

VALVASSORI, Igor S; SCIFONI, Simone. Samba Rock e Bailes Negros: Patrimônio Cultural Imaterial e Memória Paulistana. In: FRAGA, Hilda Jacqueline de, et al. (Orgs.). **Experimentações do patrimônio**: diversidades e resistências. RS: Editora Fi, 2021.

Filmes

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento. Produção: Angra Filmes; Fundação do Cinema Brasileiro. Realização: Estúdios Mega. Brasil, 1989. (91 min.). Disponível em: <https://youtu.be/mSikTwQ779w>. Acesso em: 03 dez. 2017.



5 Enfeitiçar o patrimônio: potencializando as referências culturais por meio da educação patrimonial

JOÃO LORANDI DEMARCHI * e MARIANA KIMIE DA SILVA NITO **

Antônio Bispo dos Santos, o mestre Nêgo Bispo, propõe que para enfrentar a sociedade colonialista é preciso muitas vezes transformar as armas dos inimigos em defesa (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 13). O poder e as relações de dominação se perpetuam ao longo do tempo, dentre outras maneiras, por meio do monopólio da possibilidade de nomear as coisas, configurando aquilo que Nêgo Bispo intitulou como *guerra das denominações*. Essa perspectiva aproxima-se da crítica de Walter Benjamin (2012) segundo a qual dentre o espólio das classes vencedoras estão os conceitos com os quais explicamos o mundo e a realidade.

* Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia Humana e graduado em História (licenciatura e bacharelado) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP). Integra o grupo de pesquisa “Patrimônio, espaço e memória”, certificado pelo CNPq. É professor da educação básica, escreve livros didáticos de circulação nacional e atua como facilitador na UNIVESP.

** Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Faz parte do Conselho Gestor da REPEP e é membra do Icomos-Brasil. É Heritage Advisor no Ministério de Cidadania e Multiculturalismo do Governo do Ontário no Canadá.

A guerra das denominações é, portanto, um campo fundamental em que os grupos sociais dominados e subjugados devem disputar a palavra como forma de afirmarem-se e se contraporem ao verbo imposto pelos vencedores. Segundo Nêgo Bispo, apropriar-se das palavras dos dominadores é uma forma de “enfeitiçar a língua”. Trata-se de um recurso estratégico para combater as relações de dominação: “vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las.” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 13).

Uma das palavras que tem sido - e deve ser - disputada é patrimônio. A disputa pela denominação pode ser identificada na história da constituição do patrimônio no Brasil. Enquanto as classes dominantes têm definido historicamente os critérios e os valores que devem subsidiar a identificação do que é e do que não é patrimônio nacional; os grupos aliados têm, por seu lado, tensionado esse instrumento de dominação simbólica.

É nesse contexto que a palavra patrimônio tem dado cada vez mais lugar ao termo referência cultural. Trata-se de uma concepção alargada que valoriza diversos elementos culturais de grupos sociais até então interditados de figurarem no rol dos patrimônios nacionais. Essa mudança não é apenas vocabular, subjaz a ela uma transformação em como apreender a história, a memória, as identidades, os grupos sociais, o conhecimento e, claro, o método pelo qual são identificados todos esses elementos.

Referência cultural é um conceito que surgiu nas políticas de valoração de patrimônio no Brasil, na década de 1970, e se transformou, ao longo do tempo, em uma indicação de caminho para subverter o patrimônio e a educação patrimonial hegemonizados.

Dois textos seminais que definem o novo conceito são “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio” de Maria Cecília Londres Fonseca (2001) e o “Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)”, com autoria atribuída a Antônio Arantes Neto (IPHAN, 2000). Esses textos foram reproduzidos diversas vezes em publicações do Iphan e têm orientado as práticas de inventários participativos. A ampla utili-

zação institucional do termo instigou a pesquisa do Mestrado Profissional do Iphan de Pedro Clerot sobre a trajetória de definição do conceito e sua aplicação no INRC, buscando aprofundar as reflexões conceituais de referências culturais (CLEROT, 2019).

Somando-se a essas discussões que buscam compreender o conceito de referências culturais, a reflexão apresentada a seguir pretende contribuir com uma leitura crítica sobre a importância das referências culturais para o campo da educação patrimonial. Além de refletir sobre suas contribuições para uma apreensão contra-hegemônica do patrimônio cultural, enfeitizando o patrimônio, pretende-se também evidenciar como esse conceito contribui para uma educação patrimonial questionadora, dialógica e que almeja a transformação social.

1. A problemática da genealogia do patrimônio cultural: apontamentos sobre o poder da denominação

A noção brasileira de patrimônio, existente na definição do Decreto-Lei nº 25/1937, foi conceitualizada de tal modo que privilegiou os bens das elites, os critérios dessas classes dominantes foram ideologicamente coincidentes com o que seria reconhecido como os valores nacionais.

Na análise sobre a genealogia da moral, F. Nietzsche demonstra como os valores que sustentam critérios utilizados comumente pela sociedade para atribuir sentido a determinada ação ou comportamento, positivo ou negativo, se relacionam com o interesse das elites. São forjados valores que correspondem e reiteram o comportamento das elites que acabam sendo naturalizados e universalizados.

Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu. Desse *pathos da distância* é

que eles *tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores*: que lhes importava a utilidade! (NIETZSCHE, 2009, p. 16-17, grifos nossos).

Quando o Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25/1937 determinou os critérios que constituiriam o patrimônio histórico e artístico nacional, as pessoas envolvidas na formação desse instrumento tomaram para si o “direito de criar valores” e cunharam os “nomes para os valores”. Desse modo, a assimilação e o vínculo do patrimônio nacional “a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, circunscreveu o patrimônio nacional aos bens das classes dominantes.

Fatos memoráveis e excepcionais reforçam uma concepção positivista da história, como se as transformações da sociedade fossem realizadas por grandes eventos e por pessoas especiais. Essa óptica privilegia uma história vista de cima, feita pelos grandes personagens que detêm poder. Segundo o repertório teórico benjaminiano (BENJAMIN, 2012), é possível identificar, subjacente a esses valores, uma concepção historicista da história em que o presente é uma continuidade inexorável do passado. Nesse sentido, os fatos memoráveis e excepcionais são utilizados como justificativa simbólica para naturalizar as dominações atuais.

Em contrapartida, a história feita e refeita cotidianamente, vista de baixo, pelos *sujeitos ordinários* foi ideologicamente obliterada pelo patrimônio nacional hegemônico. Os sentidos e significados atribuídos aos elementos culturais produzidos pelas classes populares e subalternizadas são menosprezados. A desvalorização da cultura desses grupos sociais implica no desprezo de sua agência histórica. Ignora-se que essas pessoas são sujeitos da história. Os modos de vida dessas pessoas são tomados como “de pensamento baixo, e vulgar e plebeu” (NIETZSCHE, 2009, p. 16) e, portanto, não possuem qualificações para representar a identidade nacional.

A valoração do patrimônio é, por isso, um processo de denominação excludente. Nem todos têm direito a indicar os bens nos quais suas memórias e suas identidades se aportam.

Considerando a crítica que Paulo Freire teceu à sociedade brasileira, os valores que fundamentam a noção de patrimônio nacional relacionam-se às estratégias adotadas na luta de classes: “Porque, na verdade, para as classes dominantes, a cultura nacional é o que faz parte do seu universo de classe – suas ideias, suas crenças, seu gosto.” (FREIRE; FAUNDEZ, 2017, p. 139). No conjunto dos patrimônios nacionais, diversos grupos restam sub-representados e obliterados.

Analisando a genealogia do patrimônio cultural brasileiro, é possível identificar como a definição do que passou a ser reconhecido como patrimônio nacional foi forjada pelos modernistas. Durante a década de 1930, eles compuseram o poder e estiveram dentro da gestão varguista. Essa influência resultou no que Paulo Garcez denominou de “paradigma modernista” da política de proteção do patrimônio (MARINS, 2016, p. 18).

Os critérios de valoração do patrimônio privilegiaram aspectos estético-formais que eram caros aos modernistas presentes no órgão de preservação brasileiro. Se, por um lado, esse paradigma alçou a estética modernista à grande representação da cultura brasileira; por outro, a visão que tinham da história também foi posicionada como essencial na compreensão da realidade. É nesse sentido, ainda segundo Garcez (2016), que a arte barroca, leia-se o período colonial, foi igualmente elevada à representação da identidade nacional.

Esses valores vincularam o Brasil à história do Ocidente. Tanto o barroco quanto o modernismo seriam responsáveis por criar uma continuidade da história brasileira aos movimentos culturais ocorridos na Europa. Trata-se, desse modo, de um patrimônio eurocentrado. Ao forjar esses parâmetros, as elites brasileiras se autorreverençiam como vinculadas à universalidade da cultura e da arte. Segundo Márcia Chuva (2003, p. 315), esse foi “[...] o ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do SPHAN [Iphan]”.

Essa conformação do conceito de patrimônio e sua consequente orientação excludente resultaram, conforme denuncia Scifoni (2022; 2012), em uma desigualdade de representação no patrimônio cultural.

O conjunto tombado acabou por criar, assim, uma visão parcial do que somos, na medida em que nem todos estão ali representados, alguns bem mais do que outros. Nossa memória é cravada por imagens de fortalezas militares, Casas de Câmara e Cadeia, igrejas católicas, fazendas e engenhos, denotando que os personagens da memória nacional são as elites políticas, militares, religiosas e econômicas. (SCIFONI, 2012, p. 33-34)

As minorias étnicas, as classes trabalhadoras, as religiões diferentes da católica, entre outros grupos subalternizados foram sistematicamente desconsiderados na representação e valoração do patrimônio, como se não compusessem a nação brasileira. Somente as elites tiveram o privilégio de indicar e reconhecer os patrimônios culturais que lhes representam.

As contradições entre a diversidade cultural brasileira e a homogeneidade identitária pretendida por meio do patrimônio reconhecido; e entre a luta de classes presentes na sociedade brasileira e a ideológica naturalização dos valores que fundamentam a noção de patrimônio revelam como esse campo tem sido mobilizado como um instrumento de dominação simbólica.

Esse processo tem sido eficaz do ponto de vista da dominação. O senso comum assimila o patrimônio aos bens monumentais que remetem a um passado colonial, opulento e que pertencem aos grupos dominadores. Mesmo que os monumentos não representem em absolutamente nada as classes populares. A dominação conseguiu cristalizar a ideia de que os grupos sociais aliados na representação patrimonial não possuem patrimônios.

É desta forma que o patrimônio, como dispositivo de dominação, exerce violências simbólicas. Constituiu-se uma denominação de patrimônio que menospreza aqueles grupos que não tiveram seus patrimônios reconhecidos, como se não fizessem parte da identidade nacional e como se não contribuíssem para o desenvolvimento da história. O desprezo pela cultura popular forja um *outro* julgado como inferior, porque os valores que fundamentam tal noção de patrimônio não considera suas dinâmicas culturais. Formam grupos que “não têm cultura”. Nesse sentido, quem não é

representado é desumanizado; essas pessoas são consideradas cidadãs de segunda classe, a quem devem ser levados conhecimento e cultura.

No entanto, o patrimônio como dispositivo de dominação não é assimilado passivamente. Nos termos indicados pelo mestre Nêgo Bispo, o patrimônio é uma *palavra potente dos dominadores* que tem sido enfeitada e enfraquecida pelos dominados.

Nesse esforço para “transvalorar ou enfraquecer” a noção de patrimônio cultural, o conceito de referência cultural tem sido utilizado como dispositivo contra-hegemônico. Trata-se de uma denominação em disputa que pretende subverter os princípios que sustentam o conceito tradicional de patrimônio. Almeja-se conferir aos grupos subalternizados a possibilidade de escolher os valores que lhes são pertinentes.

O atual conceito de referência cultural visa a democratização da sociedade, subsidiando as defesas pelo direito à memória e à identidade dos grupos subalternizados e excluídos do processo de patrimonialização excludente.

2. Por um outro patrimônio: o percurso da noção de referências culturais

Nos anos 1970, o Brasil passou por transformações significativas que influenciaram o campo da cultura brasileira e, mais especificamente, o patrimônio cultural. Essas mudanças são decorrentes de razões internacionais e de questões ligadas à política interna do Brasil.

A crise econômica internacional a partir do choque do petróleo em 1973, o fim dos Trinta Anos Gloriosos na Europa e da promessa do Estado de Bem-Estar Social, o advento da internet e sua consequente intensificação da globalização, além do início das políticas neoliberais, transformaram a geopolítica, a economia e a dinâmica cultural (HOBSBAWM, 1995). Foi nesse contexto que a cultura entrou na lógica neoliberal da indústria de massa e teve intensificada sua apropriação pelo mercado (BAUMAN, 2013).

Internamente, a partir de meados da década de 1970, o modelo econômico de desenvolvimento implementado pela ditadura fez

água. A ressaca econômica depois do falacioso “milagre econômico”, a denúncia dos casos de violação de direitos humanos, a persistente censura e o esgotamento da ausência de participação política contribuíram para mudanças na gestão do campo cultural.

A pesquisa de Marcos Napolitano (2017) demonstra como no final dos anos 1970 o regime ditatorial investiu na cultura como estratégia para mostrar-se democrático, amenizando as críticas e oposições que ganhavam força. Por meio do Plano Nacional de Cultura (PNC), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a estimular uma cultura brasileira “nacional-popular”, conduzida de tal modo que “neutralizasse a luta de classes” (NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 223), abafando as reivindicações da sociedade civil. A tentativa do governo federal era cooptar as demandas populares que poderiam oportunizar transformações políticas ou sociais radicais. Além dessa ingerência sobre o campo cultural para fins políticos, a cultura também foi tomada com objetivos econômicos, conforme a lógica neoliberal passava a vigir.

A mercantilização da cultura foi vista como uma alternativa para enfrentar a crise econômica que se alastrava pelo mundo e que se intensificava no Brasil. A monetização dos produtos culturais poderia trazer dividendos para o Brasil. Dessa forma, o Brasil entraria na rota do turismo de massa em ascensão. O estímulo para isso seria identificar a produção cultural autêntica e genuinamente brasileira, que se contraporía à indústria cultural homogeneizadora. Foi nessa direção que a política cultural dos anos 1970, segundo os PCNs, foi gerida no Brasil.

Nesse contexto, a noção de referência cultural foi formulada e começou a figurar nas políticas de patrimônio. Aloísio Magalhães criou o Centro Nacional de Referências Culturais, o CNRC, sob os auspícios da Universidade de Brasília (UnB) em 1975. Como grupo de pesquisa, o CNRC tinha o propósito de identificar e analisar a dinâmica cultural brasileira. Magalhães tinha uma visão empreendedora e por meio do trabalho do CNRC pretendia valorizar a produção artesanal de grupos sociais até então desprezados pela política cultural nacional:

Não é sem razão que, depois de 15 anos de trabalho como designer no Brasil, eu tenha me voltado para o projeto do CNRC, *que considero projeto de design*. Pois se conseguirmos detectar, ao longo do espaço brasileiro, as atividades artesanais e influir nelas, estaremos criando um design novo, o design brasileiro. Estamos condenados a absorver, bem ou mal, o design dos países mais avançados. Mas um investimento de base no fazer brasileiro poderá alterar muita coisa no universo superss sofisticado que importamos. (MAGALHÃES, 2017, p. 138, grifos nossos).

É notável como essa citação permite relacionar o projeto do CNRC com sua busca por uma “marca nacional”, o investimento na cultura popular frente o confronto com a indústria de massa na conjuntura da década de 1970. Essa abordagem focava nos elementos da cultura popular e valorizava os saberes, as práticas e as artes populares.

As pessoas que até então eram desprezadas e consideradas “sem cultura” passaram a ser reconhecidas e valorizadas. A proposta teve o mérito de democratizar a política cultural ao considerar como constituintes da identidade nacional também os grupos sociais até então desprezados. No entanto, ao mesmo tempo, essa sua visão sobre a cultura como contribuição para o “desenvolvimento da Nação” (MAGALHÃES, 2014, p. 156) coincidia com o momento de redirecionamento da gestão cultural, especialmente voltada para mercantilizar a cultura produzida pelas classes populares.

Se a perda da identidade cultural e o empobrecimento que isto representa se impõe à reflexão dos estudiosos das áreas humanísticas, mais importante ainda é que os formuladores das políticas nacionais estejam persuadidos de que *não haverá desenvolvimento harmonioso se na elaboração das políticas econômicas não forem levadas em consideração as peculiaridade de cada cultura*. (MAGALHÃES, p. 295, grifos nossos)

Nesse sentido, é importante ressaltar que inicialmente a noção de *referência cultural* não foi um termo utilizado para competir ou, nos termos que temos utilizado, *enfeitiçar* o patrimônio. Se hoje o conceito de referência cultural tem a potencialidade de subverter

o elitismo do patrimônio cultural, sua noção foi ressemantizada ao longo do tempo, tendo como ponto de partida seu desenvolvimento no âmbito do CNRC e com sua incorporação à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) em 1979.

O patrimônio, ainda em meados da década de 1970, era considerado exclusivamente uma denominação dos bens materiais da elite, conforme delimitado pelo Iphan. Para Aloísio Magalhães o termo referência cultural foi criado como forma de abarcar os elementos da cultura popular, que poderiam muitas vezes estar em vias de desaparecer, elementos que deveriam ser identificados com o intuito de servir e subsidiar o “desenvolvimento harmonioso” da nação:

A utilização da palavra “referência” foi um dos primeiros problemas discutidos por nosso grupo de estudo. Muito ficamos devendo à ajuda de um pernambucano: o professor Edson Nery da Fonseca. “Referência” é mais abrangente que “documento” e do que “informação”. Em muitos casos teremos documento, noutros informações, mas em muitos outros só o índice, a referência de que no Museu do Açúcar, do Recife, existem tais e tais documentos, com tais e tais informações. (MAGALHÃES, 2017, p. 100-101)

Foi apenas com o surgimento da possibilidade da FNPM incorporar o trabalho desenvolvido pelo CNRC e o fato de Aloísio Magalhães se tornar o presidente das duas instituições de patrimônio nacional (IPHAN e FNPM) que levaram à percepção de que a noção de referência cultural poderia transformar também o campo patrimônio cultural.

Na luta pela redemocratização brasileira, novos objetos e sujeitos sociais foram incorporados ao patrimônio nacional na década de 1980, conduzindo práticas e políticas inovadoras (NASCIMENTO; CHUVA, 2020). Esse processo culminou na ideia de referência cultural que foi impressa na Carta Magna, em 1988 (ARANTES, 2015; CAMPOS, 2015). Importante ressaltar a abertura do campo patrimonial a outras áreas de conhecimento e a incorporação de novos funcionários na gestão do patrimônio, tendo contribuído significativamente na gestão do patrimônio demandado pela sociedade civil.

O Artigo 216 da Constituição de 1988 passou a balizar o entendimento do conceito de referência cultural e ampliou a definição de patrimônio, reconhecido como sistema referencial à ação, memória e identidade dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Abarcou referências de como cada grupo vive, suas concepções sobre sua trajetória e como se entendem no mundo. Segundo Fernanda Oliveira & João Amaral (2015 p. 39-40):

A concepção que se pode extrair do texto constitucional é que as produções culturais ou artísticas apresentam uma relação atávica com outras práticas e aspectos da vida social, com elas compondo (e revelando) a cosmologia, a forma de ver o mundo e se posicionar nele que particulariza os diferentes segmentos da população brasileira.

Apesar dessa ampliação conceitual e do reconhecimento simbólico de patrimônios mais democráticos, as práticas elitistas de patrimonialização não foram interrompidas. Pelo contrário, com o desmonte do setor cultural no governo Collor e a consequente desestruturação do Iphan, somado ao cenário político neoliberal da década de 1990, as práticas estetizantes e mercadológicas de patrimônio ganharam novos contornos a partir de projetos icônicos e grandes investimentos público-privados (SANT'ANNA, 2017). Uma tensão política que conteve as possibilidades suscitadas nos anos 1980 com a ampliação do patrimônio, a partir da noção de referência cultural.

Durante a década de 1990, com a reorganização do Iphan, a noção de referência cultural ficou restrita a um grupo de profissionais dentro do órgão (CLEROT, 2019). Apoiando-se na Constituição Federal e nas experiências do CNRC e da FNPM, consolidou-se um setor de articulação técnica e projetos que iam na contracorrente dos projetos vigentes na época. Maria Cecília Londres Fonseca foi uma das pessoas centrais do setor defendendo as potencialidades da noção de referências culturais (FONSECA, 1994). Ela havia trabalhado no CNRC e contribuiu diretamente para a continuidade dos projetos durante os anos 1980.

Entre os projetos que se buscou desenvolver na década de 1990

estava a criação de um Inventário do Patrimônio Cultural, entre tantos existentes na instituição. A prática de inventariar tem sua origem nas políticas de ampliação do patrimônio cultural, sendo um instrumento citado diretamente enquanto ferramenta de patrimonialização no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988. A produção de inventários permitiu aos técnicos irem a campo e terem contato com moradores e frequentadores dos sítios de interesse.

Ainda que, em geral, o resultado final do inventário fosse centrado nos objetos a serem patrimonializados, parte do processo de inventariar trazia as bases da noção de referências culturais da década de 1980, que eram a valorização das culturas populares e o diálogo com as pessoas que as produziam cotidianamente (MOTTA; SILVA, 1998).

Ao longo da trajetória do Iphan, muitos métodos de inventários foram criados. Houve disputas internas na instituição voltadas tanto para as possibilidades metodológicas quanto para a apropriação da noção de referência cultural que, segundo Pedro Clerot (2019, p. 103), passou “a ser um capital simbólico importante para ações institucionais que se propusessem a ser inovadoras e modernas, como uma contraposição ao modo tradicional e elitista da lida com o patrimônio de pedra-e-cal”. Isso ocorria já no final da década de 1990, quando se desgastavam as práticas neoliberais de gestão do patrimônio.

A possibilidade de desenvolver um inventário que fosse de fato abrangente nas formas de reconhecimento e de valorização do patrimônio foi efetivada no âmbito do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI). Paralelamente, outra proposta de inventário foi desenvolvida no contexto de formulação da política de patrimônio imaterial, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que culminou no Decreto nº 3.551/2000, instituindo a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Para o desenvolvimento do INRC foi contratada a pesquisa elaborada pelo escritório de Antonio Augusto Arantes Neto. Segundo Arantes Neto (2015), a experiência construída no CNRC, com a qual ele tinha proximidade devido às relações profissionais na década de 1980, inspirou a configuração do INRC. No entanto, o

contexto da década de 1990 era diferente, seria preciso articular a nova abordagem com a Constituição Federal de 1988.

Tanto as práticas da década de 1980 quanto a definição da Carta Magna continuavam a orientar a noção de referência cultural. A contribuição do INRC no horizonte das políticas de patrimônio foi a de fundamentar o conceito de referências culturais. O inventário configurou um método dentro do Iphan que possibilitou a valorização de referências culturais. Arantes Neto afirmou que:

O nosso problema não era questionar, mas, por assim dizer, preencher empiricamente essa noção, dar-lhe contornos concretos e reconhecíveis. Começamos com uma certa ideia do que fosse referência cultural e terminamos com a mesma, o que não quer dizer que essa ideia não possa ou não deva vir a ser criticada e, eventualmente, abandonada ou substituída. (MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES NETO, 2015, p. 241)

A noção de referência cultural trouxe, portanto, uma transformação paradigmática no processo de valoração do patrimônio. Inicialmente, com o CNRC, sua concepção buscava fundamentos para a valorização da cultura popular. Na sequência, conforme foi apropriada pelos órgãos de patrimônio, foi mobilizada como ferramenta para confrontar o patrimônio nacional hegemônico, que excluía boa parte da população brasileira. A partir desse momento, a *guerra de denominações* pelo patrimônio passou a ser travada a fim de possibilitar o reconhecimento e valorização do patrimônio das classes populares e de grupos tradicionais.

3. O conceito de referências culturais: enfeitando o patrimônio

A concepção de referência cultural foi desenvolvida a partir de experiências pioneiras nas políticas de preservação brasileira. Como apresentado, sua formulação foi gestada no contexto autoritário da década de 1970, mas foi apropriada pelas demandas sociais na redemocratização do país no final dos anos 1980, e fundamentou a implementação da política de patrimônio imaterial na década de 1990.

A principal contribuição da noção de referência cultural é sua potencialidade para democratizar os valores que constituem o patrimônio nacional. Ela estabelece novos critérios e outros procedimentos para a identificação e gestão do patrimônio. Os princípios de excepcionalidade e monumentalidade previstos no patrimônio do Decreto-Lei nº 25/37 são igualados aos elementos da cultura cotidiana. A autoridade dos técnicos e os conhecimentos dos especialistas do campo patrimonial são colocados em diálogo com os saberes e os significados produzidos pelos diversos grupos sociais sobre suas referências culturais. A hierarquia social no reconhecimento do patrimônio é rompida.

Como consequência, essas transformações possibilitaram o reconhecimento de grupos sociais e bens culturais até então obliterados no conjunto dos patrimônios brasileiros. O patrimônio deixa de ser um privilégio que apenas as classes dominantes possuem, para se tornar um direito social por meio do qual todos os grupos sociais podem indicar suas memórias e identidades.

A noção de referência cultural promoveu uma espécie de revolução copernicana no campo patrimonial. Inicialmente, a política de patrimônio teve como centro exclusivo da sua preocupação proteger e preservar os bens. As ações educativas possuíam a finalidade de promover o patrimônio nacional, disseminando informações e tentando convencer as pessoas sobre sua importância. Com a noção de referência cultural, o centro das políticas patrimoniais pôde passar a ser as pessoas, a dinâmica cultural em que elas estavam inseridas e a forma como são constituídos seus sentidos e significados.

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. (FONSECA, 2001, p. 112)

No processo de identificação das referências culturais, como sinaliza Maria Cecília Fonseca, os sujeitos nos mais diversos con-

textos culturais são valorizados como *intérpretes* do seu patrimônio, ao invés de informantes. Essa transformação incide não só nos bens que serão identificados, mas *como* as referências serão identificadas.

A particularidade do conceito de referência cultural está no seu desenvolvimento a partir da contraposição às práticas hegemônicas de patrimonialização e na busca por outras formas de compreender os valores do patrimônio nacional produzidos socialmente. Fundamentalmente, a noção de referência cultural tensiona a compreensão conservadora e elitista de patrimônio a partir da valorização dos grupos sociais e da consideração de como eles se inserem na sociedade.

Como o foco passa a ser a produção cultural dos grupos sociais e não mais isoladamente os objetos, as relações entre as pessoas e seu contexto cultural passam a ordenar a lógica de identificação e valoração do patrimônio. Utilizando as palavras de Meneses (2009), a matriz de valor do patrimônio em questão passa a ser como as pessoas compreendem e se relacionam no mundo.

Referência cultural é tudo aquilo que tem sentido e significado para um grupo de pessoas. Identificar as referências culturais é um trabalho coletivo de enunciação de modos de vida e visões de mundo. Sua identificação, exige compreender a relação que ancora, explica e comunica o conjunto de elementos que permitem entender e que fazem parte de uma forma específica de viver. Está na esfera do cotidiano, tão imbricado e enraizado na vida que pode ser, num primeiro momento, banal e imperceptível. E, por isso mesmo, ao ser identificado é reconhecida sua importância.

Identificar e enunciar referências culturais traz para o campo concreto a reflexão sobre aquilo que pertence ao vivido. Faz parte, portanto, de um trabalho criativo e interpretativo que é realizado a partir de um outro olhar sobre os sentidos e significados atribuídos por um determinado grupo social. A população local, que inicialmente foi relegada a um “papel de interlocução, de mediadora entre equipes técnicas e a cultura local”, desde as práticas do INRC passou a ser vista como formada por agentes da mobilização social, e nesse contexto os “projetos participativos passam a ganhar terreno” (CLEROT, 2019, p. 128).

Com isso, a identificação das referências culturais torna-se um processo coletivo de busca, de aproximação crítica da realidade em que as pessoas estão imersas. Diferentemente da noção hegemônica de patrimônio, em que especialistas assumem uma posição privilegiada e autoritária sobre a narrativa acerca do patrimônio, imprimindo seus valores. Por meio da concepção de referências culturais, todas as pessoas devem se mobilizar para identificar os elementos de seu cotidiano que possuem um significado especial até então não percebido.

Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. Notem que nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais. (IPHAN, 2016, p. 7-8)

Esse processo de identificação é uma reflexão sobre a própria condição de estar no mundo e sobre os elementos da cultura que são fundamentais para aportar as identidades e memórias.

A determinação do grupo com o qual se relaciona a referência cultural é decisivo nessa identificação das referências. O grupo social é formado a partir de vínculos que as pessoas estabelecem entre si. As referências culturais são sempre de um grupo. Porém, as interpretações e os significados das referências não são pontos pacíficos. As referências culturais também revelam conflitos, desentendimentos, e diferentes formas de compreensão da realidade. Pois, a identidade dos grupos é formada nessas tensões. As disputas em torno das referências culturais compreendem a complexidade do viver de determinado grupo de pessoas que é heterogêneo, ainda que o grupo se identifique a partir das mesmas referências culturais.

Se é clara a indissociabilidade da relação entre referência cultural e a formação identitária dos grupos, outro aspecto fundamental é *onde* estão inscritas as referências culturais. Lugar que pode

ser compreendido como suporte do viver, mas que, por outro lado, é a espacialidade que conforma a relação referência-sujeitos. Trata-se da materialidade compreendida como sistema de pensamento, moldando experiências e construindo significados. Eis então a tensão imaterial e material que o conceito de referência cultural pretende romper.

Antonio Arantes Neto, refletindo sobre a apropriação que o INRC fez da concepção de lugar, identifica essa categoria como central no processo de identificação das referências culturais.

Era necessário criar outros [instrumentos de inventário] e, particularmente, passar a trabalhar com o conceito de ‘lugar’, que *articula as dimensões tangível e intangível* dos sítios protegidos. Sempre defendi que as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial deveriam contemplar o conceito de ‘lugar’, na verdade, até mesmo antes da aprovação do Decreto 3551. Isso porque ele é estratégico, tanto do ponto de vista da estruturação de algumas práticas sociais, quanto no que diz respeito à articulação dessas práticas, ou conjuntos de práticas, com o espaço urbano ou natural onde ocorrem; muitas vezes, até com determinados monumentos, tais como igrejas e terreiros. (MORAIS, RAMASSOTE, ARANTES NETO, 2015, p. 233).

A inscrição geográfica das referências culturais parte também da concepção dos grupos sociais sobre o espaço, sua territorialidade. Trata-se da “maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes” (FONSECA, 2001, p. 113). A interpretação de onde vivem, o sentido da ocupação, sua história e como foi socialmente produzido é compreendido pelo seu uso, extrapolando as delimitações administrativas. Isso significa que o território não é um dado pronto, mas construído a partir do entendimento do grupo social, podendo inclusive ser fluido e mudar com o tempo. Aquilo que Milton Santos identificou como território usado, que vai além dos limites administrativos, e é moldado a partir da vivência das pessoas: “[...] o território usado é o chão mais a identidade.

A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (2009, p. 8).

Para Fernanda Oliveira & João Amaral (2015), o questionamento sobre a correspondência entre sujeitos e objetos patrimonializados é o que coloca em xeque a continuidade de práticas conservadoras de patrimônio e o primeiro passo para quebrar paradigmas conceituais. A noção de referência cultural enfeitiça o patrimônio. O processo de identificação que a noção de referências culturais demanda possibilita valorizar outros patrimônios, a partir de outros métodos, com outros sujeitos. Elas oportunizam reivindicar novos patrimônios. A compreensão alargada de patrimônio se contrapõe à trajetória excludente dos valores que sustentaram um patrimônio cultural nacional hegemônico.

4. Inventários participativos: a educação no bojo das referências culturais

A educação patrimonial também passou por reformulações em que princípios democráticos e dialógicos se contrapuseram às abordagens conservadoras e autoritárias praticadas predominantemente.

Conforme o conceito de referência cultural foi sendo incorporado a uma renovação democrática de patrimônio, o conceito também foi sendo apropriado pelas ações e políticas de educação patrimonial. A concepção de referência cultural serviu de fundamento para uma nova perspectiva educativa que passou a se vincular à construção coletiva de conhecimento e ao entendimento de cultura como direito social.

A educação patrimonial contribuiu para disseminar o conceito de referências culturais. Antes, esse conceito era mobilizado no âmbito da administração pública para, principalmente, instruir a identificação do patrimônio imaterial. Mesmo que em diálogo com os grupos sociais, para utilizar o INRC é necessário consentimento e treinamento pelo Iphan.

A orientação transformadora adotada pelo campo da educação patrimonial a partir dos anos 2000 trouxe a possibilidade de os

grupos sociais se utilizarem do conceito de referências culturais. A identificação da referência cultural enquanto prática educativa tem o objetivo de que os grupos reflitam sobre o contexto cultural em que estão inseridos e sobre os direitos sociais pelos quais se quer lutar a partir da identificação de seus patrimônios culturais.

Essas transformações foram sistematizadas principalmente na publicação da proposta de Inventários Participativos que apresentou amplamente à sociedade uma forma de atuar em educação patrimonial baseada nas referências culturais (IPHAN, 2016).

O método apresentado pelos inventários participativos é de uso público e irrestrito, sem haver necessidade de se pedir autorização ao Iphan. A partir dessa possibilidade, o conceito pôde ser usado de modo que a identificação, o reconhecimento e a valoração do patrimônio cultural não estivessem mais sob o monopólio dos técnicos do Iphan. Os diversos grupos sociais, que eram aliçados tanto no processo de valoração do patrimônio quanto na representação materializada nos patrimônios acautelados, passaram a poder se apossar dessa concepção alargada de patrimônio cultural enquanto tática de ação, seja como forma de interpretação de suas memórias e identidades, seja como instrumentalização na luta pela defesa de suas referências culturais como patrimônio.

Os inventários participativos mobilizam e sensibilizam os grupos sociais a partir do processo de identificação do patrimônio cultural. Com isso, se por um lado a perspectiva de participação social já estava presente no INRC, a educação patrimonial avançou com essa compreensão dialógica e participativa. Ao propor alguns caminhos de como os grupos sociais podem se organizar em torno das suas referências, os inventários participativos oportunizam tomar o patrimônio como reflexão crítica sobre o contexto cultural e municiar as reivindicações sociais.

Observam-se diversas potencialidades a partir da apropriação que tem sido feita dos inventários participativos. A referência cultural operacionalizada pelos inventários participativos supera as políticas de patrimonialização, inserindo o patrimônio em outras pautas sociais. Isso pode ser demonstrado pelo Inventário Participativo do Minhocão contra a Gentrificação (REPEP, 2019) em que

a educação patrimonial, nessa perspectiva, foi desenvolvida com o intuito de problematizar as políticas públicas urbanas e subsidiar a luta por diversos outros direitos sociais, tais como, à moradia e à cidade (NITO; SCIFONI, 2019). Essa transformação de abordagem é significativa no modo como é compreendida a construção do conhecimento sobre o patrimônio, mas sobretudo no modo como ela contribui para a democratização da sociedade.

Mais do que um instrumento de identificação do patrimônio cultural, os inventários participativos instigam os grupos sociais a se envolverem com as questões candentes do seu cotidiano e reflitam criticamente sobre elas. Trata-se de um processo de busca coletiva, de olhar crítico, de autorreconhecimento, e valorização da própria cultura, que se funda no diálogo e na troca de saberes. É a partir da pausa reflexiva sobre o viver, de um distanciamento epistemológico sobre o cotidiano em que se está imerso, que as ações educativas proporcionam e provocam a enunciação daquelas memórias que são fundamentais, dos elementos em que se aportam as identidades do grupo. Os inventários participativos oportunizam um exercício de cidadania. É um convite a compreender o contexto em que se vive e a compreender a importância do coletivo nesse processo.

Essa abordagem teórica-metodológica não se enquadra naquelas ações instrutivistas e conteudistas em que quem educa tem como objetivo apresentar a legislação de tombamento, os valores estético-formais e o histórico do patrimônio hegemônico. O processo coletivo e crítico de identificar os elementos que compõem a vida social por meio de um inventário participativo articula a perspectiva de produzir compreensões distintas daquelas produzidas pelas classes dominantes. Ao promover a identificação do patrimônio cultural, os inventários participativos estimulam a mobilização social e a reflexão sobre os sentidos que os grupos sociais dão às suas referências.

É assim que a educação patrimonial se insere na *guerra de denominações*, conforme a provocação de Nêgo Bispo. Ao trabalhar com o conceito de referência cultural, ela tensiona e disputa o que significa patrimônio. Os fundamentos epistemológicos da noção

de referência cultural presente na Constituição de 1988 antagonizam com o Decreto-Lei nº 25/1937, que determinou um patrimônio excepcional e monumental e conferiu aos técnicos do Iphan autoridade para reconhecê-lo.

Agora, por meio dos inventários participativos, os valores que orientam a identificação do patrimônio nacional são refundados. A educação patrimonial torna-se um processo contínuo de compreensão crítica do contexto cultural e de identificação daquelas referências fundamentais para o grupo. O patrimônio é enfeitado. As referências culturais enfraquecem as palavras das elites, enquanto fortalecem os grupos subjugados.

5. Considerações finais

Essa mudança de perspectiva a respeito do que significa o patrimônio possibilita escovar a “história a contrapelo”, conforme teorizou Walter Benjamin. Segundo Benjamin (2012), a compreensão celebrativa da história, que se coaduna com vencedores/opressores, deve ser rejeitada. Essa proposta deve dar lugar a uma compreensão crítica do processo histórico que permita perceber e valorizar os lampejos de resistências ao longo do tempo, a fim de reconhecer grupos sociais que foram oprimidos pelos vencedores.

Na perspectiva historicista, o patrimônio e a educação patrimonial têm servido à naturalização das relações de dominação. O patrimônio hegemônico enaltece os critérios selecionados pelas elites, funcionando como mecanismo de controle e violência. A educação patrimonial, seguindo essa mesma perspectiva, tem exercido uma função complementar de conformar as pessoas aos valores ideologicamente universalizados nos patrimônios tradicionais, reiterando valores hegemônicos.

Por outro lado, a perspectiva materialista dialética, proposta por Benjamin (2012), problematiza a história, provocando perceber as contradições presentes nos monumentos que enaltecem a “civilização”. O patrimônio deixa de ser usado como mecanismo de naturalização das dominações como se o presente fosse uma continuação inexorável do passado, para se tornar um catalisador do

diálogo entre pessoas em torno da problematização da realidade em que estão inseridas.

Nesse sentido, o conceito de referência cultural gera uma transformação fundamental na compreensão de patrimônio. As pessoas, sujeitos históricos, são reposicionadas no exercício de compreensão do seu contexto cultural. A referência cultural proporciona um exercício de identificação capaz de reconhecer patrimônios que se desvinculam do imaginário colonizado. Cria possibilidades para que grupos subalternizados afirmem que podem e têm o que enunciar sobre suas memórias e identidades. Valoriza vidas a partir dos sentidos e valores produzidos.

Somada a essa concepção, a educação patrimonial, por meio dos inventários participativos, potencializa o diálogo e a mobilização social para analisar criticamente a realidade. A abordagem educativa deixa de ser conformadora para se tornar problematizadora. A ação educativa é um processo de mobilização dos grupos sociais para valorizar as suas referências culturais importantes que precisam ser preservadas a fim de sustentar a identidade e a vida daquelas pessoas.

Com essa perspectiva de educação, são superadas atividades e ações pretensamente educativas e participativas que se utilizam desses nomes sem qualquer compromisso com a transformação social.

As transformações epistemológicas propostas no conceito de referência cultural e no inventário participativo possuem a capacidade de reverter o perfil do patrimônio nacional que reproduz uma condição colonial, em que grupos são subjugados sistematicamente. Essas abordagens oferecem outros valores que apresentam outros métodos para o reconhecimento de outros patrimônios possíveis, a partir de outros sujeitos. Enfeitiça-se a educação patrimonial.

Bibliografia

- BAUMAN, Zigmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Prefácio Marie Gagnebin, 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas, v. 1)
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 6/12/1937, Página 24056 (Publicação Original), 1937.
- CAMPOS, Yussef, D. S. **A Dimensão Política do Patrimônio Cultural na Constituinte, de 1987-1988**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.
- CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. **Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.
- FLORENCIO, Sônia R. Rampim et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014.
- FONSECA, Maria Cecília L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, IPEA, 2001.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rev. téc. e trad. Heitor Ferreira da Costa. 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Texto Sonia R. Florêncio et al. Brasília, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: maio, 2024.

MAGALHÃES, Aloísio. **Encontros**: Aloísio Magalhães. Org. João de Souza Leite. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais do Brasil**: um desenho projetivo para a nação. Org. João de Souza Leite. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MARINS, Paulo C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 29, n. 57, pp. 9-28, jan-abril 2016.

MENESES, Ulpiano B. T. de. Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 36, 2017.

MENESES, Ulpiano B. T. de. “O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas”. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**, vol. 1, Brasília, Iphan, 2009.

MORAIS, Sara Santos; RAMASSOTE, Rodrigo Martins; ARANTES NETO, Antonio Augusto. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Arantes. **Revista CPC**, São Paulo, Brasil, n. 20, p. 221-260, 2015.

MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: Identidades, usos e ideologias**. 1. ed. São Paulo: Annablume & Imprensa da Universidade de Coimbra - IUC (PT), 2017.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). **Inventários de identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998

NASCIMENTO, Flávia Brito do; CHUVA, Marcia R. R (Orgs.). **Dossiê Democracia, Patrimônio e Direitos**: a década de 1980 em perspectiva. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 28, p. 1-12, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios; Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entre(H)istória).

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha; AMARAL, João. Referências Culturais e Patrimônio Cultural: precedentes, práticas e perspectivas para a diversidade. **Revista Observatório da Diversidade Cultural**, v. 2, nº 1, 2015. Culturas populares e tradicionais.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TwSzyC6x4gnd9fGKuWQJg-AF7ciAvq7T/view>. Acesso: 05 maio de 2024.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 9 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso: 05 maio 2024.

SCIFONI, Simone. **O patrimônio desigual**: cidade, memória e classe trabalhadora. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2022, 320 p.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Atila B. (org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN-PB, p. 30-37, 2012. (Caderno Temático 2)



6 Educação patrimonial: mobilização social e inventários participativos como estratégias de afirmação do direito à memória, ao patrimônio e ao território

SÔNIA REGINA RAMPIM FLORÊNCIO *

O tema da valoração ou da atribuição de valor ao patrimônio cultural nos processos de identificação é central para o entendimento da educação patrimonial como processo social e político que tem como um dos principais propósitos a defesa do direito à memória, ao patrimônio e ao território.

Trata-se, portanto, de uma nova abordagem educativa no campo do patrimônio, na qual técnicos, especialistas, pesquisadores entre outros agentes devem assumir um papel político, que estabeleça diálogos com outras narrativas e interesses sobre ele para entendê-lo como prática “no e para o presente”, com engajamento orientador para o futuro na construção de modelos de sociedade diferentes.

* Socióloga, doutoranda em ambiente construído e patrimônio sustentável - (UFMG - MG), mestrado em Educação(UNICAMP SP), especialista em sociologia rural (UNICAMP SP) e em políticas públicas de proteção e desenvolvimento social (ENAP DF), Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, onde é professora do mestrado profissional, atualmente cedida ao Instituto Brasileiro de Museus IBRAM. Associada ao Icomos Brasil, onde coordena o Comitê Científico de educação, narrativas e interpretações do patrimônio.

Isso significa deslocar o foco para processos de mobilização social e práticas patrimoniais de diferentes grupos sociais que afirmam sua experiência em identificar e afirmar seus patrimônios como protagonistas que são. Patrimônio, assim, pode ser utilizado como recurso por grupos sociais chamados subalternizados, para desafiar e redefinir valores recebidos pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2021).¹

Em termos de métodos e metodologias, os inventários participativos têm sido apresentados como estratégia de diferentes grupos sociais para afirmar o direito à memória, ao patrimônio e ao território, revelando, assim, um outro caminho de atuação e valorização do patrimônio. Este artigo pretende, portanto, abordar algumas das premissas conceituais e práticas necessárias ao entendimento da educação patrimonial como processo de mobilização social, estratégico para a defesa do direito à memória e ao patrimônio, e como afirmação de posturas políticas que vão ao encontro de modelos de sociedade alternativos à pretensamente hegemônica sociedade de consumo. Como exemplo de ações práticas que evidenciam essa abordagem, será apresentada a análise das propostas vencedoras da 1ª Edição do Edital Prêmio Inventários Participativos 2023 (Edital nº 158/2023) realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus- IBRAM, lançado em novembro de 2023.

1 Para a autora, o Discurso Autorizado do Patrimônio - DAP, é institucionalizado e incorporado nos documentos e processos patrimoniais, de gestão e conservação; nas instituições autorizadas, nas convenções e cartas (UNESCO, ICOMOS), que definem o que é patrimônio, seus usos e processos de reconhecimento; o DAP possui três pontos principais: 1) privilegiar o valor estético e científico inato e a materialidade do patrimônio, mascarando o verdadeiro trabalho cultural e político que o processo patrimonial realiza; 2) a patrimonialização é um processo cultural que cria valor e significados no presente mas, no DAP, valores são recriados e dizem respeito às narrativas de nação, identidade nacional e identidades sociais e históricas das elites ocidentais; 3) o processo de gestão e conservação do patrimônio não é somente gestão da materialidade, mas também de valor e significado cultural e social, não apenas certos valores embutidos no DAP são perpetuados, mas a própria dissonância é regulada e arbitrada pelos valores e ideologias embutidos no DAP.

Patrimônio ampliado e valores

O conceito ampliado de patrimônio cultural permite iniciar esse debate. O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (2012), desloca a matriz da valoração cultural. Não mais o Estado, e sim a sociedade e seus segmentos são os agentes de identificação e, portanto, de atribuição de valor às expressões de memória e identidade de todos os grupos formadores da sociedade brasileira. E quando o texto legal afirma esse entendimento, os profissionais e/ou militantes do campo da preservação do patrimônio, enfrentam a tarefa de modificar e repensar suas práticas. O tema da valoração atribuída ao patrimônio é, portanto, fundante para a compreensão das múltiplas narrativas e dimensões do patrimônio e basilar para uma investigação prospectiva sobre a participação social de agentes sociais nos processos de patrimonialização.

Para Meneses (2012), os valores afetivos do patrimônio expressam e mobilizam as manifestações culturais, mas também permitem o acesso a sentidos, memórias, identidades, ações políticas, bem como às relações sócio-históricas que as pessoas estabelecem com seus territórios e com seu tempo. Assim, um desafio se coloca: o reconhecimento desses valores, que para o autor não se confunde com a realização de pesquisas de opinião ou resultados de entrevistas com informantes sobre o patrimônio.

No que diz respeito às políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, notadamente a partir dos anos 1980, ocorre uma mobilização cada vez maior de pessoas a uma maior diversidade de referências culturais que expressam os diferentes modos de vida dos diferentes grupos sociais. Novos sujeitos culturais e políticos passaram a reivindicar legitimamente seu lugar na construção das políticas públicas de patrimônio tornando -o, assim, um lugar de encontro do poder público, seus especialistas e técnicos com aqueles que vivem esse patrimônio e que, cotidianamente, enfrentam batalhas para afirmar o direito aos seus territórios e aos seus modos de vida.

Essa ótica permite a utilização do patrimônio como recurso para a defesa dos diferentes jeitos de ser e se estar no mundo, como

um processo de engajamento, um ato de comunicação e um ato de significação no e para o presente (SMITH, 2021).

A Educação Patrimonial na concepção ampliada de patrimônio

Essas atualizações conceituais e de entendimento das políticas públicas no campo do patrimônio e, por vezes, algumas negações de práticas anteriores, se fizeram presentes parcialmente nas políticas públicas de preservação, como em alguns processos de tombamento federais e na política federal de patrimônio imaterial. No entanto, ainda permanece nas narrativas hegemônicas do Estado a ideia de um passado comum, compartilhado por todos, e a afirmação da memória e do patrimônio de certos grupos sociais representativos das classes dominantes.

Com a Educação Patrimonial não foi diferente. Se o discurso que reconhece sua importância nos processos de preservação é consenso neste campo, as práticas são de dissenso. Ainda representam um grande grupo, práticas educativas que privilegiam métodos instrutivistas, conteudistas e verticalizados de ensino e aprendizagem. Por outro lado, profissionais do campo, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, movimentos sociais entre outros segmentos, reuniram-se em várias ocasiões no período de 2006 a 2016² e em vários lugares do país com a finalidade de identificar alguns princípios balizadores para a afirmação da Educação Patrimonial entendida como exercício de processos educa-

2 O início desse período no Iphan é marcado por um contexto de muitas modificações na instituição e nas políticas culturais, algumas delas tratadas aqui como a implementação da política do patrimônio imaterial. Além disso, o primeiro concurso público no Iphan foi realizado em 2005 e ampliou a diversidade de formações profissionais que, até esse momento, tinha o predomínio de arquitetos e historiadores. O período final (2016) diz respeito às mudanças políticas ocorridas no Brasil, sobretudo com o golpe contra presidenta Dilma Rousseff e a posterior eleição de Jair Bolsonaro, o que significou, em um primeiro momento, uma interrupção no rumo das políticas públicas, sobretudo naquelas que se pautavam na participação social e, depois, a destruição das políticas culturais.

tivos e de mobilização social que primam pela construção coletiva do conhecimento, por práticas horizontalizadas e por processos de escuta que evidenciem as múltiplas narrativas sobre o patrimônio cultural e seu caráter de afirmação de direitos.

Essa abordagem exemplifica um importante princípio conceitual da Educação Patrimonial: a participação social em todo o processo de preservação do patrimônio, portanto, desde sua identificação. Assim, é fundamental a construção coletiva das ações educativas, identificando a comunidade como produtora de saberes, que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local e, também, produtora de ações educativas adequadas às especificidades de seus territórios. É necessário, aqui, substituir a noção de público-alvo das ações educativas para a de público participante. As ações educativas devem, portanto, ser planejadas e executadas com as pessoas e não, para as pessoas. Dessa forma, os sujeitos trazem suas vivências nos territórios como ponto de partida para a afirmação do seu jeito de ser e de estar no mundo. A ação transformadora dos sujeitos decorre de sua inserção e de suas ações nos territórios e de seus desejos de transformação da realidade sócio histórica. Essa perspectiva não está alinhada a um modelo de educação que seja somente reprodutora de informações, e que se concretiza em uma via de mão única identificando os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire de “educação bancária” (FREIRE, 2011).

As iniciativas educativas devem, portanto, ser consideradas como um recurso fundamental para a mobilização social em torno do patrimônio cultural, para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento da identidade local, para a afirmação dos sujeitos em suas realidades sócio históricas e para afirmar o direito à memória, ao patrimônio e ao território. Para tanto, há que se priorizar processos de escuta das diferentes narrativas sobre os territórios e sobre as valorações atribuídas ao patrimônio que se expressa em diferentes dimensões entre as quais a técnica, a simbólica e a afetiva que, nesse caso, muitas vezes, é resultado de processos de ressignificação e de novas e diferentes maneiras de acesso a esse

patrimônio. O patrimônio, nessa perspectiva, passa a ser mediador do processo de análise crítica da realidade. Ao invés de ser tomado como finalidade da ação educativa, ele passa a ser o meio pelo qual as pessoas se mobilizam. (FLORÊNCIO, 2019)

E aqui está outro importante princípio da Educação Patrimonial: o entendimento das ressignificações afetivas do patrimônio cultural nos espaços de vida das pessoas. É importante, aqui, firmar que as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e serem percebidas nas práticas cotidianas. No caso das ações educativas em prol da preservação e valorização do patrimônio cultural, em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, é preciso associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados. O valor social do patrimônio é, portanto, relacionado a situações da vida social que afetam o direito de escolha de grupos sociais em relação ao seu território e ao seu modo de vida. Em suma, afetam o modelo de sociedade que almejam.

Portanto, somente com verdadeiros processos de escuta de diferentes narrativas sobre o patrimônio cultural é possível compreender as valorações que se revelam por argumentos diferentes que emanam de agentes sociais diferentes.

Com esse entendimento do valor social, o patrimônio é um elemento agregador e de resistência a modelos pretensamente hegemônicos de sociedade. Assim, quem atua no campo da Educação Patrimonial, nessa perspectiva, precisa entendê-la como ação participante e de atuação política pois está inserida nos contextos sócio históricos de ação dos sujeitos e, muitas vezes, em realidades de conflitos que envolvem tomadas de decisão coletiva relacionadas ao desejo de futuro desses sujeitos em seus territórios e, num sentido mais amplo, de modelo de sociedade.

Colocar-se nessa atuação política diante de um desejo de mundo e de sociedade traz um importante princípio para as ações educativas no campo: o entendimento do patrimônio cultural como um campo de conflito. Sabe-se que as políticas de preservação se

inserir num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais.

Portanto, o campo do patrimônio é um campo eminentemente político. Assim, somente abordagens técnicas, que mistificam o conflito e neutralizam a potencialidade de transformação social, que levam em consideração, exclusivamente, a atribuição técnico-científica do patrimônio nunca darão conta do que o patrimônio (em sua concepção ampliada) realmente representa na vida das pessoas. Os valores são criados e recriados, podem ser propostos, recusados, ressignificados conforme a inserção política dos diferentes grupos sociais e, sobretudo, acompanham as dinâmicas sócio históricas das transformações sociais. Nesse sentido, as práticas educativas em sua dimensão política, devem partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais.

Desse ponto de vista, a Educação Patrimonial não deve determinar e/ou afirmar valores a priori, e, sim, criar espaços de aprendizagem, de construção coletiva e de interação que provoquem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio.

No campo da educação patrimonial há um novo caminho em construção que se orienta a partir de princípios essenciais como a necessidade do diálogo e escuta nos processos de identificação e proteção dos bens culturais, o que leva, portanto, à importância de considerar os valores sociais e afetivos que unem as pessoas a esse patrimônio.

Busca-se, assim, superar discursos e práticas que vivem ainda na tradição insistindo no culto aos objetos, na sua reificação, na valorização da informação que naturaliza as escolhas do Estado em detrimento dos valores sociais. Essa nova pedagogia é alimentada por ações que nascem dos próprios grupos sociais, dos coletivos e movimentos da sociedade civil e que têm problematizado a constituição da herança coletiva, revelando a sua natureza política, como campo de conflito.

Inventários participativos como ferramenta de mobilização social

Se no campo das ideias e das legislações essa perspectiva se faz presente, como ela se consubstancia na prática? Em que visões de mundo e valores está baseada? Quem são os agentes mobilizados nessa produção e que papéis assumem? Os instrumentos e ferramentas metodológicas disponíveis e utilizados são suficientes para o acesso efetivo à valoração afetiva, social e cotidiana do patrimônio? Como grupos sociais historicamente excluídos ou invisibilizados nos processos de patrimonialização têm atuado, por meio de práticas insurgentes, a preservação de suas memórias e afirmação de suas identidades, aliando-as a outras lutas sociais, como a preservação do meio ambiente e o direito à moradia?

Essas são questões fundamentais para se iniciar o debate sobre novos instrumentos para compreensão de outros valores do patrimônio que, certamente, não se esgotam no escopo deste artigo.

Só muito recentemente novos conceitos e práticas foram se consolidando no campo da educação patrimonial, constituindo as bases para o que se pode chamar de nova pedagogia do patrimônio (SCIFONI, 2017). Ao contrário da visão tradicional que trabalha apenas com o patrimônio cultural acautelado pelo Estado, essa nova pedagogia do patrimônio busca fomentar que, de maneira autônoma, os próprios grupos sociais realizem processos de reconhecimento de seus suportes de memória e identidade.

No campo da museologia social importantes reflexões têm sido realizadas nessa direção. A Escola Livre de Museologia Política³, sediada em Recife – PE, em seu perfil na rede social Ins-

3 Na mesma postagem, a Escola Livre de Museologia Política apresenta sua proposta pedagógica: “(...) busca apreender estas diversificadas noções de museus e práticas de memória que emergem de diferentes grupos/povos/movimentos sociais através do entendimento dos sentidos que atribuem às suas realizações, que originam diversificados formatos de musealização, modelos de classificação e práticas de colecionamento que dão sentido às diferentes experiências e processos museológicos comunitários. Ao fomentar a construção de autorrepresentações enquanto ações de reinvenção do real, o caráter pedagógico dessa escola deseja

tagram, em postagem de 03 de agosto de 2023 define os museus comunitários como “uma diversidade de experiências e processos museológicos que utilizam a memória e o patrimônio como ferramentas para impulsionar múltiplas formas de mobilização social e educação popular entre populações e territórios” e complementa :

Populações re-existentes efetuam a gestão da memória em seus próprios termos, de acordo com suas noções, categorias, práticas e cosmovisões, em íntima conexão com suas buscas por bem-viver. Há muito o que aprender com essas experiências, intimamente conectadas aos sentidos das vidas e às lutas pelas vidas das pessoas (...) A autogestão da memória como condição de existência que se dá longe dos cânones especializados é compreendida em seus próprios termos por seus/suas praticantes, é praticada desde o entendimento que fazem de suas próprias ‘coisas’, objetos e memórias, aos quais direcionam sua ação política como fazer (museológico) autônomo voltado à ação transformadora de suas condições de existência. (Escola Livre de Museologia Política, 2023).

Para além de levantar a questão da busca por novas práticas educativas no campo do patrimônio e dos museus, sobretudo focando na escuta e construção coletiva sobre a identificação de referências culturais. A intenção desse artigo é a de trazer alguns exemplos de novas práticas, sobretudo com o uso de inventários participativos como estratégias de mobilização social e de atuação política em defesa do território e do patrimônio (a partir do seu conceito ampliado) e saber se, assim, contribuem para a compreensão dos diferentes valores atribuídos ao patrimônio.

Os inventários participativos como possíveis ferramentas para uma nova prática de educação patrimonial focam na autonomia e na centralidade dos sujeitos na identificação de suas referências culturais. Trazem, também, a necessidade da atuação política e da

construir-se como instrumento voltado à (trans)formação de pessoas e grupos comprometidos com as lutas populares, fortalecendo práticas museais que instiguem contra-narrativas de cunho rebelde.” (2023).

mobilização social direcionadas a interesses comuns que afirmem o direito à memória, ao patrimônio e ao território.

Um dos usos de inventários participativos foi estimulado, como ferramenta de Educação Patrimonial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional a partir de uma parceria com o Ministério da Educação- MEC.

Com base nos princípios de atuação da Educação Patrimonial, consubstanciados na Portaria Iphan nº 137, de 28 de abril de 2016⁴, e na preocupação em inserir o tema do patrimônio cultural na educação formal, a Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Cooperação e Fomento do Iphan optou pela utilização de uma ferramenta pedagógica em que a comunidade escolar pudesse olhar para o patrimônio do seu território e tornar-se protagonista para inventariá-lo e apresentá-lo em diferentes formatos. Com base em metodologias de ferramentas já existentes no Iphan, principalmente o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), foi desenvolvido e disponibilizado, portanto, em 2012, o Inventário Pedagógico, fruto da participação do Iphan na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC⁵.

Decidiu-se, à época, que em função da diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo Programa, seria necessário pensar uma atividade que abarcasse tais diferenças culturais, geracionais e territoriais, criando uma aproximação inicial com o tema patrimônio cultural. Em razão de solicitações de técnicos das unidades do Iphan e de outros setores do Ministério da Cultura, bem como por sugestões e demandas de determinadas organizações da sociedade civil, decidiu-se adaptar o material para aproveitamento em iniciativas e atividades para além do Programa Mais Educação. Foram feitos ajustes textuais e adequação de linguagem, redefinindo seus potenciais usos e objetivos. A partir dessa refor-

4 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf. Acesso em: 02/05/2024.

5 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf. Acesso em 02/05/2024.

mulação, o foco dos inventários participativos passou a ser a mobilização e sensibilização das comunidades para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação social.

Assim, em 2016, foi publicado pelo Iphan um manual de aplicação do Inventário Participativo intitulado Educação Patrimonial: inventários participativos que anuncia:

A presente publicação é de livre acesso, destinada ao público em geral, podendo ser utilizada sem necessidade de licença, autorização ou cessão de direitos. Constitui-se, antes, numa ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2016).

O material do Iphan tem sido muito utilizado em diversas situações e por diferentes grupos sociais⁶. Compreender como esses

6 Não é intenção deste artigo analisar os inúmeros exemplos de utilização do material proposto pelo Iphan, porém alguns deles estão disponíveis na internet. Entre os trabalhos, destacam-se: Inventários participativos no contexto da candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial, realizados em Recife e Itamaracá – PE. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/livro_nv_batalhas.pdf. Acesso em 24/04/2024.

Inventários participativos em Ceilândia – DF

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ceilandia_minha_quebrada_mundo.pdf. Acesso em 24/04/2024.

Rede Catarinense de Engenhos de Farinha – SC

<https://engenhosdefarinha.wordpress.com>. Acesso em 24/04/2024.

grupos sociais acionam essa ferramenta em uma perspectiva de defesa de direitos (sociais, ao território, aos desejos de sociedade, aos diferentes modos de se estar e viver) é um caminho para o entendimento de outros valores do patrimônio.

Uma outra iniciativa importante de democratização da memória e do patrimônio cultural no âmbito do Ministério da Cultura foi a criação do Programa Pontos de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC). Iniciado em 2009, revela o protagonismo de movimentos sociais e sociedade civil, na defesa do direito à memória e ao patrimônio com práticas próprias de musealização desenvolvidas por diferentes grupos sociais. O programa Pontos de Memória sugere algumas etapas de metodologia para suas ações, entre elas, merece destaque a realização de inventários participativos para que as comunidades assumam a produção de conhecimento e a identificação de suas referências culturais.⁷

Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação

<https://drive.google.com/file/d/1TwSzyC6x4gnd9fGKuWQJg-AF7ciAvq7T/view>. Acesso em 24/04/2024.

Inventários participativos no contexto da candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial realizados em Florianópolis e Governador Celso Ramos – SC

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lutas_por_aproximacao_educacao_patrimonial_sc.pdf. Acesso em 24/04/2024. Inventário Participativo da cultura alimentar do povo Tremembé da Barra do Mundaú, realizado em parceria com o Slow Food Brasil

<https://slowfoodbrasil.org.br/tag/inventario-participativo>. Acesso em 24/04/2024.

- 7 “O Programa Pontos de Memória nasceu em 2009, resultado da parceria entre os Programas Mais Cultura, do Ministério da Cultura e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, com o objetivo de identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território. O Programa Pontos de Memória tem como objetivo promover ações de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por coletivos culturais e entidades culturais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. As ações desenvolvidas, pautadas no fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, étnica e cultural do País, visam garantir que o direito à memória seja exercido

Dentre as etapas da metodologia proposta para o desenvolvimento dos Pontos de Memória, destaca-se a realização de inventários participativos como ferramenta metodológica para que os grupos e comunidades possam assumir os processos de identificação, registro e promoção das referências culturais locais.⁸

Os inventários participativos no Edital IBRAM 2023

Para refletir sobre como os inventários participativos e sua nova educação patrimonial têm sido mobilizados, serão analisadas as vinte ações vencedoras do 1ª Edição do Edital Prêmio Inventários Participativos 2023 (Edital nº 158/2023) realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus- IBRAM, lançado em novembro de 2023. O objetivo era premiar 10 inventários participativos realizados no território nacional e que foi ampliado para 20 pela disponibilidade orçamentária,

que tenham contribuído para o reconhecimento, a preservação, a promoção e a difusão do patrimônio cultural e da memória social de grupos, povos e comunidades representativos da diversidade cultural brasileira. O prêmio tem como finalidade estimular, promover e difundir a realização de inventários participativos como abordagem metodológica e de mobilização social para que os grupos e comunidades possam assumir

de forma democrática por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.

Dessa forma, o Programa Pontos de Memória contribui para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus – PNM e Plano Nacional de Cultura – PNC, trabalhando a memória como fator de inclusão e transformação social, por meio da integração das diversas iniciativas museais brasileiras.” <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria>. Acesso em 24/06/2024.

- 8 Para mais detalhes sobre os marcos legais do Programa Pontos de Memória acessar:

<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Portaria-Pontos-de-Memoria.pdf> e <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-579-de-29-de-julho-de-2021>. Acesso em 24/06/2024.

os processos de identificação, registro e promoção das referências culturais significativas para o território onde vive. (IBRAM, 2023a).

O Edital assim define inventários participativos e referências culturais em seus itens 2.1.1 e 2.2.2:

2.1.1 Inventário participativo: processo de mobilização social, mapeamento e/ou cartografia social onde a comunidade local é protagonista nas ações de identificação, pesquisa, produção coletiva do conhecimento, seleção e registro das referências culturais significativas para o território onde vive, para a elaboração suas memórias e histórias sociais, e para a participação nas arenas decisórias de gestão do patrimônio.

2.1.2. Referências culturais: os diversos domínios da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares, formas de expressão) e elementos da memória coletiva (símbolos, histórias e narrativas, memórias celebrativas e traumáticas compartilhadas etc.) aos quais são atribuídos sentidos e valores de importância diferenciada e que, por isso, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. (IBRAM, 2023b).

Para esse Edital, foram inscritas 75 propostas. Dessas, 61 foram habilitadas, 13 inabilitadas e 1 inscrição foi realizada fora do prazo. Ao final, foram indicadas para premiação 20 propostas. Com a finalidade de identificar, entre as ações premiadas, aquelas que trouxessem elementos para o entendimento dos inventários participativos como ferramentas de compreensão ampliada do patrimônio cultural, procedeu-se à elaboração de um quadro com o intuito de dar visibilidade a elementos, presentes nos formulários de inscrição, que pudessem contribuir com a análise. O quadro está registrado no Anexo 1. Nesse quadro está indicado, também, quais das ações premiadas utilizaram material específico para o trabalho. É interessante registrar que a ideia de inventários participativos já estava presente antes do lançamento da publicação do Iphan aqui citada. Há ações que se iniciaram em 2006, por exemplo. No Anexo 1 estão identificados, também, quais proponentes utilizaram material específico para a realização do inventário participativo. Das 20 ações, 05 se utilizaram do Manual do Inventário Participativo

(IPHAN, 2016) e 4 do Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (IPHAN, 2000).

Uma das questões que chamam a atenção para os propósitos deste artigo, é relativa à tipologia de proponente. O Edital permitiu a inscrição de entidades e coletivos assim definidos:

4.1.1. Categoria 1 - ENTIDADE CULTURAL: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com mais de três anos de constituição (comprovados pelo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ), de caráter cultural, que apoie ou desenvolva programas, projetos e ações de museologia social para a identificação, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial de comunidades específicas, visando ao reconhecimento e à valorização da memória coletiva. 4.1.2. Categoria 2 – COLETIVO CULTURAL: povo, comunidade, grupo, rede ou movimento sociocultural, sem constituição jurídica, que desenvolva programas, projetos e ações de museologia social para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, visando ao reconhecimento e à valorização da memória coletiva. (IBRAM, 2023b).

Entre as ações premiadas, 09 se inscreveram na categoria 2 (Coletivo Cultural), ou seja, quase metade das ações selecionadas apresenta-se como coletivos não formalizados, sem constituição jurídica. Isso é muito significativo quando se quer chamar a atenção para novas formas de organização social que priorizam ações coletivas, mais horizontalizadas e que prescindem de uma representatividade tradicional. Ao que parece, há aqui um apontamento para a necessidade de mecanismos de fomento de políticas públicas que levem em consideração uma organização mais fluida e mais calcada na vida comunitária e nos enfrentamentos de problemas comuns de grupos sociais que se entendem enquanto tal e que juntam seus esforços e lutas na reivindicação de melhorias para suas vidas acessando políticas públicas. Nesse caso, acertadamente, o Ibram propôs um edital de premiação para o reconhecimento e valorização de coletivos

que inventariaram, como protagonistas, suas memórias e referências culturais.

Este parece ser um indicativo de que a compreensão de outros valores do patrimônio em específico e das referências culturais e da memória, de forma mais abrangente, se apresenta dentre outras formas na de organização comunitária. Isso não quer dizer que, ao analisar as outras 11 ações que estão classificadas na categoria 1 (Entidade Cultural), não foram encontrados objetivos relacionados aos diferentes valores atribuídos ao patrimônio, como será apresentado a seguir.

Entre as 20 ações analisadas, 13 apresentaram como realizadoras do inventário participativo equipes que eram do próprio grupo social ou comunidade proponente exclusivamente ou que contaram com a colaboração de pesquisadores ou parceiros do trabalho. Esse era um dos critérios de avaliação e pontuação do Edital (abaixo apresentados no Quadro 1), especificamente no item II do quadro, conforme se vê no item 10.1 do Edital.

É interessante notar, também, que o item VI do quadro ao lado apresenta o critério que mais pontuava (0 a 30 pontos) na classificação: o da “relevância e impacto do inventário participativo para o fortalecimento de vínculos comunitários e das identidades culturais locais, e para a promoção da cidadania como estratégia na defesa do direito à memória e ao território.”. O Edital proposto pelo Ibram sinaliza para a potencialidade dos diferentes valores atribuídos ao patrimônio ao atribuir pontuação máxima para os inventários participativos que fossem realizados como estratégia de defesa de direitos à memória e ao território.

Em relação aos objetivos da realização dos inventários participativos destacados dos formulários dos proponentes e expressos no quadro do Anexo 1, é possível identificar algumas expressões que corroboram para a compreensão dos diferentes valores do patrimônio. Com esse foco, buscou-se identificar nas ações propostas para o Edital, expressões que foram respostas da questão 1 do Formulário de inscrição: “O que motivou e como se deu a realização do inventário?”

QUADRO 01 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO EDITAL INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS
– IBRAM 2023

CrITÉrios de AvaliaÇão e SeleÇão	Aspectos Norteadores	PontuaÇão
I.Documentação: informações e documentos que comprovem a consistência das ações desenvolvidas para a realização do inventário participativo e seus resultados (fotos, vídeos, textos escritos e similares).	Apresentação de informações que comprovem como o inventário participativo contribuiu para identificar e documentar as referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade e do território em que ela se insere	0 a 20
II.Participação efetiva da comunidade nas tomadas de decisão, em todas as fases do inventário participativo, desde o planejamento até a implementação, promovendo assim a troca cultural entre os diversos grupos dentro da comunidade.	Descrição do processo de participação; descrição das etapas que compõem o inventário, explicitando o número de participantes em cada etapa; indicação dos segmentos diversos que compõe essa comunidade (faixa etária, grupos, território, gênero, etc).	0 a 15
III.Realização de atividades de formação voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural, e para o fortalecimento das identidades culturais locais.	Quantidade e especificação de eventos de formação realizados; Quantidade de pessoas que participaram dos eventos de formação.	0 a 15
IV.Inovação no desenvolvimento de categorias e referências culturais, e de práticas de registro e difusão.	Indicação de aspectos inovadores referentes à metodologia e instrumentais utilizados para a coleta, sistematização e difusão das informações.	0 a 10
V.Acessibilidade	Descrição dos instrumentos e recursos voltados para o amplo acesso aos conteúdos produzidos	0 a 10
VI.Relevância e impacto do inventário participativo para o fortalecimento de vínculos comunitários e das identidades culturais locais, e para a promoção da cidadania, como estratégia na defesa do direito � memória, ao patrimônio e ao território.	Resultados e produtos apresentados após o inventário: mapas, livros, podcast, relatórios, coleções registradas)	0 a 30
Total Geral	100	

Fonte: IBRAM, 2023b.

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise com outras ferramentas de pesquisa como, por exemplo, a história oral por meio do contato direto com as/os proponentes, aqui serão listadas as expressões identificadas nos formulários preenchidos pelos proponentes selecionados para o prêmio com o entendimento que essa fonte contribui para o que se intenciona mostrar. Entre os 20 formulários das ações premiadas, constatou-se que, em 18 deles, apareceu entre os objetivos de realização do inventário participativo, elementos que indicaram sua intenção de afirmação dos valores sociais do patrimônio e das referências culturais em estratégias de utilizar o patrimônio como recursos de lutas e resistências, por grupos sociais para desafiar e redefinir valores recebidos pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2021).

Questionar o Discurso Autorizado de Patrimônio exige que agentes do campo assumam um papel político, que estabeleçam diálogos com outras narrativas e interesses sobre ele. Entendê-lo como prática “no e para o presente”, com engajamento orientador para o futuro na construção de modelos de sociedade diferentes, significa deslocar o foco para processos de mobilização social e práticas patrimoniais que contrariam esse discurso e que focam sua experiência em identificar e afirmar seus patrimônios como protagonistas que são.

As expressões encontradas nos objetivos de realização dos inventários participativos reforçam a intencionalidade de usar o patrimônio como recurso de afirmação de direitos e de expressão de suas diversas formas de ser e estar no mundo. A pesquisa realizada, cuja sistematização mais detalhada encontra-se no Quadro 2, no Anexo1, permitiu identificar algumas expressões que demonstram isso.

Entre elas, a ideia de construir um discurso crítico ao processo de gentrificação associado à reivindicação do direito à cidade e à moradia está presente em alguns inventários participativos. Nesse exemplo, fica claro que o uso do patrimônio, de forma ampliada, reforça a diversidade de valores do patrimônio apropriado por grupos sociais que almejam transformações sociais em

processos de resistência ao movimento do capital, sobretudo o da especulação imobiliária⁹.

Outro destaque pode ser dado à realização de inventários participativos que consideram localidades com populações em situação de vulnerabilidade social e em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Econômico- IDH. É muito interessante perceber a escolha de realizar os inventários nessas localidades numa clara associação entre identificar as referências culturais e associá-las ao direito a condições dignas de existência. O patrimônio aparece aí como uma possível estratégia de bem viver, de vetor de transformações sociais associado ao desenvolvimento local. Além disso, é possível identificar, também, a busca coletiva por espaços de formação, debate em prol da mudança da imagem de ‘periferia’ atribuída de modo pejorativo a localidades com esse perfil.

A questão do enfrentamento ao turismo predatório, ao crescimento desordenado das cidades e aos novos empreendimentos que se instalam nos territórios e localidades revelam a preocupação de grupos sociais em preservar modos de vida que são ameaçados pelo movimento do capital. As lutas e resistências pelo acesso à terra também seguem essa preocupação aliada ao entendimento do patrimônio como reforço à luta pela reforma agrária. O esforço, nesses casos, é o de identificar tecnologias e cosmovisões que afirmem ancestralidades, cultura alimentar e perspectivas de um etnodesenvolvimento em uma perspectiva de entendimento do patrimônio como eixo de desenvolvimento local.

A preocupação com o “apagamento” de memórias revela, em alguns inventários participativos, a necessidade de que os grupos sociais sejam protagonistas na identificação e gestão de seu patrimônio e na busca da manutenção de seus contextos socioculturais.

9 Para esse artigo, o foco foi o de identificar as expressões presentes na parte referente aos objetivos de realização dos inventários participativos para proceder a uma análise quantitativa relativa aos formulários. No entanto, ao examinar sucintamente todo o texto dos formulários, fica mais evidente ainda a intencionalidade de usar o patrimônio como recurso e estratégia de defesa de direitos relacionados ao valor social do patrimônio.

No caso de comunidades e patrimônios culturais de matriz africana, há apontamentos para a necessidade de visibilidade da pluralidade de narrativas, para as dificuldades para manutenção dos bens culturais afro-religiosos e para o enfrentamento ao aumento de situações de violência com espaços religiosos de matriz africana.

Considerações finais

Os inventários participativos, assim, como estratégias de mobilização e de formação crítica, podem se apresentar como uma ferramenta para a visibilidade dos múltiplos valores do patrimônio. Esses valores estão inseridos em um processo de valoração de referências culturais atreladas às memórias, identidades e desejos de futuro, construído e afirmado pelos diversos grupos sociais, inclusive aqueles em situação de vulnerabilidade social, que se pautam na afirmação política de um modelo de sociedade que contemple a igualdade social, a sustentabilidade ambiental, o direito ao território, à memória, ao patrimônio, à afirmação de múltiplas cosmovisões ancestrais, ao etnodesenvolvimento, à igualdade de gênero, entre outras lutas sociais que se dinamizam e se ampliam.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado Federal, 1988

ESCOLA LIVRE DE MUSEOLOGIA POLÍTICA. Museus Comunitários, Recife. 03 de agosto de 2023. Instagram:@escola.livre.pe Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvgNu5oLKiv/?igsh=ZXl6aTI2NDQ1aXJr>. Acesso em 02/05/2024

FLORENCIO, Sônia R. Rampim. Política de Educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. *Dossiê Educação Patrimonial - Revista CPC 14* (27 especial), 2019, p. 55-89.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Ibram lança 1ª edição do Prêmio Inventários Participativos, 8 de novembro de 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-lanca-1a-edicao-do-premio-inventarios-participativos>. Acesso em: junho de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). 1ª Edição do Edital Prêmio Inventários Participativos 2023, Edital nº 158/2023 (Processo nº 01415.002041/2021-64), Brasília: IBRAM, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/fomento-e-financiamento/editais-de-fomentos-e-financiamento/editais-2023/inventarios-participativos-2023/InventariosParticipativos2023Editalcompleto.pdf> . Acesso em: junho de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*. Manual de Aplicação. Brasília: Coordenação de Educação Patrimonial/Iphan, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília : Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, Volume 1, Brasília, DF, Iphan, 2012.

SCIFONI, Simone. *Desafios para uma nova educação patrimonial*, Revista Teias, v.18, n.48: Políticas e Práticas em Educação Patrimonial no Brasil e na América, 2017, p. 1-16.

SMITH, Laurajane. *Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio*, in Caderno Virtual de Turismo, v. 21, n. 2., 2021

AÇÕES SELECIONADAS NO PRÊMIO INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS – IBRAM 2023							
Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual? Utilização material específico?
1. Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial	Inventário Participativo: Minhão contra a Gentrificação	coletivo	- Repep - Coletivo Arouchianos - Coletivo Baixo Centro	“mobilizar as pessoas para a construção de um discurso crítico ao processo de gentrificação em curso no centro da cidade”	Área central de São Paulo - SP	2015 a 2019	não Sim, manual Inventário Participativo - Iphan
2. Instituto Dragão do Mar	Patrimônio Para Todos - Uma aventura através das memórias	entidade	Equipes da instituição e selecionada por ela	“sensibilizar jovens moradores das localidades onde atua sobre a importância do patrimônio cultural, considerando localidades que têm populações em vulnerabilidade socioeconômica, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”	19 municípios cearenses	2009 a 2023	Sim Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP não

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
3. Ponto de Memória Ypuca	Inventário participativo da Bacia do Rio Aldeia Velha	coletivo	Profissionais de História, Arqueologia, Jornalismo e Pedagogia, também moradores	“proteger e valorizar diversas de suas referências culturais, diante do contexto de crescimento desordenado, turismo predatório e apagamento das memórias da comunidade.”	Bacia do Rio Aldeia Velha, municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu - RJ	2006 a 2022	não	Sim manual do INRC Iphan
4. Mamulengo Tomé CANALEABAU Rede Mestres e Brinquedos	Inventário Mamulengo Pernambucano Patrimônio do Brasil	coletivo	Mestres do mamulengo pernambucano	“Mobilização dos próprios detentores do bem em contar suas histórias e exercerem o protagonismo na efetivação das políticas públicas patrimoniais”	Agreste, Zona da Mata e Metropolitana do Recife	2015 a 2019	Sim FUNCULTURA, do governo do Estado	Sim Manual INRC Iphan
5. Sociedade Civil e Religiosa Ilê Omolu Oxum	Museu Memorial Iyá Davina	entidade	Integrantes do terreiro	Contribuir “no desenvolvimento de um inventário encontrando no território e seus indivíduos, tecnologias ancestrais preservadas por meio de cultura oral e prática rotineira”	terreiro Ilê Omolu Oxum São João de Meriti / RJ	2018 a 2023	Lei Aldir Blanc; recursos próprios Termo de cooperação com o Museu da República	não

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
6. Coletivo Arouchianos LGBTQIAPDN+	Inventário Participativo LGBTQIA+ da Região do Largo do Arouche	coletivo	Coletivo Arouchianos e Repep	“O inventário buscou, assim, contrapor-se ao projeto gentrificador e apresentar um olhar crítico em relação às iniciativas público-privadas voltadas à promoção de mudanças sociais no território	Região do Largo do Arouche e quadras contíguas situadas na área central da cidade de São Paulo	2021 a 2022	Sim Edital Inclusão Social e Diversidade na USP e em Municípios de seus Campi, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (2021-2022)	Sim, manual Inventário Participativo - Iphan
7. Associação Slow Food do Brasil	Inventário Participativo da Cultura Alimentar do Povo Tabajara do Sertão dos Inhamuns	entidade	Associação Slow Food do Brasil (ASFB) e integrantes das aldeias	fortalecimento da identidade territorial e a valorização da cultura e do patrimônio cultural alimentar de dois povos indígenas do estado do Ceará”	Aldeias Vila Nova, Croatá, Fidélis e Bom Jesus do povo Tabajara no município de Quiterianópolis CE	2021	Sim o Fundo Intermunicipal de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sim, manual Inventário Participativo - Iphan

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
8. Associação Afrobrasileira de Cultura Alagba	Inventário dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro do Ceará.	entidade	equipe selecionada por meio de editais cujos integrantes fossem de povo de terreiro	“É preciso des- prender-se da pro- posta de dialética eurocêntrica que realmente não deu certo no Brasil, dito e visto as desigual- dades que enfren- tamos para se abrir caminho dentro das pluralidades das falas, das cul- turas, dos saberes e, sobretudo, das possibilidades de desenvolvimento e etnodesenvolvi- mento”	14 macro- regiões do Estado do Ceará	2021 a 2022	Sim edital de fomento do Governo do Estado do Ceará através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário.	não
9. Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoquiã - CCIAO	Mapeamento dos Terreiros de Religiões de Matriz Africana e de Comunidades de Terreiros da RM/JP - Região Metropolitana de João Pessoa - Pb	entidade	GT dirigentes e parceiros do Projeto Mapeamento dos Terreiros de Religiões de Matriz Africana da Região Metropolitana de João Pessoa/PB e pesquisadores selecionados por edital	“promover a inclusão social, cultural, a humanização e integração dos PCTMACT, combatendo o Racismo Institucional e a Intolerância Religiosa”	Cabedelo, Bayeux, Conde, Alhandra e Santa Rita - PB	2019	Sim -MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SEMDH - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DIVERSIDADE HUMANA PARAÍBA - PB - POLÍTICAS PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	Não

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
10. Coletivo Inventário Participativo de Galópolis	Inventário Participativo de Galópolis	coletivo	voluntários composto por moradores, ex-moradores, trabalhadores, estudantes e pesquisadores locais	“gestão comunitária de suas referências culturais, objetivo de concretizar os preceitos emancipadores da tipologia sociomuseal no território em questão e engajar a comunidade do bairro em torno da releitura de seu passado”	Zona urbana de Galópolis Caxias do Sul-RS	2022 -em processo	Não Somente apoio de empresas locais com materiais	Sim, manual Inventário Participativo - Iphan
11. Grupo do Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe	Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe	coletivo	- Fundação de Cultura de Camaragibe - agentes da cadeia produtiva da cultura - municípios em geral	“realizar tombamento e registro de importantes referências culturais locais. Também era objetivo da iniciativa possibilitar que os moradores pudessem reconhecer, se apropriar e zelar pelo patrimônio cultural”	Camaragibe PE	2017 a 2024	Sim Funcultura Fundarpe/ Secretaria de Cultura do Governo de Pernambuco	Sim, manual Inventário Participativo - Iphan

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
12. VOX MUSEI arte + patrimônio	Inventário Participativo do Ofício e Modos de Saber-Fazer das Artes de Pesca e Construção de Embarcações no Litoral Norte do Estado do Piauí	coletivo	historiadores(as), sociólogos(as), biólogos(as), museólogos(as), arte-educadores(as), turismólogos(as), pedagogos(as), arquitetos(as)	Constatamos que este patrimônio é ameaçado devido às novas atividades instaladas no lugar, principalmente aquelas relativas ao turismo não planejado e emprego das famílias em casas de proprietários não residentes, trabalho com as comunidades ribeirinhas, praias e deltaicas ³⁹	Área da Proteção Ambiental APA Delta do Parnaíba Luis Correia PI	2009 a 2023	Sim CNPq	Sim Manual do INRC
13. Sociedade de Amigos do Museu Paranaense	Ante Ecos e Ocos: um inventário de acervos afro-paranaenses.	entidade	pesquisadores e artistas conhecidos por sua atuação profissional em relação às temáticas da História e das culturas das populações afro-paranaenses e afro-brasileiras	“promover a pluralidade narrativa, estética e epistemológica, mais especificamente as vozes negras paranaenses”	Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais, Lapa, Arapoti e Maringá - PR	2022	Sim PRONAC - Lei de incentivo à cultura/Lei Rouanet Plano Bianual 2021 / 2022 - Museu Paranaense.	Não

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
14. Coletivo Jaraguá	Museu do Patrimônio Vivo	entidade	agentes culturais comunitários residentes dos bairros/ localidades participantes do projeto	“realidade social precária, apresentando baixos índices de qualidade de vida e um número muito alto de analfabetismo. para além de propor inventários participativos, o projeto tem como objetivo a construção de um espaço de formação, de debate, de troca e de melhoria das condições social e económica das comunidades participantes”	João Pessoa Cabedelo, Lucena, Santa Rita e Conde PB	2012 a 2014	Sim Edital do Fundo Municipal de João Pessoa (FMC/2011). Edital do Fundo de Incentivo à Cultura da Paraíba (FIC – PB/2013),	Sim Adaptação Manual INRC Iphan

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
15. Associação dos Amigos do Reinado de N. Sra do Rosário e Santa Efigênia Amirei	Reinado de N. Sra. do Rosário e Santa Efigênia (Reinado de Chico Rei)	entidade	integrantes internos da guarda de congo do bairro Alto da Cruz. Guarda de Moçambique	“construção de um inventário que fundamentasse o pedido de registro da Festa do Reinado de N. Sra. do Rosário e Santa Efigênia (Reinado de Chico Rei) como bem imaterial atrelado à busca de mudança da imagem de “periferia” atribuída de modo pejorativo à localidade, e aos baixos índices sociais e educacionais da localidade, bem como ao cenário de baixa empregabilidade e formação profissional”	Ouro Preto-MG	2010, 2011 e 2019	Sim Diretoria da Promoção Cultural, Patrimônio Imaterial e Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Ouro Preto com apoio da Associação dos Amigos do Reinado (AMIREI) e membros da comunidade do bairro Alto da Cruz e adjacências.	Não

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
16. Grupo de Estudos Culturais Populares e Religiosidades	Inventário do acervo cultural de bens do patrimônio religioso das comunidades de terreiro de Natal-RN.	coletivo	coordenador, a liderança religiosa da casa responsável pelo acervo, duas pessoas de cada terreiro, um aluno bolsista do curso de graduação em Ciências Sociais e dois profissionais voluntários da área de Arquitetura.	“A constatação das dificuldades para a manutenção dos bens culturais afro-religiosos e a compreensão da importância da memória na construção de processos de pertencimento religioso afro-brasileiro, motivaram a realização do inventário”	comunidades de terreiro das religiões afro-brasileiras, na cidade de Natal – RN	2017 a 2021	Não bolsa de iniciação científica (01 bolsa por ano, durante três anos seguidos), destinada para alunos/as do curso de graduação em Ciências Sociais da UFRN	Não
17. Ponto de Memória: Museu Indígena Kanindé	Inventário Participativo do Acervo & Formação do Núcleo da Museologia Indígena Kanindé (Núcleo MUKA) do Museu Kanindé.	coletivo	estudantes da escola indígena Manoel Francisco dos Santos (povo Kanindé de Aratuba) entre 13 e 17 anos	“realização do primeiro trabalho de cunho acadêmico científico sobre a população indígena Kanindé localizado na aldeia sítio Fernandes no estado do Ceará”	Sítio Fernandes – Museu dos Kanindé – Aratuba/CE	2011 a 2022	Sim editais pontos de memória edição 2011	Não

Proponente	Nome do IP	Coletivo ou entidade	Equipe realizadora do IP	Objetivos do IP	Local de realização do IP	Período de realização	Financiamento Se sim, qual?	Utilização material específico?
18. Cidade Futuro	Inventário Participativo da Comunidade do Morro do Carapina	entidade	- profissionais com experiência em trabalhos culturais ligados a memória social, preservação da história local e, histórico de mobilização e museu comunitário - alunos do curso de história - moradores - alunos do ensino médio - mulheres, senhoras com mais de 60 anos	“resgatar, promover e preservar a Memória Social do bairro e comunidades do entorno”	Morro do Carapina, na cidade de Governador Valadares em Minas Gerais	2012	Sim Edital Pontos de Memória 2011 Prêmio Vale para projetos de ações de memória social no ano 2021	Não
19. Instituto Boimamão Preservação e Fomento da Cultura	Armazém de Memórias- Museu Comunitário Engenho do Sertão	entidade	Equipe do acervo museológico	“elaboração do Plano Museológico do MCES, realizado em 2020, onde definiu-se que um dos objetivos da instituição era o de pesquisar, registrar e dar visibilidade ao patrimônio imaterial e material relacionado aos saberes, modos de criar e viver da comunidade.”	Bombinhas SC	2023	Sim Prêmio Elisabete Anderle/2022 – recursos do estado de Santa Catarina,	Não



7 Preservações (im)possíveis: a potência do trabalho com patrimônio cultural em licenciamentos e desastres ambientais

CARLOS E. R. GIMENES *

Quem trabalha com preservação e valorização cultural se depara com um constante problema ao atuar em reparação de danos causados por um desastre, passado ou previsto: como preservar a continuidade de elementos da cultura de um lugar diante de sua cometida ou iminente destruição?

Os direitos culturais e ambientais se entrecruzam de muitas maneiras. Neste texto, diante de empreendimentos de grande porte e desastres ambientais, são discutidos limites e potencialidades contidas no trabalho de preservação do patrimônio cultural.

Para isso, lança-se mão de alguns dos principais conceitos, legislações e reflexões acerca do tratamento do que se convencionou chamar de patrimônio cultural brasileiro no âmbito do licenciamento ambiental federal, trazendo como exemplo concreto a revisita a uma parte do trabalho de preservação realizado durante a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte no

* Graduado em Ciências Sociais pela FFLCH-USP e em Jornalismo pela PUC-SP. Especialista em Gestão e Tecnologias Ambientais pela EP-USP. Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS-USP. Membro da ABAI - Associação Brasileira de Avaliação de Impactos e da Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial. Tem experiência em contexto de avaliação de impactos ambientais e desastres minerários, grande parte dela com enfoque em patrimônio cultural e em Povos e Comunidades Tradicionais.

Pará¹. Ao final, em um exercício de convite para futuras reflexões, aponta-se para as potencialidades de outro tipo de ator, a assessoria técnica independente, que vem sendo experimentada em diversos casos de desastres ambientais.

Dada a insuficiência de proteção à “cultura”, aproxima-se de modo consciente a definição de megaprojetos como Belo Monte à de desastres. Indo aos conceitos, megaprojetos podem ser os que “transformam paisagens rápida, intencional e profundamente, de modos claramente visíveis, e requerem a aplicação coordenada de capital e poder estatal” (GELLERT e LYNCH, 2003 apud CALDARELLI, 2011, p.13). Já desastres, na concepção de Valêncio, são:

[...] acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as estratégias, rotinas e o modo de vida de uma dada coletividade. Isso implica que o desastre deve ser “considerado como uma crise social associada a um acontecimento físico devastador e a um tempo social” (VALENCIO, 2014 apud ZHOURI *et al.*, 2018, pág. 41).

Para dimensionarmos sua magnitude, Belo Monte é a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, com área total de inundação de 516 km² dividida em dois reservatórios. Instalada no rio Xingu, e sob responsabilidade da concessionária Norte Energia SA, atinge cinco municípios paraenses, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, que juntos formam o que - em um licenciamento ambiental - se convencionou chamar de Área de Influência Direta (AID), uma área “geográfica na qual são detectáveis os impactos de um projeto” (SANCHEZ, 2008, p. 461) e por isso influenciadas de maneira direta por ele, contendo em seu território a área diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento, ou seja, área em que ele está instalado. Em uma hidrelétrica, a ADA inclui os reservatórios de água e seus entornos.

1 O conteúdo aqui trazido em relação ao trabalho voltado para o patrimônio cultural na área impactada pela UHE Belo Monte aproveita do texto de dissertação de mestrado deste autor (GIMENES, 2018), salvo atualizações posteriores à publicação.

Esses municípios compõem uma região conhecida como Transxingu - território que envolve a rodovia Transamazônica (BR 230) e o rio Xingu. Seus moradores, vindos de diferentes lugares e em diferentes momentos históricos, trazem consigo elementos e saberes plurais que costumamos chamar de “culturais”, transmutados ao longo do tempo, conforme seu território e modo de vida. Migrantes, ou seus descendentes, podem trazer em hábitos um pouco de cada parada ou caminho de sua migração.

Porém, sob o discurso dominante em nossa sociedade, estão aglutinados em:

‘conhecimento tradicional’, no singular, uma miríade de diferentes regimes históricos e sociais de conhecimento tradicional, unificando o conhecimento tradicional à imagem da unificação operada historicamente no conhecimento científico. (CUNHA, 2017, p. 321-322).

Mesmo o termo “atingidos”, que tem a sua potência enquanto categoria na luta por direitos dessas pessoas, corre o risco de esconder a existência de grupos dos mais diversos, indígenas de diferentes etnias e não indígenas; de muitas profissões, como agricultores, caçadores, garimpeiros, oleiros, pescadores, professores; moradores da beira do rio, da vasta zona rural ou da zona urbana de municípios distintos. O que todos os grupos têm em comum é o impacto irreversível em seus modos de vida e, mesmo sob este ponto de vista, tal impacto é distinto para cada localidade ou comunidade e único para cada pessoa atingida.

Se já no diagnóstico equivoca-se ao homogeneizar o que é múltiplo e heterogêneo em uma região atingida, equivoca-se posteriormente nas medidas propostas a partir dele e, por fim, na tomada de decisão estatal e na ação prática a respeito das compensações necessárias para os impactos ali ocorridos.

Para apurar a afirmação do parágrafo anterior, é necessário trazer à tona informações sobre o processo em que ela se insere. Com foco no patrimônio cultural, resgata-se aqui conceitos e elementos da legislação brasileira voltados a esse patrimônio, além de dados dos programas previstos para sua esperada preservação e valorização na área atingida pela UHE Belo Monte.

Para trabalhar o conceito de patrimônio cultural, é importante identificar onde ele se localiza em um espectro maior. Parte-se então da cultura como:

um complexo unitário de pressupostos, modos de pensamento, hábitos e estilos que interagem entre si, conectados por caminhos secretos e explícitos com os arranjos práticos de uma sociedade [...]. (TRILLING apud CUNHA, 2017, p. 352).

É extensa a discussão acerca do patrimônio cultural e são diversos seus significados, desde a legitimação dos Estados-Nação, entre os séculos 18 e 19, em que a cultura e seu patrimônio aparecem ligados à identidade aos laços que unificam habitantes um território² e a exaltação de suas classes sociais dominantes e do que elas entendem por sua cultura.

Pode haver também usos do título de patrimônio por grupos excluídos pelas chaves acima e assim reivindicantes para o que defendem como seu patrimônio, “cultura”³, identidade, memória, valores, etc. (CUNHA, 2017).

No contexto aqui tratado, em um licenciamento ambiental, é o patrimônio reconhecido oficialmente pelo Estado que será levado em conta no licenciamento ambiental. Na regulamentação atual, reforçada pela Portaria Interministerial Nº 60/15⁴, apenas os bens oficialmente tombados, valorados ou registrados pelo Estado têm a proteção do poder público, ou seja, estão acautelados.

Antes dessa portaria, vigorava a 419/11, que continha a definição de acautelamento tal como a 60/15, tratando dos “bens cultu-

2 Como bem reconstitui PELEGRINI e FUNARI (2008).

3 Cunha (2017) vai trazer nessa linha conceitual a coexistência de cultura e “cultura”, uma sem e outra com aspas. Em diferenciação resumida, pode-se dizer que “cultura” seria usada como “recurso e como arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional” e cultura seria uma “rede invisível na qual estamos suspensos” (idem, p. 368). Deixa assim, entre aspas, aquilo que se fala da cultura.

4 Complementada pela Portaria IPHAN Nº 25, de 15 de junho de 2021, não discutida aqui.

rais acautelados”. Porém, permitia e exigia que a proteção ao patrimônio cultural em licenciamentos fosse expandida para “bens de interesse cultural”, que não têm definição nessa portaria, mas são apresentados no anexo a ela em um termo de referência, que direciona os planos de trabalho como uma orientação geral:

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN COMPONENTE: BENS DE INTERESSE CULTURAL
[...]

Em complementação ao diagnóstico, **independente da especificidade dos bens culturais a serem considerados nestes estudos, sejam eles protegidos ou não, deverá haver menção e avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento sobre os mesmos**. Os impactos deverão ser discriminados como: positivos ou negativos; diretos e/ou indiretos; imediatos, a médio e/ou a longo prazo; temporários ou permanentes; o seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; assim como a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

Tendo em vista os eventuais impactos detectados sobre os bens e manifestações culturais localizados na área de influência direta da atividade ou empreendimento, deverão ser indicadas as medidas de mitigação e corretivas a serem adotadas pelos responsáveis pelas atividades ou empreendimentos, bem como, devem ser previstos programas de acompanhamento e monitoramento das mesmas. [...]. (BRASIL, 2011, grifo nosso).

Por mais que fosse distinto das leis federais de acautelamento do patrimônio cultural de então, aproximava-se da visão mais abrangente sobre o assunto, presente na Constituição Federal (CF) de 1988, especialmente em seus artigos 215 e 216 (BRASIL, 1988)⁵.

5 Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).

É esse entendimento legal mais amplo de preservação, que consta na portaria 419/11, que envolveu a tomada de decisão sobre o dito patrimônio cultural da região atingida pela UHE Belo Monte.

Porém, se fosse regida pela regulamentação atual, vigente desde 2015, o trabalho de preservação do patrimônio cultural aqui abordado não existiria, pois não havia até então, na AID da usina, bens tombados, registrados ou valorados, restando apenas os estudos arqueológicos⁶.

Vale destacar que a preservação neste caso, assim como em outros empreendimentos, não foi a de possibilidade de usufruto do patrimônio como defende o artigo 215 da CF, de “pleno exercício dos direitos culturais” (BRASIL, 1988), mas apenas de registro e difusão de informações a seu respeito. Desse modo, não se garante a existência de determinado “bem de interesse cultural”, usando a terminologia legal, mas sim o mero registro em formato audiovisual e em texto científico, estes sim a serem preservados em casas de memória.

Isto posto e com a legislação em mãos, hora de entender como se constrói o entendimento do que foi de fato realizado.

Grosso modo, o licenciamento ambiental brasileiro para mega-projetos como este implica na elaboração de um vasto estudo de impacto ambiental (EIA) e seu resumo (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, ou RIMA, com texto escrito de modo mais acessível do que no EIA, para pessoas não especialistas) sobre os meios antrópico (relacionado aos seres humanos da região), biótico (fauna e flora) e físico (água, ar, terra, etc.). É com base nesse estudo que os órgãos reguladores de meio ambiente (IBAMA), patrimônio histórico e cultural (IPHAN), de comunidades indígenas (FUNAI) e quilombolas (FCP), além do Ministério da Saúde, dão o seu parecer sobre a viabilidade do projeto, sendo do IBAMA a palavra final sobre o licenciamento.

§ 1 O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]. (BRASIL, 1988).

6 Essas categorias têm garantida sua proteção enquanto “monumentos arqueológicos e pré-históricos”, conforme Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; tombamento conforme Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; registro de “bens culturais de natureza imaterial”, conforme Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e valoração dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, conforme Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

O que deve ser feito em relação aos impactos diagnosticados é organizado em um Plano Básico Ambiental (PBA), que serve de diretriz para que se elaborem e se executem os necessários planos de trabalho, caso aprovada a instalação do empreendimento.

A licença prévia para a construção da UHE Belo Monte foi concedida no dia 1º de fevereiro de 2010 e, em 6 de dezembro desse mesmo ano, foi protocolado no IPHAN o Plano de Valorização do Patrimônio⁷, composto de dois programas, o Programa de Arqueologia Preventiva e o Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural, sendo deste último que se trata aqui.

A Educação Patrimonial prevista no plano era centrada nos levantamentos arqueológicos, por mais que tenha usufruído também de parte dos resultados das pesquisas do segundo programa.

O programa que analisaremos aqui foi subdividido em dois projetos: o “9.1.1 - Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico” (aqui chamado também de “projeto de estudo 9.1.1”⁸) e o “9.1.2 - Valorização do Patrimônio Multicultural” (aqui chamado também de “projeto de valorização 9.1.2”)⁹.

A função geral desses projetos é a de compensar a perda de patrimônio sofrida pela população regional. Uma vez que a UHE Belo Monte atinge diretamente locais considerados como referências culturais daquela população, bem como dispersa comunidades que realizavam celebrações, pode interferir significativamente em ofícios e romper condições em que se possibilita a existência e transmissão de determinados saberes, os impactos da usina são considerados irreversíveis, ou seja, alterações com “dificuldade extrema de retornar à condição precedente” e permanentes, por serem alterações definitivas. Nesse sentido, tomadas previamente as possíveis medidas de prevenção, as medidas a serem executadas nesse caso não puderam ser de outra or-

7 Ver em SCIENTIA, 2012.

8 “Projeto de estudo” e “projeto de valorização” são nomenclaturas adotadas exclusivamente neste texto para fins didáticos, visando sua distinção.

9 Por conta da elaboração em separado de um componente indígena, excluiu-se deste plano propostas para essa parcela da população atingida.

dem senão compensatórias, entendendo que, no máximo de seu sucesso, compensariam “a perda de um bem” (SANCHEZ, 2008, p.463).

Foi fundamental para os pesquisadores terem nítido neste caso de que seu trabalho trataria de danos irreversíveis, mas que havia possibilidades de se compensar algo, entendendo tais medidas como possíveis, mesmo que não necessariamente suficientes¹⁰. Dados os limites, vale analisar o que foi previsto em sua execução para que se avalie em que pôde ser útil.

O projeto 9.1.1 teve caráter de estudo e documentação do patrimônio cultural regional, realizando pesquisas em acervos, entrevistas e registros em audiovisual e texto científico das referências culturais mapeadas por uma equipe multidisciplinar, formada por especialistas da arquitetura, ciências sociais, geografia, história e do audiovisual. Todo o material coletado foi disponibilizado para as ações de Educação Patrimonial¹¹; para a elaboração de um estudo etno histórico, compilado em texto científico, e para o acervo de casas de memória.

O projeto de valorização 9.1.2 consistiu basicamente na articulação com setores da sociedade ligados à cultura na região, visando sua integração com os demais projetos e a elaboração conjunta de casas de memória para abrigar o resultado dos estudos, além de dar encaminhamento a esses estudos.

A metodologia de pesquisa não foi pré-determinada pelo IPHAN. A equipe de pesquisadores optou, porém, por ter como norteadora a metodologia construída pelo Instituto em seu Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC (IPHAN, 2000). Com isso, a pesquisa em Belo Monte usufruiu de suas diretrizes, ao mesmo tempo em que se afastou de determinados métodos de registro em formulários e roteiros padronizados. Tal opção manteve a preocupação em sistematizar a parte central dos dados, ao final dos trabalhos, em fichas padronizadas tais como as do inventário, de modo que possam ser mais facilmente apropriadas em inventários futuros.

10 Vale reunir esta reflexão com a do final do texto, especialmente no que tange o princípio da precaução.

11 Apesar da prioridade do projeto de Educação Patrimonial previsto ser os bens arqueológicos, como já dito anteriormente.

O foco do INRC são as “referências culturais” e é com esse termo que o IPHAN e o licenciamento ambiental passaram a tratar o que eram, até então, bens culturais, acautelados ou não, do patrimônio imaterial.

Na pesquisa realizada na Transxingu, aproximou-se desses conceitos. Seguindo a metodologia do INRC, as referências foram categorizadas como celebrações, formas de expressão, edificações, lugares, ofícios e modos de fazer. Houve entrevistas gravadas em foto e vídeo com informantes sobre essas referências, bem como o registro audiovisual das referências em si. Além dessas, incorporou-se nesse projeto mais uma categoria, a de “História de Vida”, com registro audiovisual de entrevistas.

No âmbito dos projetos, as histórias de vida equivaleriam ao reconhecimento dos atingidos da região como detentores do conhecimento e de memórias do local, mesmo que isso não tenha implicado em reconhecimento acautelar pelo órgão federal para além da preservação dessas entrevistas em um acervo.

Concluído em 2014, o projeto de estudo 9.1.1 teve como produto a documentação em dezenas de milhares de fotografias e centenas de vídeos contendo celebrações, ofícios e formas de expressão, 156 entrevistas de história de vida, 168 edificações e 245 pontos de interesse paisagístico (que incorporam lugares de referência cultural da população atingida). Além disso, foram elaboradas fichas em padrão INRC¹² adotadas ao final dos trabalhos e um texto etnohistórico. São cerca de 6 Terabytes de dados digitais, fitas em formato MiniDv e documentos impressos, além da proposta de um site para acesso via internet de parte desse acervo. Todo esse material foi pensado, elaborado e cedido para constituição do acervo de casas de memória, que serão tratadas a seguir.

O projeto de valorização 9.1.2, voltado para a articulação com a sociedade, previa a realização de oficinas participativas¹³. Quatro de-

12 Ver mais em INRC Baixo Xingu (CALDARELLI et al, 2015). As referências culturais documentadas não são consideradas como acauteladas pelo IPHAN. Esse acautelamento teria que passar por outros procedimentos não incluídos no processo de licenciamento ambiental.

13 Outras atividades complementares ocorreram no mesmo período e nos cinco municípios. Dessas atividades surgiram, por exemplo, contribuições para os rumos da pesquisa do projeto de estudo 9.1.1.

las foram realizadas entre 2011 e 2013 – reunindo pessoas atingidas dos cinco municípios da AID da barragem, com vistas à construção de duas casas regionais de memória (CRM), em Altamira e Vitória do Xingu. Previstas nas exigências do IPHAN para a aprovação de Belo Monte, as casas abrigariam o acervo da pesquisa, bem como serviriam de espaço educativo e de fomento à cultura local. Esses momentos participativos levantaram informações que influenciaram na tomada de decisão sobre os registros de referências culturais do programa de estudo e construíram as bases e a aprovação do anteprojeto arquitetônico e do plano museológico, incluso a este o projeto expográfico, de apenas uma das casas, sediada em Altamira.

A conclusão do trabalho apenas de uma das CRM se deveu a desentendimentos da gestão municipal de Vitória do Xingu com o empreendedor, que não permitiram a instalação da segunda casa e fez com que esse empreendedor conseguisse junto ao IPHAN a desobrigação de construí-la.

Até a elaboração do anteprojeto da casa de memória, foi garantida pela equipe de consultoria a participação da população interessada. No entanto, uma vez entregue à Norte Energia, responsável pela construção, suas equipes fizeram alterações sem a busca pela aprovação das comunidades, o que levou à redução e alteração dos espaços.

Ainda assim, além de disponibilizar o acervo, as casas previram estrutura de registro audiovisual permanente, de modo que a pesquisa em relação às referências culturais e à história regional continue autonomamente para além do licenciamento. Visando a ampla participação social, a proposta inicial do plano museológico foi discutida e aprovada por participantes dos municípios e apontou para uma gestão participativa das casas por um conselho de representantes da sociedade civil e poder público. Foi em comum acordo também que a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi incensada como entidade de confiança para receber a guarda da casa e participar da gestão junto a esse conselho que, em 2024, segue sem ser implantado.

Vale acrescentar que o intervalo entre o fim do longo trabalho de articulação de partes interessadas do projeto de valorização



Diante de seu barraco, na olaria do igarapé Panelas, Osmarina de Castro Cordovil e Leopoldina Pereira de Castro, filha e mãe, compartilham suas histórias de vida e saberes sobre seu ofício. Fonte: EME, Marcelo/Scientia Consultoria 6/12/2012.

9.1.2 e a inauguração da casa foi de anos, devido aos atrasos da obra e o encerramento dessa parte do programa, o que dificultou ainda mais a rearticulação com a população. A casa tem sua fundação considerada a partir de 2017, mas com usos pontuais da estrutura ainda em transformação, até 2022, quando de fato inaugurou sua exposição permanente.

Nesse movimento espiralado de limites e potências, em que medida a realização de determinadas entrevistas e registros poderia fazer diferença na disputa de direitos das pessoas atingidas? Uma aposta foi feita por oleiras do Igarapé Panelas, em Altamira, e pela equipe de pesquisadores ali presente.

Em 2012, a categoria de trabalhadores de olarias do igarapé Panelas estava em disputa para garantir a compensação de sua perda de local de ofício, que seria alagado em definitivo no final da instalação da usina. Foi a partir dessa informação que a equipe de pesquisadores do projeto 9.1.1 de estudo organizou-se para trabalhar ali.

Lembra-se aqui que, pela regulamentação federal atual, o ofício de oleiro de Altamira e região estaria excluído do trabalho voltado ao patrimônio cultural, uma vez que não fazia parte – e ainda não faz – do rol inventariado e registrado pelo IPHAN. No contexto legal de Belo Monte, a equipe de pesquisa teve autonomia para

incluí-lo como mais um dos ofícios da Transxingu e, parte desses atingidos, como entrevistados sobre sua história de vida. Esse trabalho não garantiria em si a compensação almejada pela categoria, mas poderia ser usado na negociação e manteria, de todo modo, sua versão da história registrada.

Das entrevistas, especialmente as com mulheres oleiras, aprendeu-se muito sobre esse ofício e sua vinculação com a história regional. Aparece ali a migração de gerações anteriores, por conta das possibilidades de trabalho, como a coleta de castanha e de seringueiro, ou caça do gato maracajá para a venda de sua pele, passando até pela produção de mel e, com o passar do tempo, para trabalhos rurais diversos e, inclusive, a construção da rodovia Transamazônica.

A olaria surgiu como outra possibilidade. As margens do igarapé Ambé abrigaram o começo do ofício em Altamira, remontando o início da própria cidade. Em área adquirida pela Prelazia do Xingu, da igreja católica, foi incentivado o trabalho desses oleiros, que em troca arrendavam as terras. Sua produção contribuiu com o aumento de construções de alvenaria e a diversificação de suas técnicas construtivas.

Com o esgotamento da matéria prima dali, após décadas de exploração, outras áreas foram sendo ocupadas, como a “Área do Milico”, até alcançar o igarapé Panelas, no final da década de 1990. Do Ambé ao Panelas, muitas pessoas encontraram um ofício para aprender e ensinar a seus descendentes.

Generosas, as oleiras entrevistadas contaram e mostraram o passo a passo do processo artesanal de confecção dos tijolos, desde a extração e o tratamento do barro, a ser enformado e depois queimado em método de caieira. Artesanais são também as fôrmas de tijolos, feitas em madeira por um artesão local.

Uma das oleiras, Lia Lima da Silveira, argumenta com confiança em relação à concorrência com os produtos das cerâmicas industriais:

Esse nosso tijolo nunca cai de linha, porque ele é muito útil na nossa região para alicerce, baldrame, essas caixarias de gordura, fossas. É o mais resistente. Os tijolos de cerâmica absorvem a umidade muito rápido e esse nosso não. (GIMENES, 2018, p.107).



Sentada em tijolos queimados, sem valor comercial, Lia Lima da Silveira assiste a entrevista de suas companheiras de ofício, na olaria do igarapé Pannels. Liderança local, lutava em 2012 pela manutenção do trabalho que aprendeu com o pai. Fonte: BOR-TOLOTTI, A./Scientia Consultoria. 6/12/2012.

As pesquisas¹⁴ obtiveram essa informação sobre a preferência de uso. Se as paredes das casas mais recentes em Altamira e outros pontos da região contêm tijolos das cerâmicas, as bases de boa parte delas mantêm os tijolos de olaria.

Não por acaso, o arquiteto responsável pelo anteprojeto das casas regionais de memória, recomendou o uso desses tijolos, seja pela função prática como pela valorização da produção artesanal. No entanto, os técnicos da Norte Energia consideraram que os tijolos não teriam a qualidade necessária para suas obras.

No presente da entrevista, dezembro de 2012, oleiras e oleiros negociavam com a empresa responsável pela usina de Belo Monte, Norte Energia, meios de se manterem trabalhando. Em sua entrevista, Osmarina de Castro Cordovil, uma das oleiras, anima-se com a ideia de poder falar de sua história e a desse ofício, disposta a contar mais em um futuro ainda incerto, acreditando na potência

14 INRC Baixo Xingu (CALDARELLI et al, 2015)

de uma casa de memória então inexistente, mas que abrigará suas palavras e que prevê estar aberta para outras gravações.

Eu acredito que a nossa história, nós mesmas vamos ver daqui uns quatro anos, se não tivermos ido. E coisas que a gente lembrar, que a gente não está lembrando agora, como você falou – refere-se ao pesquisador à sua frente - a gente vai recontar novamente, completar a história e ir montando essa história pedaço por pedaço, pedaço, pedaço.... (GIMENES, 2018, p.109).

Na mesma linha de raciocínio, aborda o trabalho da olaria como um artesanato tradicional, em defesa de sua “cultura”, com aspas:

E nessa história da gente, trabalhando com esse tipo de artesanato.... Porque isso é um artesanato, isso é uma coisa que nunca vai acabar, é uma tradição cultural que não acaba nunca. (GIMENES, 2018, p.109).

Desse modo, as oleiras apostaram nos elementos que tinham à mão, ou seja, aproveitar o interesse de pesquisadores de patrimônio cultural e se defenderem como parte de uma “tradição cultural”, para assim entrarem em uma categoria que acreditam ser disputável com a Norte Energia na luta por seus direitos. Em contexto, para atingir seus objetivos

precisam se conformar às expectativas dominantes em vez de contestá-las. Precisam operar com os conhecimentos e com a cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar. (CUNHA, 2017, p. 324).

Porém, não obtiveram o resultado esperado.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2016, os “oleiros foram totalmente expropriados de seu território, foram indenizados sem direito ao lucro cessante decorrente da paralisação definitiva do seu ofício” (ROCHA, LIMA, SILVA, 2016, p.76).

A Profa. Dra. Carla Rocha, que participou dessa pesquisa, relatou posteriormente que os oleiros de Altamira

foram empurrados pela Norte Energia a terem que aceitar a indenização pela perda da atividade. O que eles – Norte Energia – propuseram de re-composição para outra área não foi aceito pelos oleiros, pois significava trabalhar semi-industrial, com barro estocado das áreas antigas, em sistema de cooperativa, e distante da cidade (...). (ROCHA, 2018).

A ideia de fundar uma cooperativa que pudesse trabalhar em outra área dividiu a opinião dos oleiros, desde a forma em que foi criada até os desdobramentos da negociação. Com isso, a maioria acabou aceitando, como solução conjunta, indenizações por terem encerrado suas atividades.

O jogo montado pela Norte Energia levou à indenização. Os oleiros, desconfiados da viabilidade da cooperativa e do sistema semi-industrial, defenderam a indenização e preferiram seguir em busca de outras atividades (agricultores, autônomos, construção civil, etc.). (ROCHA, 2018).

As olarias do igarapé Panelas não existem mais e a área hoje é de propriedade da Norte Energia.

O PBA de Belo Monte previu a construção de duas Casas de Memória para abrigar o acervo regional, concentrado em dois dos cinco municípios afetados. Por divergências entre a usina e uma das prefeituras, apenas uma casa foi construída. Ao longo da pesquisa e da articulação com os diferentes atores socioculturais da região, ficou claro que não basta o registro do patrimônio e seu armazenamento, se não houver modos da população acessar tal acervo. Por esse motivo, os participantes dos demais municípios insistiram para que fosse descentralizada a cópia desse material, de modo que os cinco pudessem tê-lo em seu território.

Mesmo que isso fosse concedido, o que não aconteceu, ainda assim não alcançaria o ápice de seu potencial enquanto registro de memória, uma vez que muitas das comunidades ali pontualmente registradas foram desagregadas sem o cuidado necessário para uma agregação posterior. A preparação e realocação comunal que deveriam ser atendidas como parte do licenciamento ambiental da usina não ocorreram por completo.

Pode-se acrescentar ainda a dúvida em relação ao acesso a esse acervo de registros do patrimônio regional, já que a população atingida habita cinco municípios e há apenas uma casa de memória, detentora do acervo, localizada em Altamira. Mesmo com a possibilidade de disponibilização de material via internet, questiona-se a viabilidade desse acesso virtual, bem como ao acervo em seu todo e ao espaço expositivo físico.

Isso também vale para a previsão da casa continuar a expansão do acervo junto da população, com novas pesquisas, permitindo que pessoas entrevistadas continuem a contar os pedaços de suas histórias. Medidas como estas poderiam ser estudadas e decididas conjuntamente pelo conselho gestor da casa, tal como foi desenhado em seu plano museológico. Sem este, cabe hoje à UFPA, que assumiu a gestão do espaço, dar continuidade no que estiver ao seu alcance.

Dentre incertezas, todo o “registro de patrimônio cultural da região” corre o risco de se tornar um acervo isolado de seus geradores e, com isso, o mero registro pode servir apenas como uma espécie de despojo de “bens culturais” dos atingidos, vencidos, exibido pelos vencedores em museus, ou casas de memória. Bens culturais atrelados, sob a lente do materialismo histórico, a um legado de horror, já que “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (BENJAMIN, 1985a, p. 225).

Poderia se perguntar qual o real valor desse patrimônio cultural documentado “se a experiência não mais o vincula” a seus antigos detentores (BENJAMIN, 1985b, p.115), uma vez que o modo de vida dos habitantes da região que ele exhibe foi em grande parte alterado de maneira irreversível.

No caso dos oleiros de Altamira, especialmente os entrevistados no igarapé Panelas, com o impedimento de continuação de seu ofício, seus registros estão descolados do contexto de sua existência e, nesse cenário, a sua história não seria mais do que os resíduos depositados na consciência dos homens pelas coisas memoráveis, mas desprovidas de experiência autêntica, isto é, política (BENJAMIN, 2012, p. 137).

Por fim, o que é relevante para registro e preservação e por quem? Os critérios que embasam a lei sob a qual é possível realizar

a pesquisa acima, bem como as diretrizes para o registro de referências culturais e até a própria definição do que é patrimônio cultural brasileiro nesse contexto são definidos pelo Estado. Especialistas podem ser consultados, bem como a população local, mas é do Estado a palavra final sobre a possibilidade de se garantir a preservação de algo, e dele também a decisão se preservação implica em mero registro antes que se destrua o bem ou em sua manutenção para dar garantias de continuidade ao seu usufruto.

A pergunta do parágrafo anterior se entrelaça a algumas das questões de Herzfeld sobre as ações de patrimonialização realizadas pelo Estado grego:

De quem é a herança e quem toma essas decisões? O Estado pode agir como um guardião para o futuro, ou essa imagem paternalista é simplesmente um disfarce para o uso descontrolado da autoridade burocrática? O que, finalmente, é história - e quem a faz? (HERZFELD, 1991, p. xii, tradução própria)

Como apresentado, no licenciamento de Belo Monte a população foi convidada a participar da pesquisa. Pesquisadores e parte dos interessados da população local interagiram de modo a refinar quais seriam os registros a serem feitos. No entanto, essa interação não aconteceu na elaboração do plano de trabalho, anterior ao início das pesquisas de campo, tampouco na definição dos critérios que levaram à decisão de se realizar gravações em vídeo de histórias de vida como forma de se registrar elementos da memória dos atingidos, ou de se fazer fotografias e vídeos de lugares da paisagem, ou o desenho de plantas das edificações, que contaram com filtro e recorte dos pesquisadores.

Os atingidos foram convidados ainda a colaborar no projeto das casas de memória que abrigariam o acervo da pesquisa. Suas demandas eram tantas que o projeto das casas se converteu em dois centros culturais polivalentes, com espaços de ensaio e apresentação para grupos folclóricos de carimbó, para formação e realização de oficinas diversas.

Aprovado em fóruns legitimados pelos participantes, o projeto foi alterado fora dali pelos responsáveis da usina e a partir de ou-

tros elementos, não apenas os de demanda e necessidade, mas os de contenção de despesas e tempo de construção, o que reduziu a proposta inicial e adaptou sua estrutura.

Portanto, esses critérios se tornaram ainda mais exóticos. Em outro contexto, assim como os Retheminiots estudados por Herzfeld, moradores da Transxingu que resolveram questionar e atuar para garantir a preservação de sua história e de elementos culturais regionais, seja por fóruns e acordos constantes do licenciamento, seja defendendo em entrevista que seu trabalho é um ofício tradicional, “acabaram jogando um jogo que não começaram e cujos termos de referência eles não controlam” (HERZFELD, 1991, p. xiv, tradução própria).

Retomando a aproximação dos conceitos de megaprojeto e desastre, eventos como a instalação de Belo Monte e o rompimento de barragem em Mariana forçam a entrada da população em jogos que também trazem semelhanças.

Em 2015, uma barragem de minério em Mariana, propriedade da Samarco Mineração S.A.¹⁵, rompeu, derramando 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos no rio Doce, percorrendo 600 km, entre Minas Gerais e Espírito Santo, até a foz do rio no Oceano Atlântico.

Isso colocou de maneira abrupta pessoas na condição de “atingidas”, experiência bem descrita por Zhouri et al (2018).

O sujeito social ‘atingido’, além de um deslocamento físico e material, experimenta, ao fim e ao cabo, um deslocamento social e cultural. Um sujeito que passa por um processo dramático de sociabilidade forçada, forjada nos processos políticos e nas demandas burocráticas que lhe são alheios. Nessa medida, as reivindicações das vítimas, transmutadas pelas racionalidades e técnicas do gerir corporativo, são tolhidas e re-codificadas nas “linguagens universalizantes da queixa e da restituição” (Das, Kleinman & Lock, 1996) que definem as formas de reparação dos danos imputados, bem como os modos de reconstrução do seu viver. (Zhouri et al 2018, p. 29).

Em 2019, não tomadas as devidas precauções, um novo rompimento aconteceu, agora em uma barragem de rejeitos em Brumadinho, também em Minas Gerais. Desta vez, é o rio Paraopeba que fica soterrado pela lama de rejeitos, que segue contaminando até o lago da represa de Três Marias. Diante do mesmo problema de Mariana, famílias de 27 municípios se veem no lugar de “sujeito social atingido”, cercadas de termos e critérios exóticos.

Se adaptando a essas condições, povos e comunidades tradicionais (PCTs) têm conseguido avançar na busca por seus direitos, como nos dois exemplos trazidos a seguir. Os indígenas da etnia Kaxixó que habitam três aldeias às margens do Rio Pará, divisa dos municípios de Martinho Campos e Pompéu, tiveram danos ao seu modo de vida e ao meio ambiente. Porém, por não estarem às margens da lama, foram inicialmente ignorados pelo processo de reparação. A chegada de outro ator foi fundamental para a mudança desse cenário. Trata-se da Assessoria Técnica Independente (ATI), neste caso realizada pelo Instituto Guaicuy.

Como o nome diz, é uma organização independente, eleita pelas comunidades e aprovada pela Justiça, que objetiva garantir às pessoas atingidas o direito à informação e assegurar sua participação informada nos processos de reparação. Sua função contribui para o princípio da equidade, em que uma grande empresa e um indivíduo atingido possam ter condições menos desiguais dentro do processo.

Com o trabalho conjunto entre o Povo Kaxixó e uma equipe multidisciplinar da ATI, essas pessoas acionaram os meios disponíveis em um processo repleto de disputas, mas onde já conquistaram acesso a alguns dos programas de reparação e seguem em luta pelos demais, com a diferença de agora serem reconhecidas como atingidas e em sua tradicionalidade enquanto indígenas.

Em outro município, Morada Nova de Minas, um povo de terreiro foi convidado a fazer parte de uma pesquisa, encomendada pela mesma ATI, sobre possíveis danos causados a PCTs pelo mesmo rompimento de barragem. Desse exercício de reflexão coletiva e com a devolutiva da pesquisa em mãos, esse grupo se organizou e passou a participar do processo de reparação.

O direito a uma ATI, garantido judicialmente no caso de Brumadinho e anos depois no de Mariana, viria a ser conquistado de maneira ampla em 2021 no estado de Minas Gerais e, apenas de 2023, a lei nº 14.775 estende esse e outros direitos a todo o país ao instituir a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e afins.

A garantia a uma ATI aparece como o direito a

[...] assessoria técnica independente, de caráter multidisciplinar, escolhida pelas comunidades atingidas, a expensas do empreendedor e sem a sua interferência, com o objetivo de orientá-las no processo de participação [...]. (BRASIL, 2023).

Ao mesmo tempo, essa lei carrega novas brechas para se disputar a proteção ao patrimônio cultural das populações, das quais destaca-se

[...] reparação pelos danos morais, individuais e coletivos, decorrentes dos transtornos sofridos em processos de remoção ou evacuação compulsórias, nos casos de emergência, que englobem: [...] **laços culturais**” [...] reconstituição dos modos de vida e das redes de relações sociais, **culturais** e econômicas (BRASIL, 2023, grifo nosso).

Das oleiras do igarapé Panelas em 2012 aos povos tradicionais atingidos em 2019, há possibilidades de avanço a partir da potência da cultura popular e do trabalho de profissionais de nossa área.

Durante um debate organizado pela Repep (2018), a arqueóloga e museóloga Dra. Camila Moraes apontou como que, por vezes, a educação patrimonial é deixada para o final dos licenciamentos ambientais, com prazos apertados e “colocada como algo menos importante”. E é a partir disso que ela explica o quanto os profissionais da área estão “em um contexto de expropriação dessas comunidades” e a eles “cabe atuar nas fissuras do sistema” (REPEP, 2018).

A atuação voltada ao patrimônio cultural como um todo e em especial a da educação patrimonial pode acontecer não apenas sob a lógica fatalista de que inevitavelmente se perde referências cul-

turais com um megaprojeto e algo pode ser feito para apenas compensar a perda. A contrapelo dessa inevitabilidade, entendendo o risco do dano irreversível, há maneiras de adotar, para além da prevenção, o princípio da precaução, tendo em vista a dinamicidade dos elementos da cultura. Profissionais com esse princípio, em uma equipe de pesquisa e educação patrimonial envolvida desde o início em situações de desastre ocorrido ou previsto, podem contribuir nesse sentido.

Em soma, se por um lado o INRC e demais acautelamentos contribuem para a qualidade dos trabalhos voltados ao patrimônio cultural em licenciamentos ambientais, por outro urge uma regulamentação que, pela precaução, dê atenção a elementos da cultura popular ainda não reconhecidos pelo Estado, que podem ser alcançados a partir de ferramentas eficazes como os Inventários Participativos, melhor abordados e com mais profundidade em outros capítulos deste livro.

Uma regulamentação ideal, enfim, precisa incluir mecanismos de garantia de uma preservação para além do mero *checklist*, para que não se musealize a cultura de maneira apartada da comunidade que a cultiva.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito da História**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a. p. 222-232. – (Obras escolhidas; v.1)

_____. **Experiência e Pobreza**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b. p. 114-119. – (Obras escolhidas; v.1).

_____. **Eduard Fuchs, colecionador e historiador**. In: O anjo da história. Organização e tradução João Barrento. Belo Horizonte, Autêntica Editora, [1937] 2012. 264 p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25 abr. 2024.

_____. **Portaria Interministerial Nº 419**, de 26 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/portaria-41911.pdf>. Acesso em 25 abr. 2024.

_____. **Lei Nº14.755**, de 15 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14755.htm. Acesso em 25 abr. 2024.

BORTOLOTTI, A./Scientia Consultoria. **[sem nome]**. 6 Dez. 2012. 1 fotografia. Acervo da Casa de Memória Transxingu/UFPA.

CALDARELLI, C. E.; GIMENES, C. E. R.; BASTOS, E.; MATOS, F.; GUERRA, G.; SOUSA, J. T. C.; GUERRA, T.; OLIVEIRA, T. P. **INRC Baixo Xingu**. Belém/São Paulo, 2015.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, [2009] 2017. 428 p.

EME, Marcelo/Scientia Consultoria. FOT.332.ALSE.2012.03.6/12/2012 **[sem nome]**. 6 Dez. 2012. 1 fotografia. Acervo da Casa de Memória Transxingu/UFPA

GIMENES, C. E. R. **... estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 156p. 2018.

HERZFELD, M. **A Place in History**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 330, 1991.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília, 2000. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em 25 abr. 2024.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 116 p.

REPEP. **Educação Patrimonial no Licenciamento Ambiental**. Youtube, 18 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7ER_zGWwXfE. Acesso em 25 de abril de 2024.

ROCHA, C. G. S. **Entrevista**. Destinatário: Carlos E R Gimenes. São Paulo, em 25 mai. 2018. mensagem eletrônica.

ROCHA C.G.S.; LIMA J. A. B.; SILVA L.C. **Impactos da Hidrelétrica Belo Monte na Atividade dos Carroceiros e Oleiros de Altamira**, Pará. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v. 03, n. 02, p. 76-98, jul./dez.2016.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p.

SCIENTIA, Plano de Trabalho Detalhado – PTD: **Projeto Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico**. Projeto de Valorização do Patrimônio Multicultural, Agosto de 2012.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. S. T; ZUCARELLI, M. C.; MAGALHÃES, M. V. **O Desastre do Rio Doce: entre políticas de reparação e a gestão das afetações**. In: Mineração: violências e resistências, um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1ª ed. Marabá: iGuana, ABA, 2018.



8 **Vala Clandestina de Perus: entre ocultações, violações de direitos humanos e lutas pela memória**

ANA CLARA VOLPI ANTONINI * e REGINA CÉLIA SOARES BORTOTO **

Uma vala clandestina em um cemitério público

Da colina onde está o Cemitério Municipal Dom Bosco, situado no bairro de Perus, zona noroeste no município de São Paulo (SP), a paisagem que se vê é o município vizinho, Caieiras. Em 1971, quando foi inaugurado, o cemitério era ainda mais distante do centro e dos principais núcleos de ocupação.

Na época da construção do cemitério, a prefeitura de São Paulo era gerida por Paulo Maluf, nomeado por determinação do general-presidente Artur da Costa e Silva. De 1964 a 1985, o Brasil estava sob uma ditadura civil-militar que impôs 21 anos de um regime

* Geógrafa e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, com pesquisas sobre urbanização, patrimônio cultural e lugares de memória relacionados à ditadura militar. É membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) e trabalha com edição e elaboração de materiais didáticos de Geografia.

** Aposentada como diretora de escola da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Participa do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus desde os anos de 1980; do Movimento Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus-Anhanguera e da Universidade Livre e Colaborativa desde 2011; da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) desde 2013; e, desde 2018, da diretoria da Associação dos Aposentados Perus, no Sindicato do Cimento, Queixadas.

pautado na supressão dos direitos civis, na perseguição das classes populares e na repressão dos opositores, resultando em graves violações de direitos humanos. Esse contexto é fundamental para a compreensão do objetivo de construção do referido cemitério e do seu uso, posteriormente conhecido, para a ocultação de corpos de pessoas enterradas como “indigentes”.

O cemitério era de gestão municipal e havia sido uma reivindicação da comunidade, que não tinha lugar para sepultamento de seus mortos. A demanda era por um cemitério em um ponto central do bairro e com bom acesso, conforme contam os moradores mais antigos. Contudo, a construção se deu em um local completamente afastado à época, sem conexão nem mesmo com a cidade vizinha. Como diziam: “só mato e uma estrada completamente isolada”. Era sabido também que o cemitério seria usado para o sepultamento dos chamados “indigentes”¹ e que no projeto era prevista a construção de um crematório, que acabou não se concretizando.

Depois de muitos anos de funcionamento, em setembro de 1990 veio a público a existência de uma vala clandestina com 1.049 ossadas humanas depositadas ilegalmente e sem qualquer identificação em uma parte do cemitério. Ou seja, além dos sepultamentos que poderiam ser reconhecidos como “regulares”, ele foi utilizado para ocultar os corpos de pessoas desaparecidas durante a ditadura, uma prática que teria sido ainda mais facilitada se o projeto do crematório tivesse seguido adiante.

Foi por causa da inscrição da letra “T” em documentos produzidos pelo Instituto Médico Legal (IML) indicando os presos políticos – pessoas consideradas “terroristas” pelas forças repressivas estatais – que o jornalista Caco Barcellos chegou à informação de que militantes contrários à ditadura tinham sido enterrados no Cemitério Dom Bosco com nomes falsos ou como indigentes, conforme declarou o chefe do cemitério, Antônio Pires Eustáquio. E mais: seus corpos foram exumados das quadras onde estavam e

1 No âmbito dos cemitérios públicos, a categoria de indigente é composta de corpos sem identificação, que não foram reclamados por ninguém ou aqueles cuja família não possui recursos para pagar o sepultamento.

depois transferidos a uma vala clandestina em 1976. Antes das descobertas do jornalista na década de 1990, alguns familiares de militantes desaparecidos na ditadura tinham se deparado com parte dessas informações ao procurarem seus entes queridos, como Gilberto Molina, que buscava seu irmão Flávio Carvalho Molina, e Suzana Keniger Lisboa, seu marido Luís Eurico Tejera Lisboa.

A reportagem produzida por Caco Barcellos trouxe o tema à tona e provocou a abertura da vala com grande cobertura midiática. Prefeita à época, Luíza Erundina se empenhou para garantir a salvaguarda e a investigação das ossadas em um momento em que o processo de redemocratização do país, iniciado em 1985, era ainda incipiente.

Poucos meses após a abertura da vala, foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo. Concluída no ano seguinte, 1991, a rápida investigação do caso foi fundamental e confirmou o uso de cemitérios públicos para a ocultação de corpos durante a ditadura civil-militar. É importante destacar que esse uso não deve ser analisado como pontual ou à margem das ações realizadas pelo poder público na ditadura. Conforme demonstrou o relatório final da Comissão Nacional da Verdade publicado em 2014, foi marcante a associação entre ações oficiais e clandestinas nos diferentes órgãos públicos durante o período ditatorial. A vala clandestina situada em um equipamento público como o Cemitério Municipal de Dom Bosco retrata, de um lado, as consequências de ações ilegais como torturas, execuções e desaparecimentos forçados por parte do aparato repressivo, e, de outro, a ocultação dessas ações por parte do mesmo Estado que as executou.

Os caminhos das ossadas e as reiteradas políticas de desaparecimento

Apesar da celeridade na realização da CPI, as dificuldades para a identificação das ossadas atravessaram décadas.

Inicialmente, os despojos resgatados da vala clandestina foram separados para análise e encaminhados para identificação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graças a essas investigações iniciais, os médicos legistas responsáveis pelo processo na

universidade identificaram entre 1991 e 1992 os restos mortais de dois militantes desaparecidos².

Porém, o processo foi paralisado pouco tempo depois. As ossadas ficaram abandonadas e em condições extremamente precárias de armazenamento. Essa situação perdurou por vários anos até que os familiares de desaparecidos conseguiram solicitar a instauração de um inquérito no Ministério Público Federal (MPF), resultando na transferência das ossadas para o IML em 2001 a fim de dar prosseguimento aos trabalhos por parte do próprio instituto e da Universidade de São Paulo (USP). A resolução, infelizmente, não foi capaz de gerar um avanço contundente nas investigações, já que apenas uma parte das ossadas foi separada para análise, enquanto a grande maioria foi armazenada no Cemitério do Araçá, mais uma vez sem condições adequadas. Entre as ossadas separadas, em 2005, foi identificado mais um militante desaparecido³ graças a uma determinação do MPF que permitiu a contratação de um laboratório particular para isso por parte da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao governo federal⁴.

Um estudo realizado entre 2012 e 2013 pela Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em associação com a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) demonstrou, novamente, a precariedade da organização e da situação das ossadas.

A falta de orçamento e de estruturas destinadas ao armazenamento e à identificação das ossadas perdurou por muitos anos. De um lado, as condições da maior parte das ossadas continuaram em processo de degradação progressiva, prejudicando sistematicamente as possibilidades de investigação e reiterando as políticas de desaparecimento. De outro, a falta de agilidade e de empenho por

2 Dênis Casemiro e Frederico Eduardo Mayr.

3 Flavio de Carvalho Molina.

4 A descrição detalhada das diferentes fases dos trabalhos e processos para a identificação das ossadas da vala de Perus até 2012 é realizada por GONZAGA, 2012.

parte do poder público exigiu a vigilância constante dos familiares, de organizações de direitos humanos e do MPF, renovando as violações praticadas pelo Estado tanto contra as pessoas sepultadas ilegalmente na vala, quanto contra os familiares que as buscavam desde seu desaparecimento.

Os relatórios das Comissões da Verdade realizadas em âmbito nacional, estadual e municipal, entre 2011 e 2016, abordaram as práticas do desaparecimento de militantes políticos e de ocultação de seus corpos. Além disso, suas recomendações elencaram uma série de medidas para o avanço das investigações com o objetivo de identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos, entregá-los aos familiares ou pessoas legitimadas e sepultá-los de forma digna, com as devidas solenidades.

Graças a esses esforços e avanços, os trabalhos de identificação foram retomados em 2014 com a criação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), por meio de um convênio entre a Unifesp, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e, dentro dele, do Grupo de Trabalho Perus (GTP), que é responsável, desde então, pela análise das ossadas. As investigações no CAAF foram iniciadas prontamente com uma equipe composta de antropólogos e arqueólogos. Sabe-se que foram identificados mais dois desaparecidos políticos entre as ossadas⁵ em 2018 e os processos de limpeza e de catalogação das mesmas foram concluídos em 2019.

Os anos de 2019 a 2023, durante o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, foram marcados por investidas contra o CAAF e, especificamente, contra o GTP, com cortes de investimentos financeiros e problemas no repasse de verbas. Entretanto, apesar dos obstáculos para a continuidade dos trabalhos durante o período, praticamente paralisados, a análise das ossadas está em vigor.

Até 2024, momento da escrita deste texto, cinco desaparecidos políticos tinham sido identificados e quarenta e um se encontram na lista de busca entre as ossadas encontradas na vala de Perus. Além deles, a investigação visa formar um banco de dados para possibilitar

5 Dimas Antônio Casemiro e Aluísio Palhano Pedreira Ferreira.

a identificação de qualquer pessoa desaparecida entre 1971, ano de inauguração do cemitério, e 1976, ano de execução da vala clandestina, que pode ter tido suas ossadas depositadas ali.

Um lugar e uma memória a serem conhecidos por todos

Em 1992, ainda durante a gestão de Luíza Erundina, foi construído um memorial em homenagem às vítimas no lugar onde foi encontrada a vala clandestina. O monumento foi projetado pelo arquiteto Ricardo Ohtake a partir da reivindicação de familiares dos desaparecidos políticos, buscando sinalizar e publicizar tanto os assassinatos ocorridos, quanto as tentativas de ocultação dos mesmos.



Memorial no local onde foi encontrada a vala clandestina de Perus, em maio de 2024.
Foto: Regina Bortoto.

No monumento, lê-se:

“Aqui os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, as vítimas da violência do Estado policial e dos esquadrões da morte e, sobretudo, os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos.”

Luíza Erundina de Souza e Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos

É possível considerar o memorial construído e outras iniciativas realizadas na vala clandestina e no bairro de Perus, debatidas a seguir, como processos de “memorialização”. De acordo com Estela Schindel, esses processos representam a forma como as sociedades recordam e elaboram seu passado, “combinando a necessidade privada e individual de homenagear as vítimas com a aspiração coletiva de narrar a história e imprimi-la no espaço público” (SCHINDEL, 2009, p. 67 – tradução livre).

Durante a gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo (2013-2016), foi criada a Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da prefeitura de São Paulo. Entre as diferentes ações realizadas por essa coordenação, foi promovida em 2015 uma intervenção, organizada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e o coletivo Perusferia Graffiti, envolvendo cem grafiteiros da comunidade e convidados que realizaram trabalhos ao longo de todo o muro externo do Cemitério Dom Bosco representando a violência de Estado. Durante a atividade, participaram também diferentes coletivos artísticos e políticos da região. Já em 2017, foi instalada uma placa com uma lista com 31 nomes e foram plantados 31 ipês homenageando militantes sepultados no cemitério durante a ditadura. Ação essa que visava atender às recomendações das comissões da verdade nacional e municipal de São Paulo, que indicavam a instalação de dispositivos de memória em cemitérios onde foram enterrados militantes políticos durante o período.

Além dessas iniciativas realizadas pelo poder público, desde a descoberta da vala clandestina no cemitério Dom Bosco em 1990, moradores e moradoras de Perus – com apoio das comunidades eclesiais de base, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Carlos Alberto Pazzini, da Associação dos Aposentados Perus e do Sindicato de Cimento Perus, entre outros –, além de educadores, educadoras e escolas do bairro vêm buscando a reparação e a preservação dessa história e dessa memória, que deixou até os dias de hoje uma ferida aberta e exposta junto com a abertura da vala.

Fundamentadas em um movimento de ação-reflexão-ação, diversas iniciativas políticas, educativas e culturais foram pensadas e realizadas para garantir o não apagamento do período de horror

dos anos de repressão resultantes do golpe civil-militar de 1964, repletos de perseguições, prisões, torturas e assassinatos.

É importante abrir um parêntese para comentar sobre a organização dos moradores e moradoras do bairro. Ela é fruto de um passado de lutas, enfrentamentos e ensinamentos dos antigos Queixadas, operários grevistas da Fábrica de Cimento Portland Perus nos anos de 1950. Esses trabalhadores, a partir do seu modo de organização e do seu fazer trabalhista e sindical, com formação permanente abrangendo também suas famílias e a comunidade local, conseguiram estabelecer um diálogo transgeracional, transmitindo valores e ideias de bem comum, de união e de "firmeza permanente"⁶.

A partir dessas referências de décadas de caminhada e de mobilização dos Queixadas, diferentes grupos organizados de Perus buscam não só melhorar a qualidade de vida da população do bairro, como também seguem em contínua formação e produção de conhecimento para compreender, apreender e lutar contra o sistema capitalista de exploração e exclusão. Em 2012, surgiu no bairro um movimento social organizado conhecido como Movimento do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus/Anhanguera (TICP-JPA), atingindo também os distritos de Anhanguera e Jaraguá. O movimento é composto por diversos coletivos culturais, escolas e grupos organizados da região, e se alicerça nos princípios dos Queixadas, juntamente com os da "espiral da sensibilidade e do conhecimento"⁷.

Considerando o cemitério como um lugar integrante da identidade de Perus e da região atualmente, o Movimento TICP-JPA,

6 O princípio da firmeza permanente do movimento dos Queixadas e que ainda hoje é marcante no bairro é apoiado na não-violência ativa, vivida e defendida principalmente por Mahatma Gandhi e por Martin Luther King, nos valores cristãos e na cultura política da luta e da resistência em defesa dos direitos básicos dos seres humanos.

7 O princípio da "espiral da sensibilidade e do conhecimento" foi elaborado em 2002 pelo professor Euler Sandeville, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU/USP), e pelo Núcleo de Estudo da Paisagem, Labcidade, também da FAU/USP. É pautado pela construção do conhecimento e pelas relações de afetividade, na vivência ética e estética, por meio de experiências e partilhas criativas.

junto com outros coletivos e familiares, vem lutando há anos pela construção de um Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Cemitério Dom Bosco. A reivindicação pleiteia um espaço amplo que possibilite o armazenamento adequado das ossadas após a finalização dos trabalhos de investigação e a realização de diferentes atividades culturais e pedagógicas, visando a ressignificação do luto dos familiares atingidos e da própria comunidade, o enfrentamento do autoritarismo e a consolidação da democracia. Além disso, defende a manutenção e a preservação do memorial já existente. Vale enfatizar que a construção de um novo Memorial deverá servir não somente para prestar respeito e homenagens aos mortos ali sepultados e ocultados, mas também como um espaço de formação permanente e de atividades relacionadas à memória e história de um tempo sombrio.

O movimento considera que esse lugar representa um período vivido pelo povo brasileiro associado a um projeto de país que não deve se repetir sob hipótese alguma. Portanto, ele precisa ser preservado para lembrar que o “fantasma” da ditadura continua a pairar e a assombrar a sociedade brasileira, podendo retornar em qualquer momento de descuido da defesa da democracia, da transparência, da dignidade humana e da vida. Assim, mantém os Direitos Humanos sempre em pauta, pois os encara como a base para a (re)construção permanente das relações sociais na comunidade de Perus quando de fato se pretendem mudanças estruturais visando justiça e dignidade para todos.

Nesse contexto, o Movimento TICP-JPA reivindica que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recomponha a CEMDP (extinta nos últimos dias de governo de Jair Bolsonaro em 2022), que junto a outras instâncias do poder público e à Unifesp, possibilitaria a conclusão do trabalho de identificação completa das ossadas da vala.

Em sintonia com os familiares dos desaparecidos políticos e outras organizações de direitos humanos, o Movimento TICP-JPA considera esse trabalho de indiscutível relevância técnico-científica, política e social, além de ser a justa maneira de propiciar a reparação histórica e um destino digno para os remanescentes ósseos

da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco. Mais recentemente, também tem lutado junto com a Unifesp contra os cortes de recursos financeiros para execução dos trabalhos de identificação das ossadas e permanece atento para evitar a designação dessas ossadas para locais inapropriados.

Outra forma de manter essa memória viva é o trabalho que o Movimento TICP-JPA faz envolvendo arte e educação, considerando que contar essa história requer estratégias não só para conhecê-la, mas também para sensibilizar as pessoas sobre a necessidade de fortalecer a democracia e, conseqüentemente, insistir na ideia de que “ditadura nunca mais”. Em cooperação com diversos educadores, escolas e grupos educativos como o Coletivo Noroeste Paulo Freire, o movimento coloca o sítio arqueológico da vala clandestina como um tema transversal que permeia o Projeto Político Pedagógico de muitos equipamentos de ensino, construindo um currículo vivo e significativo para os e as estudantes.

Há também que se destacar a atuação de grupos de arte como o Pandora, de cinema e teatro, que aborda as histórias e memórias do bairro. Um excelente exemplo é a peça “Relicário de Concreto”, trabalho que traz a história dos antigos operários da Fábrica de Cimento Portland Perus e suas greves, numa complexa rede de relações entre queixadas e pelegos. Da mesma forma, merece destaque o espetáculo “Comum”, inspirado na descoberta da vala clandestina do cemitério Dom Bosco, tratando das reminiscências da dita-



Familiares de desaparecidos políticos e público geral na estreia do espetáculo “COMUM” do Grupo Pandora de Teatro em julho de 2018. Foto: Douglas Mendes.

dura militar e sensibilizando fortemente o público com o tema que entrelaça épocas distintas, as décadas de 1970 e 1990, com uma jovem buscando informações sobre o desaparecimento de seus pais, evidenciando causas e consequências.

Outro trabalho desenvolvido no bairro de Perus é a trilha de aprendizagem “Ditadura Nunca Mais”, oferecida pelo Museu Territorial Tekoa Jopo’í e realizada pela Comunidade Cultural Quilombaque. Seu objetivo é apoiar o trabalho de identificação das osadas a partir do contato dos visitantes com o “cenário” histórico da época, percorrendo o lugar onde foi encontrada a vala clandestina e refletindo sobre o regime militar. Conforme seus organizadores afirmam no site:

“Eles pensaram que era só queimar a apagar as histórias, mas estamos aqui para provar que a verdade e a justiça precisam prevalecer. As osadas são vidas de pessoas que chegaram ao fim e foram escondidas em uma vala clandestina. O absurdo disso é imensurável. E fazermos a história se manter viva, é uma forma de honrarmos aqueles que sofreram e morreram em prol da liberdade”.

MUSEU TERRITORIAL TEKOA JOPO’Í. *Trilha Ditadura Nunca Mais*, s.d.⁸.

Vale mencionar que a narrativa dessa trilha passa também pela reflexão das questões do genocídio da juventude pobre, preta e periférica, assim como, à época, a atuação do esquadrão da morte nas periferias. A fim de aprimorar tais trilhas educativas, a Comunidade Quilombaque criou a Agência Queixadas de Desenvolvimento Eco Cultural e Turístico, que atua no âmbito do turismo de resistência cultural e social, propondo diálogos, por meio da articulação de movimentos sociais, recuperando as histórias e memórias da região e divulgando as lutas do território. Dessa forma, as trilhas têm um papel fundamental ao guiar grupos de escolas, instituições e diferentes entidades por lugares como a vala clandestina, a antiga Fábrica de Cimento Portland Perus, a Ferrovia Perus-Pirapora, o

8 Disponível em: <https://museutekoajopoi.com.br/trilhas/ditadura-nunca-mais/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) Irmã Alberta, a aldeia indígena guarani do Jaraguá etc.

Existem também os grupos de grafiteiros que, quando autorizados e em parcerias com escolas e outros grupos, utilizam o extenso muro do cemitério Dom Bosco como suporte para ilustrações que representam o período sombrio da ditadura civil-militar do Brasil.

Memórias sob ataque

Apesar das diferentes iniciativas apresentadas anteriormente, a memória em torno da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco é objeto de uma série de disputas.

Em 2013, quando as ossadas ainda estavam armazenadas no Cemitério do Araçá, foi realizada uma intervenção artística por Celso Sim e Ana Ferrari, com apoio da prefeitura. O totem e os painéis instalados pelos artistas foram destruídos antes mesmo da inauguração da obra.

Recentemente, com a privatização dos cemitérios da cidade de São Paulo encampada pelo prefeito Ricardo Nunes em 2023, as tentativas de apagamento da memória são constantes. Uma ação que marcou essa gestão foi a pintura do muro externo com tinta branca, apagando os grafites que tinham sido feitos em 2015.

Outro descaso é o descumprimento do acordo realizado na Justiça em determinação da Lei nº 17.180, de 25 de setembro de 2019, no qual a prefeitura de São Paulo deveria garantir um contrato de concessão para a construção do Memorial com o objetivo de dar continuidade nos trabalhos de identificação e assegurar a futura preservação das ossadas, além de criar uma comissão para consolidar suas diretrizes e a manutenção do mesmo. O processo de privatização também contribuiu para distanciar ainda mais a prefeitura da criação do Memorial, reivindicado pela comunidade do bairro por causa das constantes mudanças de projeto e das comissões responsáveis pela sua execução diante da extinção do Serviço Funerário Municipal.

Todas essas dificuldades retratam uma ferida ainda aberta mesmo após mais de trinta anos da descoberta da vala. Ferida essa

sentida, por exemplo, pela falta de pedidos oficiais de desculpas por parte da União e do Estado de São Paulo aos familiares e à toda a sociedade brasileira, reconhecendo as violências praticadas e a atuação ilícita em relação à ocultação de corpos e à posterior identificação dos remanescentes ósseos.

Firmeza Permanente contra a ocultação da violência de Estado

Para muitos defensores da ditadura, a vala clandestina de Perus jamais deveria ter sido aberta, mantendo ocultos corpos de pessoas desaparecidas e escondendo a violência de Estado em um período marcado por perseguições, prisões, torturas, censuras e assassinatos. Porém, graças à sua descoberta e à coragem em denunciar as ações praticadas durante a ditadura civil-militar, abriu-se um debate que atravessa diferentes tempos e sujeitos sociais. Sujeitos esses que foram (e são ainda hoje) capazes de suportar suas dores pessoais para conquistar o direito de contar a sua versão dessa história e defender suas memórias em face dos diferentes processos de apagamento a que estão constantemente submetidos. É preciso, como ensinaram os Queixadas, firmeza permanente.

Diante disso, seria possível afirmar que a vala comum de Perus, aberta e preservada, possibilita um significativo processo educativo e de elaboração de memória porque explicita e continua a denunciar a violência de Estado a partir das ações nela realizadas.

Da brutalidade do Estado ao executar pessoas e ocultar seus corpos à covardia do silêncio para acobertar a participação dos autores desses atos, é reiterado o sofrimento das famílias que não puderam e ainda não podem viver seu luto.

As tentativas de apagamento dessas memórias, além de escreverem uma história enviesada e mal contada, provocam consequências não só para os familiares, mas para toda a sociedade brasileira.

É exatamente no movimento oposto a esse apagamento que atuam as iniciativas de memorialização realizadas no bairro de Perus ao reconhecerem a vala clandestina como um “lugar de me-

mória”⁹ fundamental para a história daquela comunidade e da sociedade brasileira como um todo. As ações atuais da comunidade buscam explicitar e lidar com a responsabilização do Estado e questionam violência estatal ainda hoje, em um processo de educação e de memória que pode ser visto como uma ferramenta fundamental de transformação. A todo momento em que se diz “ditadura nunca mais”, se reforça a luta por uma sociedade democrática, transparente e de direitos.

Referências bibliográficas

ANTONINI, Anaclara Volpi. *Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08032017-145519/pt-br.php>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final*. Brasília: CNV, 2014a. v. I, II; III. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 16 abr. 2024.

HATTORI, Márcia; SOUZA, Rafael; TAUHYL, Ana; ALBERTO, Luana. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. *Revista do Arquivo*, n. 2, 2016. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/232/195. Acesso em: 16 abr. 2024.

MUSEU TERRITORIAL TEKOA JOPO’Í. *Trilha Ditadura Nunca Mais*. Disponível em: <https://museutekoajopoi.com.br/trilhas/ditadura-nunca-mais/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar*. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

9 Lugares de memória são aqueles que recebem importância para as memórias individuais e coletivas de diferentes grupos sociais. O conceito foi formulado inicialmente pelo historiador Pierre Nora para tratar de lugares nos quais a memória de uma sociedade se “cristaliza” ou se “refugia”.

PROGRAMA Lugares da Memória. *Cemitério Dom Bosco e Vala de Perus*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*. Relatório final. São Paulo: ALESP, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. *Política y Cultura*. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, n. 31, p. 65-87, 2009.

SOARES, I. V. P.; QUINALHA, R. H. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10, p. 75-86, jun./2011.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012.

VALA clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado na história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. Vários autores.

VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus: uma biografia*. Portal Memórias da Ditadura, 2020. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia/>. Acesso em: 16 abr. 2024.



9 Entre a realidade, o imaginário e o esquecimento: como preservar a memória operária no bairro de Perus?

PATRÍCIA BARBOSA* e SHEILA MOREIRA**

Perus, uma Macondo no Noroeste paulistano

Localizado na área Noroeste da cidade de São Paulo, o bairro de Perus é conhecido por seu histórico de lutas populares e pela articulação de seus coletivos culturais. Para entender a realidade de Perus é preciso voltar ao passado e revisitar as transformações pelas quais o bairro passou ao longo dos anos e, também, de que forma tais mudanças impactaram, e ainda impactam, a comunidade local.

Até o início do século XX, a região era predominantemente rural, ocupada por fazendas e sítios que eram propriedades de famílias mais abastadas economicamente e que, ainda nomeiam ruas das principais ruas e avenidas do bairro.

* É pós-graduada em Urbanismo Social - Gestão Urbana, Políticas Públicas e Sociedade pelo Insper e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua, desde 2014, no território de Perus, especialmente no campo da memória social e do patrimônio histórico. É uma das idealizadoras do Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza.

** É jornalista pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e pós-graduada em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Moradora de Perus, é uma das fundadoras do Centro de Memória Queixadas. É neta de Sebastião Silva de Souza, que dá nome ao CMQ.

Em 1856, o Registro Paroquial de Nossa Senhora do Ó assinalava dezesete proprietários de terras no “Bairro do Ajuá”. Em 1867 - ano de inauguração da Estação de “os Perus” da São Paulo Railway - os grandes proprietários eram o Coronel Luiz Alves de Almeida e os senhores Antonio Francisco de Aguiar e Castro, Candido da Cunha Brito (dono das fazendas Santa Fé e Itaberaba com 1300 alqueires), Hedwiges Dias de Oliveira e Jesuino Afonso de Camargo. O acesso facilitou a vinda de novos proprietários nas décadas seguintes: Antonio Maia, Di Sandro, Achilles Fanton, Ernesto Bottoni, Narciso Cagnassi, Leonardo Correia, Julio de Oliveira, Demetrio Vidal Lopes, Pascoale Peciccacco, Vasco Gazzo, Peregrino Lage, Pedro Albano, Joaquim Serpal, Sylvio de Campos e respectivos núcleos familiares. Tais são as famílias “pioneiras” da localidade cujos nomes, em sua maioria, estão estampados em placas de ruas e avenidas de Perus. (SIQUEIRA, 2001, p. 21).

A partir de 1926, com a inauguração da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP), pioneira na indústria cimenteira no país, às margens da Estrada de Ferro Perus Pirapora, Perus passou a ter características industriais e operárias. Neste contexto, a vida cotidiana no bairro passou a operar praticamente toda em torno das atividades da fábrica de cimento.

Assim como a imaginária Macondo¹, em *Cem Anos de Solidão* (Gabriel Garcia Márques), é ponto de partida para a saga de sucessivas gerações da família Buendía, a Fábrica de Cimento, hoje desativada, guarda memórias de muitas famílias, atravessando gerações.

1 O livro *Cem Anos de Solidão*, lançado em 1967 e escrito por Gabriel Garcia Márquez, conta a história da cidade de Macondo e a dos descendentes de seu fundador, José Arcadio Buendía, durante um século. Em Macondo, o mágico se mistura ao cotidiano, como uma peste de insônia que acaba por provocar uma segunda peste, a de esquecimento, causando perda de memórias nos habitantes da aldeia. Em meio aos acontecimentos sobrenaturais acontecem fatos históricos reais como a Guerra dos Mil Dias, conflito civil histórico entre liberais e conservadores colombianos, e os massacres de trabalhadores das companhias bananeiras. Desta forma, é possível notar o uso político da memória e do esquecimento, sobretudo em processos de apagamento do passado. Assim como em Perus, no enredo do livro, o pensamento crítico viabiliza o resgate e a preservação de memórias transgeracionais, além do histórico de luta e resistência popular.

Afinal, o empreendimento não transformou somente as características do bairro, mas todo o modo de vida posto em prática na região. E as semelhanças com a Macondo não param: assim como na aldeia de Gabriel García Márquez, a história da Fábrica e de seus trabalhadores é marcada pela militância política, pela disputa de narrativas e pelo risco de esquecimento/apagamento histórico².

Nas vilas operárias criadas no perímetro do complexo fabril viviam famílias de trabalhadores de diferentes origens, todas atraídas pelas oportunidades que um emprego na indústria oferecia na época. Além de três vilas – Vila Triângulo, Vila Portland e Vila Fábrica – também existia um alojamento dedicado aos operários solteiros. A mais famosa entre as vilas é a Triângulo, sempre lembrada de forma muito saudosa por antigos moradores, sobretudo por aqueles que passaram a infância, ou parte dela, por lá. As memórias sobre a Vila Triângulo são tão vivas e cheias de detalhes que chegam a mexer com o imaginário, muitas vezes, beirando o realismo fantástico de Gabriel García Márquez em *Cem Anos de Solidão*, tornando o lugar uma Macondo. Na Vila Portland, o perfil dos moradores era outro, ali moravam os trabalhadores com maior qualificação técnica, como engenheiros e químicos. Sobre a Vila Fábrica, existem poucos relatos, inclusive, chega a parecer que a riqueza das memórias das outras vilas, de certa forma, colabora com o apagamento destas memórias.

Para os moradores das vilas operárias, sobretudo da Triângulo, a vida era tão completa ali dentro - com comércio local, as famosas “vendinhas”, restaurante, campo de futebol e atendimento médico - que quando havia a necessidade de sair, eles costumavam dizer

2 A greve ocorreu depois do massacre dos operários da companhia norte-americana United Fruit, em 1928, na cidade de Arataca, em Santa Marta, Colômbia. Os trabalhadores das plantações de banana reivindicavam contratos escritos, oito horas de trabalho diárias, uma folga por semana e a eliminação do sistema de cupons de comida. O episódio, que ficou conhecido como o *Massacre da Bananeiras*, inspirou Gabriel García Márquez a incluir em sua obra uma chacina, onde foram mortos 300 mil funcionários de uma indústria bananeira. No enredo, o personagem José Arcadio Buendía, já idoso, se lembra de ter testemunhado a chacina, mas todos ignoram as suas memórias, que tendem a cair no esquecimento.

que precisavam ir para Perus. Lazer também não faltava: dentro do complexo da fábrica existia o Caramanchão, muito frequentado por moradores locais e, também, pelos de fora. Além de brinquedos para as crianças, como balanças de ferro, no Caramanchão³ havia um salão de festas, onde aconteciam grandes bailes, com bandas e orquestras importantes da época. A Capela de São José Operário - hoje em ruínas - também marcou bastante o cotidiano dos moradores. No entanto, com o crescimento da Fábrica, que se tornou o maior complexo cimenteiro do Brasil, as vilas não foram suficientes para abrigar grande parte dos trabalhadores, que passaram a viver em loteamentos fora do complexo industrial, dando origem a outras vilas, como a Operária e a Hungareza.

Por esses motivos, lidar com a memória da Fábrica e, sobretudo, de seus trabalhadores é mergulhar em diferentes dimensões históricas, sociais e políticas.

A história contra-hegemônica: o surgimento dos Queixadas

De acordo com Crochik (2018, p.30), “é possível afirmar que Perus, enquanto um espaço de representação, está diretamente relacionado com lutas sindicais e sociais”. E, a Fábrica de Cimento está de forma direta e indireta, ligada à grande parte dos movimentos populares que aconteceram e ainda acontecem no bairro. De 1926, ano de sua inauguração, até 1951, sob gestão da companhia canadense Drysdale & Pease, a empresa não enfrentou grandes proble-

3 Segundo relatos de antigos moradores da Vila Triângulo, o espaço foi idealizado pelo senhor Manoel Gaspar, que era arrendatário do restaurante da Fábrica de Cimento. Por conta da nacionalidade portuguesa de Manuel, o espaço também era conhecido como ‘Caramanchão do Português’. No princípio, o lugar contava com apenas um coreto, mas depois recebeu um grande caramanchão. Também havia um grande lago para criação de peixes, que foi represado por Manuel e alguns trabalhadores da fábrica com pedras que não foram utilizadas na produção do cimento. Muitos moradores de Perus ainda se emocionam ao lembrarem de suas infâncias no Caramanchão, um lugar de muitas memórias e de confraternização.

mas. É a partir da aquisição pelo empresário José João Abdalla⁴ que mudanças de grande amplitude começam acontecer.

As mudanças foram radicais. Quando tratam das opiniões dos operários, todos os textos consultados são unânimes em apontar que, no seio da mão de obra empregada, ficou a lembrança do período canadense se não como um paraíso, pelo menos como marcado por um estilo de gestão mais próximo de se aceitar como correto e coerente. (SIQUEIRA, 2001, p.78).

Ainda conforme relatos de antigos operários, a administração canadense é lembrada pelo zelo que tinha com os equipamentos, realizando manutenções preventivas para evitar qualquer tipo de defeito ou acidentes. Na “era Abdalla”, as reclamações eram constantes entre os funcionários, que chegaram a presenciar acidentes e a desativação de equipamentos filtrantes do “Forno 4”, que passou a lançar pó de cimento⁵ no ar, levando poluição para todo o bairro. Neste contexto, no ano de 1958, acontece a primeira greve geral dos funcionários do maior complexo cimenteiro do país. Em outubro daquele ano, os funcionários da Perus (e de outras quatro fábricas do estado de São Paulo) teriam um dissídio de 30%. Porém, os operários foram alertados de que as empresas anunciaram um aumento no preço do cimento por conta do reajuste salarial concedido.

Na visão dos operários, o aumento no preço do cimento parecia algo descabido. Fizeram as contas e perceberam que o produto teria o preço elevado em sete vezes. Desta forma, com os patrões lucrando mais, passaram a exigir 40% de reajuste e tiveram o pedido negado pelo Grupo Abdalla. Foi quando propuseram o aceite dos 30%, desde que o cimento não subisse mais do que 1/7 do pre-

4 Verbetes disponíveis em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/jose-joao-abdalla/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&search=abdalla&pos=8&source_list=collection&ref=%2F

5 Verbetes disponíveis em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/po-de-cimento/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=7&source_list=collection&ref=%2F

tendido. Diante deste impasse, eclodiu a greve que foi julgada irregular pelo Tribunal Regional do Trabalho somente 35 dias após o seu início. Mesmo após o julgamento, os operários da Perus optaram pela continuidade da paralisação até a próxima apreciação jurídica, o que demoraria mais dois ou três meses, uma situação insustentável para o Grupo Abdalla. Frente a toda essa resistência operária, surgiu o apelido Queixadas:

Nelson Coutinho, advogado amigo, velho caçador, sentindo a inquebrantável resistência dos grevistas, exclamou numa Assembleia:

– Vocês parecem “queixadas”.

Alguém aparteou:

– Que é queixada?

– É o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada – , enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado. Vocês estão dando um exemplo de unidade semelhante ao queixada. “Queixada” que enfrenta o tubarão. (JESUS, 1992, p.31).

Ao final de todo o processo grevista foram assegurados aos Queixadas o reajuste de 40%, o retorno ao serviço de todos os grevistas, pagamento dos dias de greve e a volta ao trabalho de Gino Rezaghi, secretário do sindicato demitido por razões políticas antes da paralisação.

O Movimento Queixada e a greve que não está nos livros

Embora as demandas da greve de 1958 tenham sido asseguradas aos Queixadas, o período de 1959 a 1962 foi de muitas reivindicações, que acabaram culminando em mais uma paralisação dos funcionários. Atrasos frequentes nos salários, o desalinhamento de reajuste da folha de pagamento em relação a outras fábricas de cimento e a demissão de funcionários com nove anos de casa - antes que se tornassem estáveis ao completarem uma década de trabalho



Queixadas em assembleia na década de 1960. As assembleias eram eventos familiares, nos quais mulheres e crianças também participavam. Por isso, eram chamadas de “Assembleias da Família”. Fonte: Centro de Memória Queixada/[Fundo Mário Carvalho de Jesus](#).

na companhia – foram apenas alguns dos motivos que levaram os Queixadas a agir contra essa realidade. Inclusive, juntos, em sistema de mutirão, construíram a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo⁶.

Neste contexto, em 14 de março de 1962, foi iniciado um movimento grevista⁷ que se estendeu até 1969, atravessando anos de repressão da ditadura militar. Inicialmente, o movimento reuniu 3500 trabalhadores, de quatro diferentes sindicatos (Alimentação de Pirajuí, Têxteis de Jundiaí, Papel e Papelão de São Paulo e os

6 Verbetes disponíveis em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/sindicato-dos-trabalhadores-na-industria-do-cimento-cal-e-gesso-de-sao-paulo/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&paged=3&pos=31&source_list=collection&ref=%2F

7 Saiba mais sobre a Greve de 7 anos em https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/greve-de-7-anos/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&paged=3&pos=29&source_list=collection&ref=%2F

Queixadas de Perus) que lutavam pelo atendimento de demandas não atendidas pelo grupo de J.J. Abdalla, que além de empresário do setor industrial, também tinha grandes negócios nos setores bancário e agropecuário. Portanto, era uma figura bastante reconhecida, inclusive politicamente, o que lhe dava certas vantagens. Foram sete anos de greve período no qual os Queixadas foram aconselhados a tirar outra carteira de trabalho.

Durante os sete anos de greve, os trabalhadores fizeram diversas campanhas para angariar fundos, atividades que envolviam mulheres e filhos. As mulheres dos grevistas organizaram também uma cooperativa de costura para cobrir a ausência dos salários. Além disso, os Queixadas receberam recursos de algumas autoridades que eram simpáticas à causa dos trabalhadores. Vale assinalar que o estilo de luta desses operários sensibilizou a opinião pública da época, que passou a apoiá-los. Esse período, em contrapartida, foi de grande repressão por parte do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e da polícia. O DOPS, como forma de intimidação, realizava várias “visitas” à casa dos operários (PAOLI, 1992)⁸. Com o golpe militar de 1964, o Sindicato dos Queixadas foi um dos primeiros a ficar sob intervenção e seus dirigentes sofreram inquéritos e prisões. (ANSARA, 2009, p. 246).

Julgada muitas vezes, a Greve de 7 anos chega ao fim em 1969. Apenas os operários estáveis - cerca 501, foram reintegrados ao trabalho e tiveram os salários referentes a 2448 dias de paralisação pagos. Cerca de 300 trabalhadores não estáveis, ou seja, com menos de 10 anos de empresa, não foram beneficiados de forma alguma. Com Abdalla com seus bens confiscados, os Queixadas estáveis receberam os salários retroativos apenas em 1975, quando a União realizou os pagamentos.

Embora essa seja a maior greve já registrada na história sindical brasileira, ela não é encontrada nos livros didáticos que, no ge-

8 PAOLI, M. C. Memória, História e cidadania: o direito ao passado. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico, 1992 *apud* ANSARA (2019).

ral, costumam apresentar narrativas hegemônicas. E no território, muito além das páginas dos livros, como essa questão é tratada? Para responder essa pergunta é preciso refletir também sobre o lugar que o Movimento Queixada habita na memória e no imaginário da comunidade local.

Os queixadas na memória e no imaginário social

Assim como as histórias da família Buendía, em *Cem Anos de Solidão*, os feitos dos Queixadas atravessam gerações e se ressignificam ao longo do tempo. Porém, eles recebem tratativas diferentes em relação à memória, visto que toda história apresenta, no mínimo duas versões, dos dois lados que estão tensionados. Também faz parte da memória operária do bairro dar escuta às famílias dos operários que não apoiaram a greve, chamados de pelegos. São memórias individuais que compõem um coletivo e acabam, por muitas vezes, justificando as escolhas feitas pelos operários. Isso possibilita o entendimento sobre quais memórias estamos ativando e onde elas estão no imaginário social⁹.

A atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior da pessoa, porque esta experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia. Quanto mais rica a experiência da pessoa, mais material está disponível para imaginação dela. (VYGOTSKI, 1996, p. 22).

Desta forma, o imaginário social ou coletivo precede a interação entre os membros de um determinado grupo. De acordo com Vygotsky (1996), a imaginação se transforma de acordo com a experiência do indivíduo, já que a partir da narração ou descrição feitas por outra pessoa, “ele pode imaginar o que não viu, o que não vivenciou diretamente em suas experiências pessoais”. Hoje, mais de 60 anos depois da Greve de 7 anos, são filhos e netos de Quei-

9 O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos.

xadas, pesquisadores e membros da comunidade local que perpassam essas narrativas adiante, de acordo com as suas experiências anteriores, o que, sem dúvidas, traz uma carga de subjetividade.

Lidar com histórias baseadas na oralidade é, com certeza, uma forma de preservar e difundir memórias. No entanto, é preciso registrá-las para que não se percam e possam nos ajudar, no presente, a compreender as narrativas que nos envolvem, além de atender às gerações futuras. Por isso, a ideia de criar um centro de memória do trabalhador, proposta por [Mário Carvalho de Jesus](#)¹⁰, advogado dos Queixadas, ainda na década de 1970, é tão importante e se fez cada vez mais atual e necessária com o passar dos anos. Afinal, é preciso, por meio da tomada do protagonismo das lutas acontecidas do território, evitar o apagamento e silenciamento de memórias que vão contra as estruturas normativas de poder.

Os desafios de preservar memórias operárias e periféricas

O que esperar de um centro de memória não normativo, baseado na Museologia Decolonial¹¹ e na Sociomuseologia¹², localizado na periferia da cidade de São Paulo? Espera-se, minimamente, que ele tenha uma identidade própria, com redução do abismo entre teoria e prática, mesclando novas funcionalidades que atendam às demandas e às narrativas locais.

A ideia de que os centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca e museu – e que extraem dessa mistura novas funcionalidades – não se esgota no inventário de suas afinidades e diferenças. É preciso verificar até que ponto constituem um espaço institucional realmente novo,

10 Verbetes disponíveis em <https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/mario-carvalho-de-jesus/>

11 Reflexões sobre a necessidade de repensar as práticas museológicas a partir de uma perspectiva decolonial, considerando outras vozes e histórias.

12 Relação entre os museus e a sociedade, destacando a importância de tornar os espaços museológicos mais acessíveis e engajados com a comunidade.

o que implica verificar também em que medida seu aparecimento, no âmbito das organizações, reflete as profundas alterações ocorridas no mundo contemporâneo. CAMARGO; GOULART. 2015).

Processos museológicos comunitários: um breve histórico do centro de memória queixadas

O Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza (CMQ) foi inaugurado oficialmente em 2022 após três anos de trabalho. O CMQ está instalado em uma das três salas da Biblioteca Municipal Padre José de Anchieta, localizada na Rua Antonio Maia, 631, Perus, São Paulo. Sua execução e manutenção são protagonizadas pela comunidade local. Em um primeiro momento, a iniciativa foi viabilizada pela Lei Fomento à Periferia da Prefeitura de São Paulo, mas ela é fruto de um longo processo de lutas (que atravessaram décadas desde o fim da Greve de 7 Anos) , como já mencionado anteriormente.



Embora inaugurado em 2022, o Centro de Memória é uma demanda bastante antiga do Movimento Queixada, que anteviu a necessidade defender a memória operária do bairro ainda na década de 1970. Fonte: Centro de Memória Queixada.

O espaço foi inaugurado em um ano simbólico, 2022, quando foram celebrados os 60 anos da greve que se iniciou em 1962. Além disso, também foi lembrado os 30 anos do tombamento da Fábrica, em 1992, sob o mandato da então prefeita Luiza Erundina. A conquista do CMQ é um marco não só para o Movimento Queixada, mas também para o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento¹³, que há décadas vem lutando pelo uso público do antigo empreendimento, que hoje se encontra em ruínas. Neste contexto, o centro de memória inicia uma caminhada para a sistematização da preservação deste patrimônio, o qual se materializa em uma série de documentos físicos e digitais, de diversas naturezas e origens.

Após a inauguração, com a realização de estudos, o grupo gestor (atualmente composto por seis mulheres) identificou a possibilidade de transformar o Centro de Memória em um museu, visto que possui acervo museológico e se enquadra na lógica de museus comunitários. Por isso, foi proposto, junto ao PROAC - Programa de Ação Cultural de São Paulo, ano de 2022, o desenvolvimento de um plano museológico, que seria um importante passo para a institucionalização do CMQ e, também, uma forma de alcançar a sustentabilidade do espaço, que ainda hoje não conta com recursos financeiros contínuos.

O Centro de Memória Queixadas se projeta como um espaço de educação não formal, que visa propagar as narrativas da comunidade local, assim como de movimentos sociais locais e seus protagonistas. Ele está inserido em um território em que aconteceram as primeiras manifestações de cunho social, que hoje constituem um acervo totalmente vinculado ao território de Perus.

13 Verbetes disponíveis em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/movimento-pela-reapropriacao-da-fabrica-de-cimento-de-perus/?perpage=12&paged=3&order=DESC&orderby=date&pos=31&source_list=collection&ref=%2F

Uma construção coletiva de plano museológico

Respaldado pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, o Plano Museológico é uma ferramenta essencial de gestão museológica. No dia 23 de março de 2024, o Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza tornou-se o primeiro centro de memória/museu periférico do estado de São Paulo a lançar e apresentar um plano museológico, definindo metas para o triênio 2024-2027.

A elaboração do Plano Museológico foi conduzida de forma colaborativa, com o envolvimento ativo de todas as mulheres gestoras do Centro de Memória Queixadas. E antes mesmo de iniciar a elaboração do Plano Museológico, foi fundamental promover uma reflexão profunda e uma análise minuciosa do CMQ, do público e da equipe com suas perspectivas únicas e complementares. Valorizamos não apenas as contribuições individuais, mas também a sinergia gerada pelo trabalho conjunto. O contato e a troca de ideias entre nós permitiram uma compreensão mais abrangente das necessidades e aspirações do Centro de Memória Queixadas. (GRIÃO, 2023, p. 52-53).

Além do trabalho realizado de forma coletiva e comunitária, para a elaboração do plano museológico, também se fez necessária uma série de visitas técnicas a outros espaços museológicos, que foi de extrema importância para a construção do documento, que apresenta diversas práticas e perspectivas no campo museológico. Para o desenvolvimento de um plano, foi preciso consultar diferentes públicos para construir, a partir de suas demandas, a construção de ações museológicas representativas e acolhedoras:

É importante também, no processo de elaboração do Plano Museológico, compreender que a construção de ações museológicas vai além das estruturas físicas e do acervo, englobando a dimensão humana e emocional de todos os envolvidos. (GRIÃO, 2023, p. 53).

A implementação de programas institucionais para superar os desafios de gestão

Para superar os desafios de proteger memórias, sempre considerando e atendendo às demandas da comunidade local, o CMQ traz em seu Plano Museológico programas institucionais robustos. A intenção – além de se alinhar com melhores práticas em gestão de museus e acervos – é fortalecer a missão de se conectar à comunidade de maneira significativa e sustentável. A implementação de programas institucionais reflete uma estratégia consciente e bem orientada para a curadoria de uma experiência museológica que seja educativa, inclusiva e inspiradora.

Desta forma, o desenvolvimento destes programas assume um papel fundamental na materialização dos objetivos estratégicos do CMQ. Por meio da implementação dos programas, o Centro de Memória Queixadas não somente mantém a tutela de sua coleção, mas também reafirma seu compromisso com a educação patrimonial e a memória coletiva.

1.1.1. Programa Institucional e de Gestão

Criação de uma associação cultural enquanto pessoa jurídica portadora de CNPJ. Outras ações visando, cada vez mais, a institucionalização do Centro de Memória, possibilitando, sobretudo, maiores captações de recursos financeiros para o sustento do trabalho desenvolvido.

1.1.2. Programa de Acervo

Criação de Manual de Procedimentos, Política de Acervo, entre outros documentos que tratam dos procedimentos e cuidados a serem adotados pelo CMQ em relação aos conjuntos documentais recebidos e criados.

1.1.3. Programa de Pesquisa

Área relacionada à produção de conhecimento, tornando o CMQ referência em suas áreas de atuação.

1.1.4. Programa de Ações e Articulações para o Território - Este programa pretende projetar o CMQ para além de seu espaço físico. Por isso, o principal objetivo é o estabelecimento de parcerias – coletivos culturais, eventos, pesquisas, universidades públicas e privadas, escolas locais, etc.

1.1.5. Programa de Comunicação

Promoção e divulgação dos projetos desenvolvidos pelo CMQ.

1.1.6. Programa de Exposições

Promoção de exposições de longa e curta duração acessíveis – dos âmbitos atitudinal, comunicacional e programático – ao público.

1.1.7. Programa Educativo e Cultural

Criação e organização de espaços formativos/formações para o público externo e para a própria equipe.

Todos os programas estão detalhados no Plano Museológico do Centro de Memória Queixadas, que está disponível na íntegra para leitura e download na plataforma [Flipbook](https://www.flipbookpdf.net/web/site/3085fcf3f3cb1293cec3fa2172d0158e-1ale0fecFBP29288254.pdf.html)¹⁴.

As ações educativas como meio de preservar memórias

Atualmente, uma das maiores preocupações do CMQ é criar oportunidades para a difusão da história do bairro entre a comunidade local. Por isso, como parte do desenvolvimento de seu processo de comunicação institucional, o Centro de Memória Queixadas busca, desde a sua criação, promover atividades que o aproximem de seu público. Tendo em vista seu escopo de criação, território de inserção e temáticas abordadas, o público prioritário a ser contemplado com as ações do CMQ é, em primeiro lugar, a população do bairro e regiões adjacentes. No entanto, o trabalho também se estende ao atendimento de públicos advindos da academia, coletivos congêneres, jornalistas, pesquisadores e trabalhadores da cultura, entre outros.

Atualmente, as atividades educativas são baseadas por um grupo de temas sobre os quais existem muitos materiais disponíveis em seu acervo, como: histórico do bairro, trabalho e movimentos sociais locais protagonizados por mulheres. Em todas as ativida-

14 <https://www.flipbookpdf.net/web/site/3085fcf3f3cb1293cec3fa2172d0158e-1ale0fecFBP29288254.pdf.html>



Visita à Fábrica de Cimento aberta ao público realizada em 2022, ano em que foram celebrados 60 anos da Greve. Foto: Caroline Brandão

des, há um primeiro momento de apresentação histórica, para situar todos os participantes acerca da história do bairro, da fábrica de Cimento, dos trabalhadores, e do próprio CMQ.

Além das visitas educativas, o CMQ também busca, de acordo com suas possibilidades – lembrando que a instituição é uma iniciativa coletiva que não dispõe de recursos fixos e nem recebe recursos recorrentes, advindos de nenhum órgão público – promover atividades extramuros, como exemplo exposições, visitas educativas à Fábrica de Cimento e ao bairro de Perus.

Em suas instalações físicas, dentro da Biblioteca Padre José de Anchieta, o CMQ possui um espaço expositivo, sempre aberto ao público, que é ponto de partida para conversas e visitas mediadas. Trata-se de um espaço de uma exposição de longa duração, com alguns recortes da história local, apresentados através de reproduções de fotos, maquetes e objetos do seu acervo.

No ano de 2022, o CMQ, em parceria e a convite do Museu da Cidade de São Paulo, participou como curador da exposição,

Museu de Rua: Perus¹⁵, que esteve fixada no Recanto dos humildes, em Perus, e posteriormente no Anhangabaú, na calçada da biblioteca Mário de Andrade, na região central da cidade. Foi uma oportunidade de compartilhar a história do bairro aos seus moradores, e, também, às pessoas que circulam pelo centro da cidade de São Paulo.

Também como forma de tornar a história acessível a todos, promover seu acervo e manter contato com o público, o CMQ realiza visitas mediadas a patrimônios tombados do território (Fábrica de Cimento Perus, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento Cal e Gesso de SP, Vila do Triângulo, estação ferroviária, etc.). Ainda há acompanhamento de grupos em visitas ao território, como caminhadas pelo bairro, por um viés pouco explorado: a memória dos trabalhadores.

Além das atividades apresentadas, o Centro de Memória Queixadas também viabiliza consultas direcionadas ao seu acervo e tem recebido uma crescente demanda de solicitações de pesquisadores (estudantes de graduação e pós-graduação, curadores, jornalistas e profissionais de comunicação). Em adição à disponibilização de seu acervo, as ações de difusão ajudam a propagar o CMQ como instituição, afirmando e reafirmando sua importância, firmando-o como um importante marco na preservação de memórias da região Noroeste da cidade de São Paulo.

No contexto das ações educativas, um grande desafio é o alto volume de demandas recebidas pela equipe do CMQ. Com um número reduzido de colaboradoras, as responsabilidades e tarefas são muitas vezes sobrecarregadas. A equipe enxuta enfrenta a complexa missão de desenvolver, implementar e avaliar uma variedade de atividades educativas, tudo isso com recursos financeiros limitados. Dependendo quase exclusivamente de verbas provenientes de editais públicos, a sustentabilidade financeira é uma preocupação constante. Esta dependência muitas vezes impede a ampliação das atividades desenvolvidas e limita a capacidade de resposta às demandas da comunidade.

15 <https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/museu-de-rua-perus/>

Apesar dessas dificuldades, o Centro de Memória Queixadas continua a desempenhar um papel crucial na preservação e disseminação da memória operária em Perus. A interação com as escolas locais é uma estratégia promissora para enraizar as atividades educativas no cotidiano da comunidade.

Considerações finais

A preservação da memória operária no bairro de Perus é uma tarefa de grande importância histórica, social e cultural. Ao revisitar o passado e destacar as lutas e realizações dos trabalhadores, especialmente os Queixadas, reafirmamos a relevância de manter viva a história. A criação do Centro de Memória Queixadas – Sebastião Silva de Souza é um marco nesse processo, funcionando como um espaço de resistência e memória coletiva.

Este trabalho evidencia a importância de olhar para além das narrativas hegemônicas, dando voz e espaço às histórias esquecidas, apagadas e até mesmo marginalizadas. A memória operária de Perus, marcada por lutas sindicais e sociais, deve ser preservada não apenas como um registro do passado, mas como uma ferramenta de reflexão crítica sobre o presente e o futuro. A resistência dos Queixadas, com sua greve histórica de sete anos, é um exemplo poderoso de unidade e determinação que ressoa até hoje.

Os desafios de preservar essas memórias são muitos, especialmente em um contexto de periferia onde as iniciativas culturais e de memória enfrentam obstáculos significativos. Contudo, a implementação de um plano museológico robusto e a execução de programas institucionais voltados para a comunidade local são passos fundamentais para superar essas dificuldades. A criação de ações educativas e culturais que envolvam a comunidade é essencial para garantir que as memórias sejam não apenas preservadas, mas também vividas e transmitidas às futuras gerações. Em conclusão, preservar a memória operária em Perus é um ato de resistência e afirmação de identidade. É um processo contínuo que requer o engajamento de toda a comunidade, a valorização das histórias orais e a criação de espaços que acolham e difundam

essas narrativas. O Centro de Memória Queixadas representa uma conquista significativa nesse caminho, oferecendo uma plataforma para a memória e a história operária serem reconhecidas. A luta pela memória é, acima de tudo, uma luta pelo reconhecimento de todos aqueles que, com suas vidas e trabalho, construíram a história de Perus.

Referências bibliográficas

ANSARA, Soraia. *O legado da greve de Perus: lembranças de uma luta operária*. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos/o-legado-da-greve-de-perus-lembrancas-de-uma-luta-operaria/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ansara&pos=0&source_list=collection&ref=%2F#gid=tainacan-item-attachments_id-14580&pid=1. Acesso em: 23 abril. 2024.

A Greve de 7 Anos. In: *PERUSPÉDIA*, São Paulo, 2021. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/greve-de-7-anos/?perpage=12&paged=3&order=ASC&orderby=date&pos=29&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em: 20 março 2024.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições SESC. São Paulo, 2015. p. 17-32. (Sesc Culturas).

Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. In: *PERUSPÉDIA*, São Paulo, 2021. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/companhia-brasileira-de-cimento-portland-perus/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&search=f%C3%A1brica&pos=2&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em: 20 março 2024.

CROCHIK, Miguel Marques. *Gentrificação verde: o urbanismo sustentável como instrumento da reestruturação imobiliária de Perus – São Paulo*. 2018. 226 f. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos/gentrificacao-verde-o-urbanismo-sustentavel-como-instrumento-da-reestruturacao-imobiliaria-de-perus-sao-paulo/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=gentrifica%C3%A7%C3%A3o&pos=0&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em: 05 maio 2024.

ELIAS, Alice. Cem Anos de Solidão, de Gabriel García Márquez, é publicado. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/41167>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GRIÃO, Carla. Plano Museológico do Centro de Memória Queixadas: Uma Abordagem Coletiva Feminina. *Revista Mulheres no Front*. p. 52-53. 2023. Disponível em <https://www.flipbookpdf.net/web/site/7c6671868d8e->

1c757afd9b2d0a49ad38becaf7FBP29288254.pdf.html. Acesso em: 15 abr. 2024.

JESUS, Mário Carvalho de (org.). Cimento Perus - 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal. São Paulo: Jmj Consultoria e Promoções, 1992. V

José João Abdalla. In: PERUSPÉDIA, São Paulo, 2021. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/jose-joao-abdalla/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&search=abdalla&pos=8&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em: 20 março 2024.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. 1967

SIQUEIRA, Elcio. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). 2001. 230 f. Araraquara, 2001. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos/companhia-brasileira-de-cimento-portland-perus-contribuicao-para-uma-historia-da-industria-pioneira-do-ramo-no-brasil-1926-1987/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=elcio%20&pos=6&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em: 25 abr. 2024.

VIGOTSKY, L. S. *La imaginación y el arte em la infância*. (Ensayo psicológico). 3. ed. Madrid, Espanha: Akal., 1996.

Vila Triângulo, Vila Portland e Vila Fábrica. In: PERUSPÉDIA, São Paulo, 2021. Disponível em: https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/vila-triangulo-vila-portland-e-vila-fabrica/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&search=Vilas&pos=1&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em: 20 março 2024.



10 Educação Patrimonial e Turismo: entre roteiros, quebradas e resistências

PAULO TACIO AIRES FERREIRA *

No artigo presente dedicarei a discutir a interface entre turismo e educação patrimonial. No que diz respeito a estes dois campos, ainda que iremos apontar um breve histórico de estudos e suas definições tidas como oficiais, nos deteremos a olhá-los por perspectivas contra hegemônicas. No caso do turismo seguimos as perspectivas de seus estudos críticos. No campo da educação patrimonial, nos orientamos pela perspectiva freireana de educação, assim como as experiências dos coletivos da cidade de São Paulo, cujos grupos têm tensionado o tema. A metodologia baseia-se em incursões etnográficas, tendo em vista que a principal referência de campo deste artigo é a tese de doutorado defendida pelo autor¹. São discutidas alternativas teóricas e metodológicas para uma educação patrimonial problematizadora, enfatizando o papel dos coletivos culturais

* Turismólogo. Mestre em Mudança Social e Participação Política e Doutor em Turismo. É Agente Cultural na Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santo André. Atualmente trabalha na Gerência de Documentação e Preservação Cultural do Museu de Santo André, onde tem desenvolvido trabalhos com educação patrimonial. Possui 20 anos de experiência na área da cultura. É militante do campo do patrimônio cultural e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP). Nasceu e cresceu nas periferias da Zona Leste de São Paulo.

1 FERREIRA, P. T. A. “Nós vamos hackear o turismo!” Entre roteiros, “quebradas” e resistências na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH) – Programa de Turismo, 2022, 263p.

como agentes ativos na preservação do patrimônio cultural das comunidades locais. O turismo, por meio do recurso de roteiros, tem-se mostrado como um recurso potente para estas ações.

Turismo: conceitos e conflitos

O Turismo é um tema contemporâneo, permeado por complexidades e que suscita debates intensos. Certamente oferece diversas reflexões sobre nossas sociedades. Uma gama diversificada de instituições, tanto públicas quanto privadas, universidades nacionais e internacionais, além do amplo espectro midiático, têm contribuído significativamente para a produção de conteúdo sobre o assunto. Além disso, os protagonistas diretamente envolvidos neste setor, como trabalhadores e comunidades locais, e até mesmo turistas comuns, blogueiros de viagens também têm contribuído para a compreensão do turismo por meio de suas experiências e práticas. Essa ampla produção de narrativas entre diferentes grupos sociais frequentemente revela contradições e conflitos, refletindo a desigual distribuição de conhecimento e também disputas de narrativas. De fato, há certa exaltação do sucesso do turismo, e tem sido uma constante em textos e discursos, principalmente feito por entusiastas ligados ao empresariado e também por setores políticos, independentemente de estarem em cargos públicos ou não, propagando inúmeros aforismos mercadológicos.

Exemplo disso ocorreu no ano de 2019, no qual o turismo esteve em franca ascensão com números crescentes, superando aproximadamente 1,1 bilhão de turistas, cujos viajantes chegavam a algum destino no mundo, conforme apontava a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2019, p.3). E aqui se faz necessário tecer uma primeira ressalva, pois tais números não correspondem a uma realidade tão precisa, tendo em vista a profunda desigualdade social e econômica do sistema capitalista. É evidente que o número não corresponde à totalidade de pessoas, ou seja, uma única pessoa pode ter realizado diversas viagens durante o mesmo ano.

No caso brasileiro, em 2019, a atividade e seus “êxitos” eram festejados por empresários, mídias, entidades de classe e profissionais

do setor. O fato é que, para além de cifras e somas, o turismo, como muitos setores, é também conhecido pela sua retratilidade (BENI, 2011), ou seja, é sempre muito vulnerável às instabilidades do sistema econômico, ou a tensões de diversas ordens, culturais, políticas, entre outras. Crises já caminhavam no nosso vocabulário, principalmente as políticas e econômicas. Outras adentraram os discursos recentes, caso da crise climática. Mas, como não bastasse, o mundo no ano de 2020 se viu diante de uma crise sanitária devastadora que certamente marcou a história contemporânea. Uma grande parte dos setores econômicos foi afetada. Seguramente, o turismo foi um dos setores que mais foram prejudicados pela Pandemia da Covid-19. Epidemias já eram uma das principais preocupações para o turismo global, tendo em vista os dilemas vividos com a gripe aviária e a gripe suína ainda na primeira década do presente milênio.

Antes da Pandemia da Covid-19 o turismo seguia seus passos e sobrevivia às eventuais intempéries. Furacões atingiam o Caribe, a Europa vivia o dilema do Brexit, como processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a América do Sul passava por inúmeras (certamente constantes) instabilidades políticas (UNWTO, 2019). Enfim, nada de novo sob o sol do capitalismo. Destarte, é preciso pontuar que os “avanços” recorrentemente atribuídos ao turismo sempre ocorreram de maneira não linear, onde recuos igualmente eram presentes, assim como os ganhos globais desta atividade sempre foram distribuídos de maneira profundamente desigual. Se já era visível este desequilíbrio, com o advento da pandemia da Covid-19 as diferenças sociais, geográficas e econômicas foram profundamente desnudadas.

Embora o Ministério do Turismo (MTUR) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mesmo a Organização Mundial do Turismo (OMT) realizem importantes pesquisas quantitativas sobre o tema, é importante abordar o turismo como um fenômeno cultural. É preciso buscar uma compreensão mais ampla e integradora. Ao invés de seguir por caminhos das segmentações em categorias como “turismo de negócios” ou “turismo cultural”, é necessário enxergá-lo como parte integrante de uma dinâmica social bastante complexa.

E o que é turismo?

O que é turismo é uma velha pergunta que circunda as discussões teóricas da área, e a despeito da dificuldade de se responder, ainda é uma forma de ao menos se iniciar uma discussão sobre a construção de conhecimento do tema. As definições oficiais de turismo, bem como até mesmo uma tentativa de padronização da atividade tem sido feita pela OMT. Contudo, as definições da OMT têm sido alvo constante de críticas por simplificar um assunto de grande complexidade, ou por servirem exclusivamente a propósitos econômicos, análises estatísticas e outros perfis semelhantes.

Como aponta Troccoli Pakman (2014) a construção de uma normativa é uma forma de indexação do assunto, possibilitando ser um guia para uma subsequente teorização e terminologia do tema; porém, não é uma definição conceitual (TROCCOLI PAKMAN, 2014, p. 13). Todavia, a construção de um conceito que oriente a atividade tem passado por distintos processos. Estes seguem os debates presentes na universidade e a importância da existência do questionamento como elemento fundante nas práticas de pesquisas e de se fazer ciência, independente do extenso debate que se tem sobre o assunto.

Vale trazer no presente texto a definição que a OMT estabeleceu no ano de 1991: “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (TROCCOLI PAKMAN, 2014, p. 10). Mas é interessante notar que no ano de 2008 a instituição adotou uma conceituação mais ampla, a qual distingue o turismo como um: “fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer”. A distinção entre as definições de 1991 e 2008 reside na inclusão dos termos “fenômeno social, cultural” na última versão, destacando a compreensão do turismo como uma atividade que não apenas envolve o deslocamento físico, mas também impacta e é influenciada por aspectos sociais e culturais das comunidades envolvidas (UNWTO, 2019).

Deste modo, a definição de turismo, e não apenas, turistas também, têm sido objeto de discussão e crítica, especialmente em relação à tentativa de categorização e produção de estereótipos. Enquanto alguns estudos se concentram exclusivamente em aspectos econômicos, há uma necessidade crescente de abordagens críticas que considerem as dimensões sociais, políticas e culturais do turismo. A relação entre lazer, turismo e cidadania é um tema relevante, destacando-se a importância da educação como elemento central para a promoção de práticas de lazer e turismo mais inclusivas e socialmente responsáveis.

Além disso, as relações entre turistas e moradores em contextos urbanos têm sido cada vez mais estudadas, visando evitar a segregação e promover uma compreensão mais integrada das dinâmicas sociais e espaciais. Estudos sobre mobilidade no turismo têm se destacado, assim como a contribuição da antropologia urbana, geografia urbana, movimentos sociais para o entendimento das complexidades do turismo em ambientes urbanos.

Neste sentido, a intersecção entre turismo e patrimônio cultural tem sido objeto de crescente interesse, especialmente quando consideramos o papel da educação nesse contexto. Ao refletir sobre as evoluções nas discussões sobre patrimônio cultural, desde seu domínio por especialistas até seu envolvimento com populações locais e movimentos sociais, percebemos a importância de uma abordagem educacional inclusiva e participativa.

O patrimônio cultural tem se demonstrado como um conjunto dinâmico de narrativas e práticas vivas que refletem a identidade e a história de uma comunidade. Portanto, avançar no debate sobre a interação entre turismo, patrimônio cultural e educação é essencial para garantir uma apreciação mais profunda e respeitosa da diversidade cultural e histórica em nossas sociedades contemporâneas. Igualmente, experiências práticas de coletivos culturais também nos ajudam a entender a relação entre turismo e patrimônio cultural.

Alinhando fios: turismo e patrimônio cultural

O tema patrimônio cultural tem se situado nas últimas décadas no epicentro de discussões e disputas de narrativas. Durante muitos anos tal assunto ficou circunscrito aos especialistas ligados, primeiramente, às áreas da arquitetura e história e, em seguida, aos olhares de estudos antropológicos. Nos anos de 1970 e 1980 é possível notar uma maior participação popular nos assuntos de patrimônio cultural conforme os estudos de Nigro (2001) e também Scifoni (2013). A partir destas décadas as discussões colocaram também em seu eixo outros personagens: populações tradicionais, comunidades locais e movimentos populares, cujos atores passaram a abordar sobre as suas próprias produções de referências culturais.

Todavia, a história das políticas patrimoniais no Brasil é marcada por avanços e recessos, o que coloca como pouco produtora uma análise cronológica de tais políticas (Chuva, 2011). Diante disso é importante destacar alguns aspectos com base em estudos que nos apontem as permanentes contradições na história das políticas de patrimônio cultural. Diversos pesquisadores têm procurado problematizar os estudos sobre patrimônio cultural, tendo em vista não cair numa perspectiva positivista, como adverte Chuva (2011); Scifoni (2013), entre outros.

A construção da memória histórica em ordem cronológica pode levar ao ocultamento das disputas históricas. Assim, em contraponto, Chuva (2011) traz pistas para se pensar melhor tal questão. Uma primeira delas é que se deve colocar em destaque os sentidos e significados que grupos sociais atribuem aos chamados “bens culturais”. Um segundo ponto a se observar é que as políticas públicas de patrimônio devem sempre deixar evidente quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados com tais ações (Chuva, 2011, p. 163). Igualmente, questões que destacam as noções de referências cultural, e também paisagem cultural, têm sido importantes para perceber sutilezas nas discussões de patrimônio cultural.

Chuva (2011) realiza um levantamento da história oficial do patrimônio cultural no Brasil para posteriormente propor uma noção de patrimônio cultural integradora. A autora critica uma

visão de história realizada em ordem cronológica, característica fundante do positivismo (Chuva, 2011, p.149). Ainda que a Mário de Andrade seja atribuído em muitos casos o desponete dos estudos e interesse pela questão do patrimônio, é importante não negar a diversidade de outros intelectuais contemporâneos do escritor, e que ocuparam cargos administrativos na era Vargas (Chuva, 2011, p. 151). Outra questão é que essa historicidade com a ideia de um mito fundador (colocando o Mário como grande criador) tem pouco contribuído para o entendimento das políticas de patrimônio (Chuva, 2011).

Neste sentido, observemos alguns acontecimentos importantes relacionados aos movimentos populares da década de 1970 para refletir sobre políticas de patrimônio cultural no Brasil. Sader (1988), analisa que a multiplicidade de experiências nas condições proletárias brasileiras oportunizou projetos bem diversos de participação nos anos de 1970. Influenciado pelos estudos sobre as manifestações pelos direitos civis da época, o autor observa que o elemento discursivo ganha destaque implicando em diversas formas de se atribuir significados às práticas do cotidiano (SADER, 1988). Sader se dedica a entender a formação de novos sujeitos e personagens, principalmente, mulheres das periferias que demandaram temas como o direito às creches e movimentos contra a carestia.

No que diz respeito ao patrimônio cultural, no ano de 1968, no auge do regime militar, a despeito da intensa movimentação repressiva, houve a instituição do Condephaat, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Nos seus primeiros anos de exercício a instituição passou a ser pressionada por grupos sociais que entraram com pedidos dos primeiros tombamentos em nível estadual (RODRIGUES, 2000; SCIFONI, 2014).

O avanço mais profundo na aproximação de movimentos populares ao patrimônio cultural ocorre quando do surgimento do conceito de memória social, como aponta Nigro (2001, p.52). A partir dessa ideia passa a ser questionado o processo de seleção da memória, tendo em vista como este é construído ou mesmo forjado (NIGRO, 2001, p.52). Essa visão é materializada no Iphan no ano

de 1975, quando é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o qual focalizou suas ações em bens culturais vivos, inseridos em práticas cotidianas com referências à memória social (NIGRO, 2001, p.58).

No caso dos sujeitos envolvidos na preservação do patrimônio cultural desta época, estes eram: “associações de moradores de bairros, entidades ambientalistas, sociedades científicas e profissionais”, surgindo também adiante movimentos que ficaram conhecidos como “movimentos de defesa” ou “associações de defesa” (SCIFONI, 2014, p. 519).

Esta mudança de entendimento de conceitos relacionados ao patrimônio cultural pode ser vista como fruto da mobilização social, somado a uma importante construção teórica, e participação de instituições públicas que passaram a entender tais demandas (SCIFONI, 2014, p. 516). A partir das décadas de 1970 e 1980 as discussões colocaram também em seu eixo outros personagens: populações tradicionais, comunidades locais e movimentos populares, cujos atores passaram a abordar sobre as suas próprias produções de referências culturais (SCIFONI, 2014).

E a construção de nosso imaginário em relação ao patrimônio cultural seguia ganhando distintas modificações em seus conceitos a partir da década de 1980. A cristalização da participação social iria ser assentada em 1988 quando da promulgação da última Constituição Federal do Brasil, que vigora até os dias atuais. Na Carta Magna os conceitos sobre patrimônio dariam destaque, para além da materialidade, da pedra e cal, aos aspectos intangíveis do patrimônio imaterial. A partir da Carta Magna, e toda movimentação que se vivia à época, abria-se espaço para muitas discussões.

Ao fim e ao cabo, a partir de uma longa história de lutas, os movimentos sociais que demandam às temáticas de patrimônio local desenvolveram diversas formas de organização e estratégias. Scifoni (2014) assinala que tais práticas “trazem, igualmente, necessidade de aperfeiçoamento das estratégias”, assim, a autora elenca algumas destas táticas de lutas:

abaixo-assinados como forma de envolver um número cada vez maior de pessoas; manifestações públicas para chamar atenção dos meios de comunicação; fundamentação técnica por meio de elaboração de pareceres de especialistas; pressão política junto aos canais de representação, seja nas Câmaras de Vereadores ou na Assembleia Estadual (SCIFONI, 2014, p.519).

Mas se deve ter cuidado em análises positivistas, pois nem tudo seguia um progresso linear. No caso de São Paulo, a partir dos anos de 1990 ocorre um regresso na proteção do patrimônio cultural. As políticas voltadas ao patrimônio passaram a sofrer intensa pressão de setores econômicos, onde uma série de ações obstaram a participação popular (SCIFONI, 2014).

Em termos nacionais, a consolidação do Decreto 3.551 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, no ano de 2000, possibilitou avançar ainda mais nos estudos sobre referências culturais (MORAIS, 2019, p. 83). Além disso, o registro de diversos bens imateriais, a despeito de contradições, saltou substantivamente. Recentemente, o advento do manual “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, lançado no ano de 2016, tornou-se um desses desdobramentos e marca uma fase do instituto com viés mais participativo. O objetivo do manual é contemplar principalmente os processos de educação patrimonial interdisciplinar (DEMARCHI, SCIFONI, 2019, p. 12). Os inventários participativos possibilitam mesclar a cooperação entre técnicos e não especialistas, respeitando os conhecimentos produzidos pelas pessoas nos seus cotidianos. Tendo em vista, essencialmente, que na discussão sobre patrimônio cultural ocorre recorrentemente o dilema da “autoridade de saberes”.

Roteiros, circuitos, quebradas e resistências

A noção de “bem cultural” atribuída ao turismo tem esvaziado seus usos e serve mais ao mercado simbólico, como adverte Meneses (2009, p. 27). A experiência dos turistas, ou “uso cultural da cultura”, torna-se superficial e totalmente dependente de especialistas.

Ainda que tal bem cultural, por exemplo, para comunidades locais tenha outras perspectivas, mais profunda e vivenciada (Meneses, 2009). Este autor ainda problematiza outras questões que envolvem o patrimônio cultural como as dicotomias ontológicas entre materialidade e imaterialidade; natural e cultural.

Para a autora australiana Smith (2011, p. 42) é apontado que devemos compreender o patrimônio cultural como um processo e não como um evento intangível. Neste sentido, nos detemos em apontar a falsa premissa “conhecer para preservar”, usual em projetos educativos conforme explica Scifoni (2019), pois a educação por si só não basta para a preservação. Conhecimento não é acabado, é construído por meio da dialética conforme nos lembra Paulo Freire (1996). É possível perceber que ao nos determos nestes apontamentos podemos construir perspectivas mais interessantes desviando de visões preconceituosas e certamente colonialistas (BOSI, 1992, MENESES, 2009, CHUVA, 2011, SMITH, 2011). A saída, assim, é olhar para a cultura observando o cotidiano físico e simbólico dos viventes. As questões simbólicas pensadas espontaneamente nas experiências do plano do cotidiano, assim como as reivindicações por “direito à cidade”, aqui entendido na perspectiva de movimentos sociais conforme propõe Carlos (2015, p. 60). Destarte, pensar na diversidade dos grupos sociais, e em toda a complexidade histórica pode ajudar a entender a produção de referências culturais. E neste sentido podemos apontar como alguns coletivos culturais da cidade de São Paulo têm trabalhado o turismo abarcando referências culturais de seus territórios e da cidade.

O conhecimento promovido por meio das redes dos movimentos também tem auxiliado na construção tanto de pequenos negócios territoriais, como também de políticas públicas. E deste conhecimento vem surgindo a parceria para a promoção de diversas atividades, como o turismo, cuja ação envolve distintos atores, como moradores, pequenos empreendedores, funcionários públicos municipais, profissionais e estudantes de universidades, para citar alguns.

Coletivos da cidade que já possuíam substancial experiência em ações culturais em diversas linguagens (artes cênicas, música,

grafite) na cidade de São Paulo, igualmente têm proporcionado inúmeros debates colocando a temática do patrimônio cultural e turismo como destaque e promovendo uma diversidade epistemológica de olhares. As conexões destes coletivos, suas redes, espaços e ideias chamam a atenção, e formam uma espécie de circuito, nos termos de Magnani (2018).

Por exemplo, a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), fundada em 2011 pela Professora Dra. Simone Scifoni em parceria com o Centro de Preservação Cultural (CPC-USP), é um coletivo e movimento social dedicado à discussão e prática da educação patrimonial. Com membros provenientes de diversos segmentos culturais e educacionais, a REPEP realizou iniciativas como o inventário de referências culturais “Minhocão contra à gentrificação” feito em parceria com coletivos da área central, exemplificado pelo caso do Elevado João Goulart (2019). Além disso, estabelece conexões com outros coletivos em diferentes regiões de São Paulo, participando ativamente de discussões sobre ações públicas e contribuindo para a elaboração de políticas, como os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs), dispositivo presente no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo (PDE) de 2014. Isso evidencia seu papel na promoção da educação patrimonial e na construção de espaços educativos.

Essa discussão dos TICPs envolveu principalmente outro coletivo cultural bastante experiente: a Comunidade Cultural Quilombaque. Este coletivo, depois de ser anfitrião do 15º Congresso Mundial de Lazer em 2018 em seu território, decidiu abrir uma agência de turismo, a Agência de Desenvolvimento Eco Cultural Queixadas (VIEIRA JÚNIOR et al 2020; BELMONTE, SILVESTRE, 2018). A Agência Queixadas surgiu como um exemplo inspirador de turismo, onde esta atividade tem se tornado uma ferramenta de resistência, valorização cultural e desenvolvimento local nas comunidades periféricas. Ao fundar o conceito de “turismo de resistência”, a agência busca não apenas oferecer experiências turísticas, mas também enfrentar questões socioeconômicas e culturais de sua comunidade. Através de seus projetos culturais e de turismo, a Agência Queixadas procura combater a especulação

imobiliária e preservar a memória e a história de seu território, mobilizando tanto os residentes locais quanto os visitantes em prol de sua causa. Além disso, ao destacar a importância da participação ativa das comunidades locais na definição dos roteiros turísticos e na preservação de seu patrimônio, a agência promove uma abordagem inclusiva e colaborativa para o desenvolvimento do turismo, demonstrando como a ação cultural e educativa pode ser integrada de forma significativa às práticas turísticas.

Para além do território, integrantes da Comunidade Cultural Quilombaque fazem parte do Movimento Cultural das Periferias (MCP), movimento este que surgiu no ano de 2013 a partir da união de diversos coletivos, fóruns e redes espalhadas pela cidade de São Paulo (QUEIROZ, 2020). O propósito principal do MCP, além da construção de políticas públicas, tem sido disputar o orçamento público municipal destinado à área da cultura (RAIMUNDO, 2017). Uma das muitas verbalizações icônicas que escutamos informalmente por militantes deste movimento diz respeito ao termo “hackear”, seja a política, a cultura, orçamento, ou até mesmo um evento. Para além de apenas entender o significado desta sentença, é preciso compreender os processos materiais e as disputas simbólicas presentes nestas ações e nestes movimentos.

Uma das redes que compõem o MCP é o Fórum de Cultura da Zona Leste, que por sua vez é também um “coletivo de coletivos” como dizem os próprios integrantes. A região da Zona Leste de São Paulo que abriga a maior parte da população da cidade tem uma profunda história de embates sociais. Muitos deles relacionados à área da cultura. O Movimento Cultural Penha, que tem sede no bairro da Penha, iniciou formalmente suas atividades no ano de 2001, mas suas origens como movimento popular remontam à década de 1980. Em 2014, integrantes do movimento fundaram o Grupo Ururay e ampliaram o escopo de suas ações para outros bairros da Zona Leste, estabelecendo parcerias com muitos atores locais e outros coletivos. Atualmente o coletivo dedica-se a trabalhos envolvendo discussões sobre a memória e patrimônio cultural do bairro, e inclusive captam recursos públicos por meio de políticas públicas, como a lei de Fomento à Cultura da Periferia, que fora

encampada pelo MCP. Passaram inclusive a estabelecer parcerias com instituições como o Sesc para realizar atividades de turismo social e também começaram a se interessar pelo turismo de base comunitária. Ainda que o Grupo Ururay não trabalhe formalmente com o turismo, não possui uma agência, embora alguns de seus integrantes tenham formação de guia de turismo, mesmo assim incorporaram em suas narrativas, como pode ser visto em suas falas, ou em seu site, e igualmente em suas práticas.

Destarte, as temáticas de memória, patrimônio cultural e referências culturais são linhas de conexões que tecem uma imensa rede unindo coletivos pela cidade de São Paulo. Entretanto, há outros fios que também têm ajudado a tecer outros possíveis vínculos: uma dessas linhas é o turismo. Por meio dessas ligações, é possível notar que a temática do turismo tem criado junções entre atividades, práticas e narrativas de ativistas, coletivos e movimentos sociais pela cidade. Como demonstrado por Magnani (2018), o circuito não é um elemento fechado, embora, possibilite classificações. Por exemplo, o circuito que neste artigo chamo de “circuito de turismo de quebradas e resistências” não se encerra na pauta apenas do patrimônio cultural. Em determinado momento pode ser dado por nível territorial, ou demonstrar outras possibilidades de conexões. Pelo circuito notamos a presença, a princípio, de um em menor escala, mais territorializado. Nestes circuitos mais territorializados são estabelecidas coalizões entre “pedaços” (MAGNANI, 2018), marcadas por relações de proximidade, vizinhança, amizades e ativismo de bairro. Nestes espaços que envolvem a temática de quebradas e resistências constroem-se articulações, que para além dos bares e livrarias (mencionados em muitas outras etnografias da cidade), na pesquisa aqui são especificamente ocupações de antigos galpões, praças, largos, prédios públicos, bibliotecas, centros culturais nas periferias.

Ainda que muitos coletivos tendem a usar suas próprias sedes, como o Movimento Cultural Penha (sede também para o Grupo Ururay), a Comunidade Cultural Quilombaque (que em determinado momento até foi sede também para a Agência Queixadas), outros coletivos estabelecem parcerias para o uso de instituições

públicas, caso da REPEP que se reunia eventualmente nas sedes do Iphan ou mesmo no Centro de Preservação Cultural da USP. O fato é que nestes espaços, os quais incluem circuitos, trajetos, pedaços, quebradas e resistências do ativismo em São Paulo, são por onde, principalmente, circulam ideias, conceitos e práticas que possibilitam pensar a criação de roteiros de atividades educativas lançando mão, por exemplo, do turismo e do lazer.

Como destacam Allis, Moraes e Sheller (2020), autoras que estudam a perspectiva social das mobilidades no turismo, lugares são “inventados, reinventados, esquecidos, declinados”. No caso desta pesquisa, muitos são ressignificados, muitas vezes levantando embates e tensões. Alguns locais na periferia tornaram-se pontos de encontros, de visitas, e diálogos nos roteiros de turismo. Espaços públicos (até mesmo prédios privados) são ressignificados, mas que por hora sem uso, sem cumprir a função social da propriedade, são ocupados com atividades culturais. Igualmente, monumentos questionados e a própria ideia do patrimônio oficial tem sido contestada.

Assim, extensões de muros vão sendo grafitados tornando-se referências culturais, e logo em seguida em roteiros de trilha, como as trilhas de ressignificação do espaço público e Perusferia, no caso estas em Perus, realizadas pela Agência Queixadas. Todas estas elaboradas por meio de conexões com atores locais, em meio a presença de muitos “pedaços”, que arranjam pequenos, médios e grandes circuitos.

Dito isso, é importante ressaltar que o circuito de turismo de quebradas e resistências é composto por indivíduos, corpos, coletividades, trabalhadores, memórias, oralidades, escritos, paisagens, ideias, afetos, conflitos, tramas, “tretas”, “trutas”, pactos, lutas, espaços, sons, objetos, cheiros, paladares que se encontram dentro da cidade e estabelecem sua visão sobre ela, seus territórios e o mundo. Não se trata de uma definição. Também não se configura como um mapa, tendo em vista que este recurso muito utilizado na área do turismo, geralmente simplifica realidades territoriais e oculta grupos sociais arbitrariamente.

Nestes circuitos são produzidos inúmeros roteiros, uma ferramenta e recurso específico do campo do turismo que serve para o

planejamento detalhado na organização de um passeio. Os coletivos certamente utilizam diversas e distintas estratégias. Entre muitas ações educativas, tendo a “educação patrimonial como tática” ou a paisagem como um elemento “educador” segundo as próprias autoras Nito e Scifoni (2018, p. 84). A Repep realiza oficinas que estimulam seus participantes a pensar o patrimônio a partir das vivências cotidianas. Para o Ururay, por exemplo, uma atividade gastronômica, a criação de um bloco carnavalesco ou mesmo um roteiro são práticas que acionam e ativam a discussão sobre o patrimônio cultural.

Um exemplo representativo do uso de roteiros por coletivos é certamente o bairro do Bixiga. Um território potente que tem servido de laboratório para muitas discussões, a exemplo do que faz o Instituto Bixiga. No bairro este instituto, junto a outros tantos coletivos, têm debatido assuntos, o apagamento da história e da cultura negra no bairro, caso do “Rolê SP Territórios Negros no Bixiga: o Quilombo Urbano Saracura”. Dada a conexão deste coletivo com outros espaços da cidade decidiram realizar “partiuquebrada”, em bairros da Zona Leste, como na Cidade Tiradentes.

O turismo como um “passeio passivo” é por vezes criticado, ao que é sugerido também a fruição mais participativa de seu público. Fica exemplificado em uma fala de uma integrante do coletivo História da Disputa e Disputa da História (HDDH) durante a live promovida pelo SESC em 20 de outubro de 2020. O turismo não era objetivo do grupo, mas, posteriormente, surgiu como um espaço de atuação que, segundo a idealizadora, o coletivo “encontrou bastante potência”. Ao se referir sobre roteiros turísticos no centro, ela aponta que “turismo histórico” ainda é “aquela coisa fechadinha, menos crítica, tanto da pessoa que apresenta, quanto do público que participa” (SESC, 2020).

Cada coletivo traz consigo uma perspectiva única e estratégias específicas para encarar os desafios enfrentados por suas comunidades, contribuindo assim para uma abordagem mais ampla e inclusiva do turismo e da valorização do patrimônio cultural. Essas iniciativas são importantes não apenas por preservar a identidade e história locais, mas também por promover o empoderamento das comunidades e o desenvolvimento sustentável das regiões onde atuam.

O patrimônio cultural nas periferias é uma questão complexa e multifacetada que vem sendo abordada por diversos coletivos e ativistas com diferentes perspectivas e abordagens. Ao problematizar essa temática, esses grupos promovem importantes reflexões que vão além da mera preservação de monumentos históricos, alcançando questões mais amplas que tangenciam o espaço público e a produção de políticas públicas. Por meio de atividades de educação patrimonial, esses coletivos buscam resgatar e valorizar a história e a cultura das comunidades periféricas, muitas vezes marginalizadas e esquecidas.

Algumas atividades artísticas têm também chamado a atenção possuem suas semelhanças com roteiros turísticos. Caso do Coletivo Estopô Balaio, formado em 2011, no Bairro Jardim Romano, extremo leste da cidade. Em uma de suas produções teatrais, “A cidade dos rios invisíveis”, os integrantes percorrem desde a estação Brás, de trem, até o bairro Jardim Romano. No percurso, de um lado vão problematizando a distância do bairro das regiões centrais, o descaso do poder público, principalmente, com as recorrentes enchentes que o lugar enfrenta; de outro, vão destacando os espaços importantes do bairro, suas expressões, como o hip hop e a figura e força do povo nordestino. Em uma das falas da peça, os atores brincam com a possibilidade do bairro “ter se tornado turístico”. Embora não seja um roteiro turístico, o percurso encenado é também um recurso interessante para as reflexões sobre as referências culturais.

Ao acionarem o turismo em suas narrativas, ações e práticas, esses grupos permitem diferentes reflexões a respeito dos desdobramentos dessa atividade na cidade. O turismo nas periferias não se limita apenas à exploração comercial, mas pode ser uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento local, valorizar as identidades culturais e gerar inclusão social. No entanto, é importante reconhecer os desafios e as tensões associadas a essa prática, como a necessidade de garantir a participação ativa das comunidades locais na elaboração dos roteiros turísticos, a preservação do patrimônio cultural diante da especulação imobiliária e a criação de políticas públicas que promovam um turismo mais sustentável e equitativo.

Nesse sentido, os coletivos demonstram a importância de se olhar para além dos monumentos históricos e considerar as diversas camadas de significado e identidade presentes nas periferias urbanas, contribuindo assim para uma cidade mais justa, resiliente e culturalmente rica. Os roteiros utilizados pelos coletivos culturais surgem como uma ferramenta importante para enfrentar essas questões. Os roteiros podem conduzir os participantes a itinerários pautados pela reflexão sobre o patrimônio cultural, proporcionando experiências significativas e educativas. Abordam, também, uma variedade de temas, desde a história e memória de um determinado lugar até as questões contemporâneas que afetam a comunidade local.

No contexto da educação patrimonial, os roteiros podem ser desenvolvidos de forma a promover a conscientização e o reconhecimento do sujeito histórico, conforme proposto por Paulo Freire (1996). Eles podem estimular os participantes a refletir criticamente sobre sua própria identidade e papel na preservação e promoção do patrimônio cultural, incentivando o engajamento ativo e ação transformadora. Para constituir uma educação patrimonial problematizadora e superar as limitações do patrimônio excludente, os roteiros podem incorporar uma série de alternativas teóricas e metodológicas, tais como: abordagens interdisciplinares que integram diferentes disciplinas e áreas de conhecimento na elaboração dos roteiros, promovendo uma compreensão mais ampla e complexa do patrimônio cultural e suas relações com questões sociais, políticas e econômicas.

Perspectivas pedagógicas que valorizam o diálogo e a troca de conhecimentos entre diferentes atores sociais, incluindo membros da comunidade, especialistas acadêmicos e gestores públicos, reconhecendo as múltiplas vozes e perspectivas envolvidas conforme nos ensina Freire (1996). A desconstrução de narrativas dominantes que questionam e problematizam as narrativas hegemônicas sobre o patrimônio cultural, promovendo uma análise crítica das representações culturais presentes nos roteiros e a promoção de narrativas mais inclusivas e diversificadas.



Apresentação do Coletivo Estopô Balaio no Bairro Jardim Romano, extremo Leste de São Paulo.
Foto: Paulo Tácio, 2022.



Inauguração da Agência Queixadas.
Foto: Paulo Tácio, 2022.



Apresentação do Bloco Micaela no bairro da Penha, Grupo Ururay/Movimento Cultural Penha.
Foto: Paulo Tácio, 2022.

Considerações parciais

O turismo tem sido um vetor de diálogo com o patrimônio cultural, cujos encontros promovem relações pouco amistosas e que apontam para muitos conflitos. Observando a educação patrimonial como um principal mecanismo mediador nesta relação, podemos pensar em possibilidades de se criar novas interlocuções. No contexto das relações entre turismo e educação patrimonial, é importante destacar as práticas que têm sido marcantes nesse campo.

Outro ponto relevante é a necessidade de fugir dos discursos autorizados, do típico, tradicional, do mercado de bens simbólicos. Práticas que o turismo hegemônico tem ajudado a aprofundar. Isso fica evidente nos guias impressos de turismo, sejam oficiais ou não-oficiais, assim como nos comentários de profissionais do turismo que tendem a destacar apenas o patrimônio sancionado pelo estado e legitimado pela história oficial. Portanto, o trabalho de educação patrimonial e turismo não deve ser visto como um evento isolado, mas sim como um processo complexo.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a diversidade epistemológica dos saberes das pessoas envolvidas na gestão do patrimônio cultural. Isso inclui considerar o cotidiano das comunidades, suas relações com seus territórios, espaços de sociabilidade, trajetos e pessoas que representam referências simbólicas e de liderança. Além de se colocar no horizonte da construção de roteiros, diálogos horizontais e interlocução entre todos os grupos e pessoas envolvidas. É essencial ressaltar a importância de pensar o patrimônio cultural no turismo de maneira ampla e problematizadora.

Referências bibliográficas

ALLIS, T; MORAES, C. M. DOS S; SELLER, M. Revisitando as mobilidades turísticas. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, p. 271-295, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p271-295>.

BELMONTE, M. M.; SILVESTRE, B. M. Quilombaque, distrito de Perus, São Paulo: a emergência do Turismo de Resistência. **World Leisure Centers of Excellence Douglas Ribeiro da Silva International Field School**. Perus, Brazil 2018. Case Study Volume. 1ed. Bilbao: World Leisure

Organization, 2018, v. , p. 08-22. Disponível em: https://www.worldleisure.org/wlo2019/wp-content/uploads/2019/05/BI_Case-Studies_.pdf. Acesso em 15 jan 2021.

BENI, M. C. **Globalização do Turismo: Megatendências do setor e a realidade brasileira**. 3.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2011.

BERTONCELO, E. R. E. (2009). **Eu quero votar para presidente: uma análise sobre a Campanha das Diretas**. Lua Nova SP, 76:169-196.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. Cap. 1 Colônia, culto e cultura. p. 11-37.1992.

CARDOSO, R. 1992. “**Popular Movements in the Context of the. Consolidation of Democracy in Brazil,**” in Escobar, A. & Alvarez, S. (Eds.) (1992). The making of social movements in Latin America. Boulder: Westview Press.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, no 34, p. 147-165, 2011.

CPDOC Guaianás. **Quem somos**. São Paulo (?). Disponível em: <https://cp-docguaianas.com.br/quem-somos>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304](https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304). Acesso 19 jan 2021.

DEMARCHI, J. L.. **O que é, afinal, a educação patrimonial?**. REVISTA CPC (USP), v. 13, p. 140-162, 2018.

DEMARCHI, J. L. **Referências culturais da escola na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial**. 161f. Dissertação. Cap. 4 -Contribuições para a educação patrimonial com Paulo Freire. 2020.

FLORENCIO, S. R.; BIONDO, Fernanda . Inventários Participativos Como Instrumentos De Educação Patrimonial e Participação Social. In: **Patrimônios Possíveis: arte, rede e narrativas da memória em contexto iberoamericano**, 2017, Goiania/GO. p. 50-64.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra. 1996.

HINTZE, Helio César. **Espetáculos e invisibilidades do discurso legitimador do turismo**. 2013. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013. Disponível em: [doi:10.11606/T.91.2013.tde-04102013-164505](https://doi.org/10.11606/T.91.2013.tde-04102013-164505). Acesso em: 11 out 2022.

HORTA, M. de L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Manual de Aplicação. Brasília: Coordenação de Educação Patrimonial/Ipphan, 2016.

INSTITUTO BIXIGA DE PESQUISA, FORMAÇÃO E CULTURA POPULAR. **Home**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://institutobixiga.com.br/>. Acesso em 13 out 2022.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 37, p. 307-329, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pon-tourbe.606>. Acesso em 12 jan 2023.

MENESES, U. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. 1o Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, vol. 1 (p. 25-39).

MORAIS, S. **Modos de fazer e usar o INRC**: reflexões sobre sua dimensão prática. IN: A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

MUSEU TEKOA JAPOI. **Território Perus**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://museutekoaajopoi.com.br/territorio/>. Acesso em 09 out 2022.

NIGRO, C. (2001). **Patrimônio cultural e território urbano**. Boletim Paulista de Geografia, no 78, 2001, p. 45-76.

NITO, M. K. S.; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 5, p. 38-49, 2017.

PASSEANDO PELAS RUAS. **Passeando Pelas Ruas**. Página do Instagram. São Paulo, (?). Disponível em: <https://www.instagram.com/passeandopelasruas/?hl=pt-br>. Acesso em 13 out 2022.

QUEIROZ, I. A. A Implantação dos Planos de Cultura no Estado e na Cidade de São Paulo: Histórico, construção e desafios. **PRAGMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, v. 9, p. 78-90, 2020.

RAIMUNDO, S. L. **Território, Cultura e Política**: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada. (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: 10.11606/T.8.2017.tde-17042017-104001. Acesso em 25 de fev 2023.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, M. (2000). **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 179p.

RODRIGUES, D. dos S. **Cidade em preto e branco**: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra. 2021. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCIFONI, S. **Patrimônio cultural e lutas sociais**. Espaço e Geografia (UnB), v. 16, p. 517-530, 2014.

SCIFONI, S. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **REVISTA CPC (USP)**, v. 14, p. 14-31, 2019.

SESC São Paulo. (2020b). **Cartografias do (in)visível**: Turismo, Memória e Ação Educativa. Youtube, 20/10/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

SMITH, L. **El “espejopatrimonial”** ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antipoda Revista de Antropología y Arqueología no. 12, Bogotá, Enero-Junio 2011, 262 pp. 39-63.

TOLENTINO, A. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. **Caderno Temático de Educação Patrimonial** nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, pp 38-48.

TROCCOLI PAKMAN, E. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. In: **XI Seminário 2014 ANPTUR**, Fortaleza. Anais. 2014.

URURAY. Página Inicial. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/>. Acesso em 20 jan 2021.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. O patrimônio cultural dos templos afro-brasileiros. Salvador: **IPHAN**, 2006.

VIEIRA JÚNIOR, J. A. H., FACINI, K. R., Lusby, C., & UVINHA, R. R. Leisure as a social transformation in the community: the experience of the World Leisure Organization Field School in São Paulo, Brazil. **World Leisure Journal**, 62(3), 182–199. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16078055.2020.1798049>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

**Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural:
conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência**

IDEALIZAÇÃO E PRODUÇÃO

REPEP | Rede Paulista de Educação Patrimonial

APOIO

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP e
FFLCH | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

EDITORACÃO E DIREÇÃO

João L. Demarchi, Mariana K. S. Nito e Simone Scifoni

PROJETO GRÁFICO

Gilberto Tomé / Fonte Design

COLABORAÇÃO

Anaclara V. Antonini e Regina Bortoto

REVISÃO TÉCNICA

João L. Demarchi e Mariana K. S. Nito

REVISÃO

Ana P. I. Soida, Carlos E. R. Gimenes, Igor S. Valvassori,
João L. Demarchi, Mariana K. S. Nito, Paulo T. A. Ferreira,
Regina C. S. Bortoto, Simone Scifoni e Sônia R. R. Florêncio

